



1  
2  
3  
4  
5  
6  
7

GOVERNO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE



8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16

TRANSCRIÇÃO DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE,  
SANEAMENTO AMBIENTAL E GESTÃO DE RESÍDUOS  
(Transcrição *ipsis verbis*)

17  
18  
19  
20  
21

15 e 16 de maio de 2008

22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44

Sala 613, Centre/IBAMA  
Brasília/DF

45 Dia 15/05/2008

46  
47 O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DCONAMA) - Bom-dia a todos, Conselheiros e Conselheiras e  
48 demais visitantes aqui e participantes desta reunião da Câmara Técnica de Saúde, Saneamento e Gestão de  
49 Resíduos Sólidos. Eu quero, na condição aqui de Diretor do DCONAMA, dar as boas-vindas a todos e desejar que...  
50 Primeiro agradecer a Deus, como sempre faz a Ministra Marina Silva, atual Senadora, novamente Senadora. E aí  
51 dizer para vocês que nessa mudança toda que nós estamos tendo no Ministério, Ministra e parece que já tem  
52 Ministro indicado, não sei, ainda não tomou posse, por enquanto nós estamos com o nosso Secretário Executivo,  
53 João Paulo Ribeiro Capobianco, como interino. Eu quero dizer aos senhores que o trabalho se mantém  
54 normalmente, por isso que esta reunião da Câmara Técnica foi mantida, conforme convocada. A orientação que a

55Ministra nos deixou, ao pedir a demissão, é de continuar os trabalhos, manter as atividades. O Secretário e Ministro  
56interino Capobianco também. Então, eu estou só dando uma rápida satisfação para os senhores. O próprio  
57Presidente Lula também já disse que a política ambiental continua. Portanto, essa determinação, no que diz respeito  
58ao CONAMA, nos obriga a manter as nossas atividades como normalmente nós vemos fazendo. E na pauta de  
59hoje, da Câmara Técnica, nós temos uma pauta muito relevante, com temas aqui que depois o presidente, o  
60Fernando, que vai presidir esta reunião, o Ministério da Saúde pode explicar melhor, mas nós temos aqui o tema de  
61licenciamento simplificado de aterros sanitários, que é uma resolução que eu acho que chega na Câmara Técnica  
62bastante já, vamos dizer, redonda porque ela vem sendo debatida por Grupo de Trabalho já há algum tempo. Eu  
63acho que foram mais de seis meses, Ruht, foi prorrogado esse Grupo de Trabalho. Mas um trabalho muito bom,  
64reuniões que foram realizadas inclusive fora de Brasília, para verificar áreas de aterros que estão sendo licenciados  
65e as necessidades de simplificação desses procedimentos. Então, eu acho que é uma resolução que chega em boa  
66hora aqui na Câmara Técnica, até por que alguns dos senhores não puderam participar da III Conferência Nacional  
67do Meio Ambiente, que terminou na madrugada deste domingo passado, aqui em Brasília, reunindo em torno de  
681500 pessoas, 1200 delegados. Uma das deliberações da Conferência é exatamente de implementar os aterros  
69sanitários no País, inclusive com uma meta desafiadora de que até 2012 os Governos de uma forma geral, de  
70maneira articulada, trabalhem para erradicar os lixões em todo o País, que dizer, é uma meta bem ousada, nós em  
71quatro fazer esse trabalho. Eu tenho certeza que essa resolução, por mais singela que seja, vai dar a sua  
72contribuição com esse desafio, inclusive por que se insere também entre as seis prioridades hoje do Ministério do  
73Meio Ambiente, que é o saneamento ambiental urbano. Para isso, nós estamos até recebendo aqui a visita do  
74diretor do Departamento de Ambiente Urbano/MMA, Silvano, ele está ali atrás, mas com certeza vai participar e  
75colaborar aqui também nesta reunião da Câmara Técnica. Nós temos também aqui para efeito de encaminhamento,  
76já explicando bem, a Resolução 258, que dispõe sobre a destinação ambientalmente adequada de pneumáticos  
77inservíveis. A previsão é que ela veio da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, que solicitou o retorno dela à  
78Câmara Técnica de mérito, tendo em vista que a matéria está em apreciação pelos poderes Legislativo e Judiciário.  
79Portanto, verificar a implicação disso, inclusive do ponto de vista do conteúdo hoje da Resolução. Temos também  
80em pauta aqui a Resolução 307, que trata da construção civil. Isso já foi tratado o CIPAM, recentemente, e vem  
81agora para a Câmara Técnica. Também está em pauta a Resolução para disposição final de resíduos mercuriais.  
82Todos os senhores já devem ter visto a pauta. Tem uma série de temas bastante importantes. E tem dois temas que  
83nós queremos ainda verificar a possibilidade de inclusão aqui nos assuntos gerais, além da data e pauta da próxima  
84reunião da Câmara, são dois temas importantíssimos. O primeiro deles é uma recomendação que o Ministério do  
85Meio Ambiente quer fazer e submeter aqui ainda à apreciação hoje. É uma recomendação muito simples, mas que  
86se refere a pilhas e baterias. E, na verdade, ela se refere, essa recomendação trata, na verdade, de uma proposta  
87de uma recomendação ao Congresso Nacional para agilização da tramitação do Projeto de Lei que trata da Política  
88Nacional de Resíduos Sólidos. Não está na pauta, é uma proposta que o Ministério está fazendo para que essa  
89recomendação ainda entre em Assuntos Gerais no final desta reunião. Naturalmente vai depender do andamento  
90dos debates, mas se essa possibilidade houver, vai ser muito bom para nós termos a possibilidade de junto com a  
91discussão de pilhas e baterias, na próxima reunião do CONAMA, em junho, termos também essa recomendação,  
92porque ela completa, de alguma maneira, a Resolução que nós vamos apreciar. Já tem pedidos de vistas de vários  
93Conselheiros. E nós vamos apreciar na próxima reunião Plenária do CONAMA. E, além disso, também nós vamos  
94iniciar gestões junto ao Ministério da Justiça para que talvez a Resolução de pilhas e baterias receba uma emenda  
95nas Disposições Finais, onde o Ministério do Meio Ambiente e o Governo Federal assumam um compromisso de  
96intensificar a fiscalização em relação à entrada de pilha piratas no País. Como o tema de pilhas e baterias é muito  
97importante, eu não quero me alongar nisso aqui, mas eu sei que tem muita gente aqui que tem interesse e  
98acompanha a matéria, e é uma matéria que saiu aqui desta Câmara Técnica, e está em Plenário. Nós queremos  
99aprovar sim a resolução de pilhas e baterias, em junho, mas num ambiente que considere todas as implicações que  
100envolvem o debate sobre esse tema. E o segundo ponto que nós queremos ver a possibilidade de inclusão, é uma  
101proposta também de recomendação que o Ministério do Meio Ambiente - isso na vai ser discutida hoje, mas apenas  
102apresentada ao final da reunião - referente a sacolas plásticas, a questão de sacolas plásticas. Então, é isso que eu  
103gostaria só de aqui anunciar e solicitar aos senhores nessa abertura da reunião. Eu espero que tenhamos uma  
104reunião produtiva, tranqüila, em paz, em harmonia. Passo a palavra aqui para o nosso presidente, Fernando, do  
105Ministério da saúde.

106

107

108**O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** – Eu quero saudar a todas e todos. Realmente eu fico  
109muito feliz de estar numa reunião da Câmara Técnica, com a platéia repleta, com quorum máximo, se não me  
110engano, não é Ruth?

111

112

113**A SR<sup>a</sup>. RUTH RODRIGUES TABACZENSKI (CONAMA)** - Está faltando o Ministério das Comunicações, que  
114confirmou presença, mas acredito que não virá.

115

116

117**O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** – Estamos com quorum, isso que é importante, quase

118 completo. Antes de dar início aos trabalhos, eu queria que a nossa Câmara se apresentasse, como também o  
119 público aqui presente. Eu vou começar por mim. Meu nome é FERNANDO F. CARNEIRO. Eu coordeno a Área de  
120 Vigilância Ambiental e Saúde do Ministério da Saúde, e atualmente somos aqui Conselheiro do CONAMA, vice-  
121 presidente da Câmara Técnica, assumindo hoje a presidência em função da ausência do André Eliana, da  
122 ANAMMA.

123

124

125 **O SR. MARCO ANTONIO CAMINHA(CNI)** – Setor produtivo.

126

127

128 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Tiago Camargo, representando a ANAMMA.

129

130

131 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Francisco Iglesias, representando o Instituto  
132 Maranhense de Recursos Hídricos e Meio Ambiente, representação civil da Região Nordeste.

133

134

135 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – Cláudio Alonso, São Paulo.

136 **O SR. GUSTAVO SILVA DE CARVALHO (Governo de Alagoas)** – Gustavo Carvalho, Instituto do Meio Ambiente  
137 do Estado de Alagoas.

138

139

140 **O SR. MARCO ANTÔNIO BORBA (Ministério da Saúde)** – Marco Borba, do Ministério da Saúde, Área de  
141 Vigilância da Saúde Ambiental, Conselheiro do CONAMA.

142

143

144 **A SRª. ALINE (ELABORE)** – Aline, da Elabore Consultoria Ambiental.

145

146

147 **O SR. EUGENIO CARLOS DELIBERATO (ANIP)** - Eugenio Carlos Deliberato, da ANIP (Associação Nacional das  
148 Indústrias de Pneumáticos).

149

150

151 **O SR. ALBERTO ALVES (ANFAVEA)** - Alberto Alves, ANFAVEA.

152

153

154 **A SRª. RENATA MURAD (RECICLANIP)** - Renata Murad, RECICLANIP.

155

156

157 **O SR. JOSÉ CARLO ARNALDI (AREBOP)** - José Carlo Arnaldi, AREBOP (Associação Nacional das Empresas de  
158 Reciclagens de Pneus e Artefatos de Borrachas).

159

160

161 **O SR. NILSON ROQUE LEITE FARIAS (CRA/BA)** - Nilson Roque, Conselho de Recursos Ambientais da Bahia.

162

163

164 **O SR. CARLO HENRIQUE (RECICLAP)** - Carlo Henrique, RECICLAP.

165

166

167 **A SRª. THAIS MARCONDES DE GODOY SOUZA (RECICLABOR)** - Thais Godoy Souza, da RECICLABOR  
168 (Reciclagem de Artefatos de Borrachas).

169

170

171 **O SR. AMAURI MARCNI JUNIOR (AREBOP)** - Amauri, AREBOP.

172

173

174 **O SR. ROBERTO MARCONDES DE GODOY (RECICLABOR)** - Roberto Godoy, da RECICLABOR.

175

176

177 **O SR. ANDRÉ POSSE (AREBOP)** - André Posse, AREBOP.

178

179

180 **O SR. ANDRÉ PENA (SEMPRE)** - André Pena, CEMPRES (Compromisso Empresarial para Reciclagem).

181  
182  
183 **O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRH/MMA)** – Roberto Monteiro, da Secretaria de Recursos Hídricos e  
184 Ambientes Urbanos do Ministério do Meio Ambiente.  
185  
186  
187 **O SR. RUI INOCÊNCIO (IBC)** - Rui Inocêncio, Instituto Brasileiro do Crisotila.  
188 **O SR. CLÁUDIO LANGONE (ELABORE)** - Cláudio Langone, Elabore Consultoria.  
189  
190  
191 **O SR. EDUARDO MARTINS (ELABORE)** - Eduardo Martins, Elabore Consultoria.  
192  
193  
194 **O SR. JOSÉ ALBERTO (IBC)** - José Alberto, Instituto Brasileiro de Crisotila.  
195  
196  
197 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** - Wanderley Baptista, Confederação Nacional da Indústria.  
198  
199  
200 **O SR. EDUARDO WAGNER (DIRETORIA DE QUALIDADE AMBIENTAL DO IBAMA)** - Eduardo Wagner, da  
201 Diretoria de Qualidade Ambiental do IBAMA.  
202  
203  
204 **O SR. AMAURI RAMOS DE OLIVEIRA (BRIDGESTONE FIRESTONE DO BRASIL)** - Amauri Ramos de Oliveira,  
205 da Bridgestone Firestone do Brasil.  
206  
207  
208 **O SR. CHRISTIAN DEVISSCHER (ANI/PIRELLI)** - Christian Devisscher, Pirelli Pneus Ltda., associada da ANIP.  
209  
210  
211 **O SR. HIDERALDO JOSÉ COELHO (MAPA)** - Hideraldo Coelho, Ministério da Agricultura, Coordenação de  
212 Fertilizantes.  
213  
214  
215 **O SR. MARCOS PELLEGRINI BANDINI (MMA/SRHU/DAU)** - Marcos Bandini, do Ministério do Meio Ambiente, da  
216 Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano.  
217  
218  
219 **O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA (MMA/SRHU/DAU)** – Silvano. Sou diretor do Departamento de Ambiente  
220 Urbano/MMA da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente.  
221  
222  
223 **O SR. LEONARDO MANIGLIA DUARTE (PETROBRÁS)** - Leonardo Maniglia Duarte, representando a Petrobrás.  
224  
225  
226 **O SR. GILBERTO WERNECK (IBAMA SEDE)** - Gilberto Werneck, Diretoria de Qualidade Ambiental do IBAMA.  
227  
228  
229 **A SRª. ZILDA M. F. VELOSO (IBAMA)** - Zilda Veloso, Diretora Geral de Gestão da Qualidade Ambiental do IBAMA.  
230  
231  
232 **A SRª. MIRTES V. BARALLI (SMCQ/MMA)** – Mirtes Baralli, Ministério do Meio Ambiente, Departamento de  
233 Qualidade Ambiental na Indústria.  
234  
235  
236 **A SRª. FERNANDA ADAUTO (MMA)** - Fernanda Adauto, Departamento de Economia e Meio Ambiente do  
237 Ministério do Meio Ambiente.  
238  
239  
240 **A SRª. FRANCINE CUNHA (MS)** - Francine Cunha, Assessora Jurídica da Área de Saúde Ambiental e Saúde do  
241 Trabalhador, do Ministério da Saúde.  
242  
243

244 **O SR. MARCELO CARVALHO (CONAMA)** - Marcelo Carvalho, Assessor Técnico do CONAMA

245

246

247 **A SRª. DOMINIQUE LOUETTE (CONAMA)** - Dominique Louette, do Departamento de Apoio ao CONAMA.

248

249

250 **A SRª. RUTH RODRIGUES TABACZENSKI (CONAMA)** – Ruth Tabacznski, Assessora Técnica do CONAMA.

251

252

253 **A SRª. LISIANE BLOOM (CONAMA)** – Lisiane, do Departamento de Apoio ao CONAMA.

254

255

256 **O SR. ELDER (CONAMA)** - Departamento do CONAMA;

257

258

259 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DCONAMA)** - Eu vou pedir ao presidente para fazer um registro

260 aqui, embora tenhamos a presença de muitas autoridades, eu quero destacar e agradecer a presença do nosso ex-

261 presidente do IBAMA, aliá, até hoje o presidente, o único que bateu recorde, foi presidente duas vezes, que é o

262 Eduardo Martins, duplamente presidente, nós temos que destacar; e o nosso ex-Secretário Executivo do Ministério

263 do Meio Ambiente, Cláudio Langone. Agradecer aqui a presença deles.

264

265

266 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Antes de dar início à nossa pauta, eu acho que duas

267 questões que nós não poderemos deixar de citar hoje neste dia, primeiro é esse clima pós-Conferência, que eu

268 acho que foi um grande sucesso. Temos que dar um parabéns a toda a equipe do Ministério do Meio Ambiente. A

269 Saúde participou, com três delegados natos, porque temos assentos no CONAMA, no Conselho de Recursos

270 Hídricos e também no CONABIO, fora os nossos assessores. Para nós foi uma grande prioridade participar da

271 Conferência. É eu queria comunicar a todos que foi aprovada, na Conferência Nacional do Meio Ambiente, a

272 convocatória, para 2009, da I Conferência Nacional de Saúde Ambiental. Essa conferência já havia sido aprovada

273 no final do ano na Conferência Nacional de Saúde. Foi aprovada na Conferência Nacional de Cidades e agora foi

274 aprovada na Conferência Nacional de Meio Ambiente. Envolvendo, além dos Ministérios, uma conferência

275 intersetorial, porque além da convocatória do Ministério da Saúde, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério

276 das Cidades, a proposta que foi enriquecida na Conferência Nacional do Meio Ambiente, que ela seja convocada

277 também pelo Ministério da Educação e Trabalho. Então, nós vamos estar trabalhando nessa direção no próximo

278 ano para termos uma conferência que vai tratar de todas as questões ambientais com repercussão na saúde,

279 convocada por cinco Ministérios, que vai ser a primeira conferência que vai abordar um tema tão relevante e tão

280 atual. Eu trouxe aqui os subsídios para a construção da Política Nacional de Saúde Ambiental, que foi construído

281 pelo Ministério da Saúde, com o Conselho Nacional de Saúde. Eu vou disponibilizar esse documento para os

282 representantes aqui de Governo e de entidades. Não tem para todos, mas pelo menos tem um para cada

283 representante. Está no *site* do Ministério da Saúde. A idéia é que nessa conferência seja aprovada uma política

284 nacional de saúde ambiental também. A segunda coisa que não poderíamos deixar de mencionar. É a primeira

285 reunião do CONAMA após a saída da Ministra Marina Silva. É com muito pesar que nós do Ministério da Saúde

286 recebemos essa notícia porque nunca houve uma relação tão boa com o Ministério do Meio Ambiente como agora

287 na gestão da Ministra Marina. Para vocês terem uma idéia, no Dia Mundial da Saúde, que é comemorado em todo o

288 Planeta Terra, é convocado pela Organização Mundial da Saúde, o tema foi Protegendo a Saúde das Mudanças

289 Climáticas. Comemoramos o dia 7 de abril, no Acre, com a presença da Ministra Marina. O Ministro Temporão não

290 pôde ir porque perdeu um ente familiar na véspera, mas ele estaria presente nesse dia. E foi um momento muito

291 importante, onde reafirmamos os nossos acordos de cooperação técnica do Ministério da Saúde com o Ministério do

292 Meio Ambiente. E as nossa interfaces com as várias áreas tanto no CONAMA quanto no Ministério do Meio

293 Ambiente e com o IBAMA te sido muito boa. Então, nós esperamos que realmente essa alteração no comando geral

294 não implique em perdas dessa grande articulação que nós temos tido. Eu sempre disse, sempre quando eu tive

295 oportunidade de falar em público em vários eventos do Ministério que realmente eu me sentia orgulhoso de ter

296 como ministra uma ex-seringueira, uma mulher que lutou ao lado do Chico Mendes, uma mulher que desafiou... um

297 destino que poderia ser ligado ao analfabetismo, uma exclusão social e hoje ocupou o cargo máximo da política

298 ambiental no Brasil. Então, eu queria propor para essa Câmara Técnica que ela fizesse uma moção de apoio a

299 agora Senadora Marina, de apoio e de reconhecimento do trabalho que ela fez. Uma moção que pudesse ser

300 apresentada ao pleno do CONAMA para ser encaminhado ao nosso Presidente da República. Então, eu faço essa

301 proposta aqui para Câmara. Eu até, se a Câmara também me permite, eu pediria para à nossa assessora jurídica e

302 o nosso Conselheiro do Ministério da Saúde que até ao longo do dia nos apresentasse uma proposta de moção que

303 nós pudéssemos estar avaliando no final dos nossos trabalhos. Podemos começar? Algum comentário? Sobre a

304 nossa pauta, alguma sugestão em termos de inversão de pauta? Francisco.

305

306

307 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – Eu teria uma questão preliminar, que é a seguinte.  
308 Esta Câmara não se reúne há oito meses. É uma Câmara que eu sou antigo nela... Ela sempre foi uma câmara  
309 extremamente profícua na elaboração de resoluções, posições, proposições, grupos de trabalho, etc. Não sei por  
310 que isso aconteceu, mas me parece que é devido à presidência que não tenha comparecido e não tem  
311 encaminhado adequadamente a questão. Eu gostaria de receber até para a representação da ANAMMA se nós  
312 vamos ter alguma solução para esse caso ou não, porque nós não podemos... Olha, praticamente nós estamos no  
313 fim da nossa gestão aqui nessa câmara e não produzimos nada até agora. Na produzimos nada. O que é  
314 lamentável para uma câmara que é extremamente profícua na elaboração de normas, projetos, posições. Então, eu  
315 gostaria de saber da ANAMMA qual é a posição, porque a ANAMMA é que está na presidência.

316  
317  
318 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – A ANAMMA lamenta que isso tenha ocorrido sob a  
319 presidência de um de seus representantes. O antigo representante, o Dr. André Liana não é mais secretário  
320 municipal de meio ambiente de Foz do Iguaçu, se descompatibilizou por motivos pessoais e, portanto, também não  
321 é mais representante da ANAMMA nesta Câmara Técnica. Inicialmente havia o apontamento de que eu mesmo  
322 fosse o representante, só que essa vaga não cabe à ANAMMA Nacional, só à ANAMMA Sul. Então, o presidente, o  
323 Dr. Clarismino Júnior está se reunindo com a diretoria da ANAMMA, teve uma reunião ontem, teve uma reunião  
324 semana passada, e nós vamos encaminhar já na próxima semana o nome do representante da ANAMMA nessa  
325 Câmara Técnica. Dependemos ainda de um contato depois com o departamento do CONAMA a possibilidade que  
326 essa vaga seja da ANAMMA Nacional, e não da ANAMMA Sul, mas o comprometimento aqui é que independente  
327 de quem for o andamento vai ser dado, e já tinha sido até avisado que essa ANAMMA era a única que tinha que se  
328 reunir quatro vezes por ano. Então, já com o compromisso de que o próximo presidente já convoque uma reunião  
329 com um prazo, um lapso temporal um pouco menor para que os processos tenham andamento. Nós vemos que na  
330 carteira dessa Câmara Técnica tem inúmeros processos e nós esperamos que o próximo representante da  
331 ANAMMA aqui consiga dar o andamento necessário para que essa carteira seja devidamente satisfeita.

332  
333  
334 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – Parece-me que em função de tudo isso, a figura  
335 da presidência é importante para o encaminhamento dos trabalhos. E eu gostaria de saber até em termos  
336 regimentais, me parece que a pessoa que é indicada é a pessoa e não o cargo. Portanto, eu não sei se não há  
337 necessidade de fazer uma nova eleição para que se tenha um presidente que leve de uma forma mais conseqüente  
338 a própria condução da Câmara, porque realmente está muito ruim. Eu gostaria de saber da própria direção do  
339 CONAMA se o presidente é o cargo ou se o presidente é a pessoa, porque senão, caso contrário, precisamos de  
340 uma nova eleição. E que se faça mais rápido possível, se for o caso, se assim regimentalmente reza, porque não  
341 está dando, está muito ruim.

342  
343  
344 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DCONAMA)** – Conselheiro Cláudio, na verdade... É porque é o  
345 seguinte, a presidência é exercida pela instituição. A instituição é que é eleita. Quando tem eleição a instituição é  
346 que eleita. Então, no caso a ANAMMA. Em primeiro lugar a ANAMMA teria que apresentar um substituto, porque o  
347 André Liana... A ANAMMA Sul, no caso.

348  
349  
350 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – ...Do art. 24 cita a questão da vacância.  
351 Como houve uma espécie de vazio, vamos dizer assim, porque havia uma... de trabalho do André, até ele me  
352 consultou para... Quando foi participar do processo de escolha do presidente dessa Câmara Técnica, ele nos  
353 consultou, eu, a Vera, para se tornar presidente. Então, nós sentimos que se há interesse da ANAMMA,  
354 corroborando as palavras do Cláudio Alonso, acho que isso tem que ser feito de uma forma urgente, a indicação da  
355 nova presidência. Se a ANAMMA não tem interesse, eu acho que aqui tem que ser a hora e o lugar dela se  
356 manifestar para já indicar um novo presidente.

357  
358  
359 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – A ANAMMA se manifestou com uma certa  
360 anterioridade. O grande problema foi que de acordo com os representantes do CONAMA teria que ser  
361 obrigatoriamente alguém da região Sul. E a indicação, o ofício já está até ali, foi enviado para o Nilo em abril,  
362 indicando meu nome para assumir a presidência. Contudo, ontem recebemos uma ligação dizendo que  
363 necessariamente deveria ser da região Sul. E só por isso a ANAMMA não tem uma posição oficial, porque só ontem  
364 essa ligação foi feita, só ontem essa ligação foi feita, só ontem essa informação nos foi passada. Se a informação  
365 tivesse sido passada com anterioridade, certamente a ANAMMA com a mesma responsabilidade que tem  
366 participado de todos os eventos, que tem participado de todos os debates que inclui a Política Nacional de Meio  
367 Ambiente, teria também tido a responsabilidade de indicar alguém aqui oficial e permanentemente. Contudo, ontem  
368 eu recebi uma ligação do Mário às 18h 20, me garantindo que não poderia ser uma indicação da ANAMMA  
369 Nacional, que teria que ser obrigatoriamente da ANAMMA Sul. Então, só por isso é que a ANAMMA não tem uma

370posição permanente aqui.

371

372

373**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – Eu só faria uma pergunta para encerrar o  
374assunto: caso vocês indiquem representante da região Sul, enfim, cumpra todos os ritos e procedimentos, vocês  
375têm interesse em continuar na presidência?

376

377

378**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Total. Eu já lhe digo os nomes: se puder ser da  
379ANAMMA Nacional sou eu, se for da ANAMMA Sul, é o Jorge Müller.

380

381

382**O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DCONAMA)** – Só para esclarecer. Quando fui eleito presidente,  
383Thiago, aqui na Câmara Técnica, foi Nilo – Nilo, Diretor do DCONAMA; quando foi eleito presidente da Câmara  
384Técnica, foi eleita a instituição ANAMMA Sul. Porque a ANAMMA ocupa algumas vagas no CONAMA. Cada vaga é  
385como se fosse uma vaga de uma outra instituição. É a mesma instituição, mas é uma vaga diferente. Então, a  
386ANAMMA Sul foi eleita aqui. Por isso que um presidente que substitua André Liana deveria ser da ANAMMA Sul  
387também, porque está vindo por essa vaga. Agora, se por um acaso ANAMMA Sul, ou ANAMMA de uma forma  
388geral entender que quer manter, como você está dizendo, a presidência, então indica alguém pela ANAMMA Sul. É  
389essa que é a determinação. (Correto, pessoal do Regimento?) Agora, se acaso se conclua que não, aí tem que ser  
390feita uma nova eleição. Mas pelo que você está dizendo, a ANAMMA mantém o propósito de continuar presidindo  
391esta Câmara Técnica. Agora só para esclarecer, conselheiro Cláudio, na verdade eu quero tirar um pouquinho aqui  
392o peso da responsabilidade do presidente da Câmara por uma razão só. É porque a própria equipe do CONAMA,  
393departamento do CONAMA, houve uma série de interveniências de calendário nesse período... Porque a reunião  
394anterior foi realmente no ano passado e nós já estamos em maio. Então, ficou um longo período sem ter a reunião.  
395Janeiro, normalmente, e fevereiro nós fazemos muita pouca atividade de Câmara Técnica do CONAMA. E março  
396nós tivemos uma plenária logo no começo do mês. E tivemos uma extraordinária em abril, além do que o CONAMA  
397mudou-se de endereço. Nós saímos do bloco B para a W3. Eu sei que não justifica, mas é apenas para o  
398entendimento dos senhores, nós tivemos algumas dificuldades de calendário nesse período. Só por isso. Então, não  
399foi totalmente razão apenas das dificuldades do André Liana. E também lembrando o seguinte, que a Câmara  
400Técnica se reúne desde que qualquer conselheiro dela também manifeste e se disponha também a fazer com que a  
401reunião aconteça. Demanda o departamento e nós corremos para marcar a reunião, também sob pleito de qualquer  
402conselheiro participante da Câmara.

403

404

405**O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** – Só um esclarecimento da ANAMMA: “Então, vocês já  
406têm uma pessoa da ANAMMA Sul para indicar para a presidência?

407

408

409**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Sim.

410

411

412**O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** – Sabem de onde é?

413

414

415**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Jorge Muller, secretário de meio ambiente de  
416Blumenau.

417

418

419**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – E uma vez indicado, automaticamente assume a  
420presidência e acabou, não é isso? Então, nós solicitamos encarecidamente ao representante da ANAMMA, que tão  
421logo o Jorge... Que ele assuma de fato e agilize as próximas reuniões, porque tem muito assunto em pauta. O  
422Estado de São Paulo tem uns interesses específicos em algumas matérias complicadas. Não pelo Estado de São  
423Paulo, mas eu acho que existe um conjunto de matérias complicadas, e eu acho que nós poderíamos já marcar  
424para o mês que vem como uma meta a ser atingida, uma próxima reunião.

425

426

427**O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** – Eu proponho que nós aproveamos o calendário até o fim  
428do no, porque a nossa agenda também é muito complicada até o fim do ano. Se nós já fecharmos aqui as nossas  
429reuniões com o número que nós achamos para manter o nível que a Câmara tem, nós já garantimos isso. (?)  
430proposta. Para nós já garantirmos isso, já no final da reunião nós nos planejamos até o fim do ano.

431

432

433 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Só um esclarecimento, Nilo, o art. 28, as  
434 convocatórias é feita entre o presidente e a Secretaria Executiva. Só quero lembrar, porque senão fica parecendo  
435 que eu como conselheiro da Câmara posso fazer um pedido e solicitar convocação. Quer dizer, eu posso até fazer,  
436 mas não é eu que convoco. Tem que ficar claro isso. Só faço a provocação. Mas que a idéia do Fernando de fazer  
437 um calendário... Porque tem que ter no mínimo três reuniões por ano.

438  
439  
440 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – Esta Câmara se reunia de oito a dez vezes por  
441 ano por dois dias seguidos.

442  
443  
444 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Mas eu estou dando o mínimo. Nós temos  
445 oito meses, já vamos inteirar um ano. Pelo menos em quatro e quatro meses. Mas eu gostaria depois fazer outros  
446 comentários, porque os meus comentários foram na mesma direção do Cláudio, que já tinha até anotado, mas tem  
447 outros comentários que eu gostaria de fazer dentro do meu tempo.

448  
449  
450 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** – Só para terminar esse encaminhamento do  
451 cronograma: eu peço, então, que a Secretaria do CONAMA nos apresente ao longo dos trabalhos uma proposta de  
452 cronograma, de acordo com a própria capacidade de convocatória ao histórico da Câmara para nós estarmos  
453 apresentando a esta Câmara ao final dos trabalhos. Viu, Ruth? Então, passo a palavra para o Francisco.

454  
455  
456 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Eu queria colocar primeiro que não foi  
457 levantada, apesar de ter sido citado aqui, a provocação feita pela Zuleica na 89ª Reunião Ordinária, que é a questão  
458 do Grupo de Trabalho de Lâmpadas Florescentes, ele gostaria... É porque lá cita questão de resíduos mercuriais.  
459 Não ficou uma coisa específica. E como eu vi a discussão na reunião anterior de setembro, na realidade ficou meio  
460 obscuro, lógico que eu vou pedir o esclarecimento num momento devido, então, eu gostaria de solicitar isso. Outra  
461 coisa, eu gostaria que me esclarecesse, que facilita o trabalho, pelo menos o meu, se haveria condições de  
462 disponibilizar esses arquivos em .rtf ou .doc, para facilitar nós trabalharmos com eles no computador, em meio  
463 digital. Toda vez nós temos que transformar e perde um tempo grande. E são muitos. Para você fazer uma  
464 anotação, aí você tem transformar em, porque o .pdf é limitado nesse sentido porque ele é um documento para não  
465 ser mexido. E eu tive dificuldade o seguinte, pela agenda de todo mundo estar muito puxada, a agenda do pessoal  
466 que está no CONAMA, fora também a agenda que nós temos externa de trabalho e outras atividades na área  
467 ecológica, vários pareceres que eram para estar no sítio, na página, não estavam. E eu não consegui localizar. Vou  
468 citar aqui sobre a própria 307, a questão da 370, recolhimento de restos de agrotóxicos. “Solicita anuência do  
469 CONAMA”, não explicou que anuência era essa. E a proposta que estabelece diretrizes gerais para disciplinar a  
470 prática de reuso... Não tinha a proposta. Eu não tive tempo de entrar lá no processo, mas acho que ela deveria estar  
471 na página para facilitar o acesso. É o item 2.9. Reuso em água potável, que eu não consegui encontrar. Então,  
472 seriam essas observações minhas, Francisco Iglesias, sobre a questão da pauta e o andamento dessa nossa  
473 Câmara Técnica.

474  
475  
476 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** – Eu queria esclarecer ao Conselheiro Francisco, com  
477 relação à solicitação da APROMAC, a Zuleica questionou isso no Plenário do CONAMA, eu até fui dá o  
478 esclarecimento do posicionamento da Câmara, dar o histórico. Tinha-se proposto um GT mais amplo, com vários  
479 subgrupos, mas mesmo com essa explicação foi reiterado pela Zuleica e pelo na hora presidente do CONAMA, o  
480 Capobianco, para nós criarmos o grupo. Então a primeira coisa que eu fiz quando eu cheguei aqui foi solicitar para a  
481 Ruth exatamente a moção (não é, Ruth?) que foi feita pela Zuleica para ser incorporada no item 2.4. Então,  
482 Francisco, quando nós formos debater o item 2.4, vai ser recuperado exatamente como a Zuleica fez, a solicitação  
483 da plenária do CONAMA e vamos debater isso aí. Com relação a esse item está esclarecido?

484  
485  
486 **A SRª. RUTH RODRIGUES TABACZENSKI (CONAMA)** – Primeiro decidir Lâmpadas, depois nós aos poucos,  
487 porque eu teria que ver na página em geral. O Iglesias falou que alguns pareceres não estão na página. Eu vou ter  
488 que verificar, porque eu não sei exatamente qual. Em geral, nós procuramos colocar todos, o que não implica que  
489 não possa haver falhas, que são esses processos e N outros. As acredito que a maioria esteja. Mas nós vamos  
490 verificar isso. Iglesias, sobre as lâmpadas mercuriais da Zuleica, o processo, esse processo que está pautado, trata-  
491 se de lâmpadas mercuriais. O título dele foi criado mais genérico, mas a moção que tem dentro trata  
492 especificamente de lâmpadas mercuriais. Não foi mudado o título do processo, porque a Câmara não solicitou. A  
493 partir do momento se a Câmara solicitar “coloque um título mais claro”, a Secretária-Executiva do CONAMA fará.

494  
495



496 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DCONAMA)** – Só mais uma explicação, presidente. Em relação  
497a .rtf e .doc, todos os documentos que são disponibilizados no *site* têm que ser em .pdf mesmo, por uma questão de  
498segurança. Mas qualquer conselheiro que precisar de versões em .doc ou .rtf, é só solicitar, nós mandamos  
499imediatamente.

500

501

502 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – Eu vou fazer um comentário aqui, que é o  
503seguinte: realmente dá muito trabalho, eu não vejo uma questão de segurança maior de você querer travar um  
504documento na hora em que ele ainda está em elaboração. Se é um documento final, que se utilize todas as formas  
505de segurança, tudo bem. Em documentos parciais, onde efetivamente se mexe o tempo inteiro, eu não vejo uma  
506razão maior. E olha, lhe garanto o seguinte, dá um trabalho, que não é pequeno. Eu não vejo razão alguma de não  
507colocar em .doc. Nenhuma. Não há razão de segurança. O documento original está no Ministério, não está no  
508eletrônico. Para quem trabalha, que tem gente que nem leu a coisa, mas para quem fica trabalhando em cima, pega  
509texto, compara texto, etc., é um trabalho que (?). Não há razão de segurança.

510

511

512 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DCONAMA)** – Conselheiro, só para explicar qual é a razão de  
513segurança que pelo menos a Secretaria do CONAMA tem se valido nesse procedimento, é o seguinte: um  
514documento aberto e em discussão, Câmara Técnica ou GT, se nós disponibilizamos num *site* numa forma que  
515qualquer pessoa que acesse o documento pode alterar, nós perdemos inclusive a qualidade ou a segurança...

516 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Tecnicamente, ele não pode salvar de volta  
517lá. Só vocês. Só alguém que tem o acesso ao sítio ou ao próprio (?) do sítio que pode salvar. Agora, se for questão  
518de direito autoral, aí é outra questão. A questão de usar a Microsof, etc.... Mas acho que até o .doc não é mais  
519propriedade dela. Nem o .rtf.

520

521

522 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DCONAMA)** – Bom, nós vamos verificar isso aí. Eu não entendo  
523suficiente de informática para debater isso longamente.

524

525

526 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** – Bom, eu tenho uma proposta aqui para consultar a  
527todos se há algum proposta em termos de inversão de pauta.

528

529

530 **O SR. MARCO ANTONIO CAMINHA (CNI)** – Eu gostaria de pedir inversão de pauta, considerando-se o retorno a  
531esta Câmara Técnica da Resolução 258 sobre disposição final de pneus, nós discutirmos primeiro esse  
532encaminhamento da CTAJ e qual o encaminhamento daríamos a essa Resolução e depois voltaríamos ao item 2.1  
533dando continuidade na pauta na forma que está.

534

535

536 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** – Consulto aos membros se estão de acordo com esse  
537encaminhamento proposto pela CNI.

538

539

540 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – Eu concordaria, mas em função do próprio  
541posicionamento da Jurídica, eu gostaria que se discutisse todos em conjunto, porque não é só o caso do  
542pneumático, é o caso do pneumático, é o caso dos resíduos mercuriais, é o caso dos resíduos de embalagens; são  
543todos. Então, eu acho que nós podemos pegar isso como exemplo, mas discutir todos em conjunto, porque todos, à  
544luz do que se pronunciou a Jurídica, eles têm que ter o mesmo encaminhamento. Nós temos que ter o mínimo de  
545coerência. São todos os encaminhamento de resíduos. Por que resíduo pneu é de um jeito e resíduos outros não?  
546Aí não dá.

547

548

549 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** – Mais algum comentário? O que está sendo proposto  
550não é apenas uma inversão do item 2.2, o Cláudio Alonso está propondo agregar isso a todas as linhas temáticas  
551que tem a ver com a questão de resíduos. Eu vou consultar aqui a equipe do CONAMA: vocês têm alguma  
552consideração em relação ao que ele está colocando?

553

554

555 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Presidente, só pó questão de ordem, se eu não  
556entendi... e o encaminhamento. Teve uma proposta alternativa do Cláudio Alonso, mas eu creio que a proposta  
557anterior tem que ser votada também.

558

559  
560 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** – Veja bem, conselheiro Thiago, o que está acontecendo  
561 é que não há contradições. Ele apenas agregou na proposta dele a inversão de pauta seguida de outros temas.  
562  
563  
564 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – Posso explicar? Não sou contra a inversão de  
565 pauta, não é isso. Eu só alertei que é importante que nessa inversão de pauta ao se discutir o pneu se faça uma  
566 discussão de todas as propostas de resíduo para que nós tenhamos a mesma coerência em toda as resoluções. Se  
567 uma vale uma coisa, não pode ser o inverso para outra. É só isso. Eu não sou contra a inversão de pauta, mas o  
568 que eu proponho é que se expanda a discussão para uma posição geral sobre resíduos. Não é contra, é ampliar a  
569 discussão.  
570  
571  
572 **O SR. MARCO ANTONIO CAMINHA(CNI)** – Na realidade a nossa proposta é justamente em função do parecer da  
573 CTAJ E eu acho que daí nas discussões acaba entrando essas questões que o Cláudio Alonso está levantando,  
574 que nós vamos discutir. Exatamente essa é a razão do meu pedido de inversão de pauta, para decidir esse tema já  
575 de uma vez na questão dos encaminhamentos...  
576  
577  
578 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** – Eu tenho uma proposta. Cláudio, é uma questão acho  
579 que não tanto do mérito, mas operativa para a nossa Câmara. Esse tema é um tema polêmico, temos grande  
580 representatividade aqui na Plenária em relação a isso, e é um tema um pouco diferenciado porque ele está com  
581 pendências em nível internacional em termos de Mercosul, OMC, pendências no âmbito jurídico, STF, etc. Esse  
582 tema realmente é muito mais crítico do que os outros de resíduos, em função dessa conjuntura. Eu acho que  
583 abordá-lo no conjunto, eu acho que teríamos um pouco... Poderia comprometer o restante do andamento da pauta  
584 em termos da Resolução completa desse tema. Eu acho que se nós pelo que eu estou entendendo do que já me  
585 deram de subsídios, nós não devemos entrar inclusive no mérito dessa matéria. Então, se nós já abordamos ela  
586 primeiro e já damos os devidos encaminhamentos, nós liberamos nossa pauta para estar fazendo os devidos  
587 encaminhamento em relação aos outros temas e já liberamos inclusive as pessoas que estão aqui presentes,  
588 porque eu acho que existe uma proposta de consenso de nós não entrarmos no mérito nisso agora. Se criar um  
589 grupo de trabalho, etc. Então, pode ser realmente pertinente resolver logo isso e nós liberamos para nós irmos para  
590 outros itens. Então, eu acho que considerar isso em função da sua proposta, você pudesse reconsiderar.  
591  
592  
593 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – Eu acho que a Câmara tem que ser coerente com  
594 o que faz. Então, ao levantar essa questão junto com a inversão de pauta, eu acho que nós não podemos discutir  
595 pneus sem pensar que nós estamos discutindo outras coisas, porque no mínimo nós vamos ter que em função do  
596 que nós discutirmos para pneu, nós vamos ter que ser coerentes para o resto. O meu questionamento é mais nesse  
597 sentido. Se nós acatamos a decisão da Jurídica... E eu já vou adiantar, até para vocês verem que a coisa não é tão  
598 fácil assim. Se nós acatamos o parecer da Jurídica que fala claramente “retorno à Câmara Técnica de origem, tendo  
599 em vista que a matéria está em aprovação pelos poderes legislativos e judiciário”, olha, as outras também estão. Se  
600 nós acatarmos isso, nós temos que acatar para o resto. Então, é isso que nós podemos alertar. Nós podemos até  
601 discutir pneu só, mas o resto nós vamos ter que ter o mínimo de coerência, porque senão nós viramos loucos.  
602  
603  
604 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** – Eu concordo com você, quanto que quando nós  
605 propomos também isto para o plenário do CONAMA, a questão dos resíduos mercuriais, nos foi solicitada uma  
606 especificidade, do tema GT Lâmpadas, por exemplo. A medida que nós entrarmos nisso, nós vamos começar já a  
607 entrar no mérito. Então, eu vou colocar aqui... discussão com a Política Nacional de Resíduos o contexto de uma  
608 discussão jurídica e política disso. Então, coloco em votação a inversão de pauta, quem estiver de acordo por favor,  
609 se manifeste levantando o braço. Quem é contra a inversão de pauta? Abstenções? Francisco, você é o quê?  
610 Abstenção. Então, pauta invertida, começamos com o item 2.2, Processo 02000.000611/2004-15, revisão da  
611 Resolução 258/99, que dispõe sobre a “destinação final de forma ambientalmente adequada...” E “segura”, não é?  
612 Acho que tem um erro aqui. “De pneumáticos inservíveis”. Interessada: Associação Nacional da Indústria de  
613 Pneumáticos. Vamos deliberar sobre a matéria. Tem essa informação de que a CTAJ, Câmara Jurídica, em sua 38ª  
614 Reunião realizada em 04 e 05 de dezembro de 2007 deliberou pelo retorno à câmara técnica de origem, tendo em  
615 vista que a matéria está em apreciação pelos poderes Legislativo e Judiciário. E apresentação do parecer SMCQ,  
616 MMA, sobre o ofício da CNI datado de 14 de maio de 2007. Eu peço então a palavra para a Ruth, dar os devidos  
617 esclarecimentos para a nossa Câmara Técnica para os andamentos dessa questão.  
618  
619  
620 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – Só uma questão de ordem.  
621

622  
623 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** – Questão de ordem precede, mas ela vai dá um  
624 esclarecimento, viu, Cláudio?  
625  
626  
627 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – Eu entendo que com todo o direito a Câmara  
628 Técnica pode devolver à Câmara Técnica, só que pela ordem eu entendo que tem que ter uma justificativa clara.  
629 Nós percebemos apenas uma frase colocada aqui. Eu acho que é pela ordem do bom funcionamento desta casa, a  
630 Jurídica tem todo o direito de devolver, mas ela tem que dar uma explicação um pouquinho melhor. Lembro apenas  
631 que na Resolução 20, que virou 357, a Jurídica nos pedia milhares de esclarecimentos via escrita e jamais nos deu  
632 nenhum, o que eu não acho razoável. Eu acho que é muito importante para que nós estudemos que venha com um  
633 ofício explicando por que e não apenas uma frase solta.  
634  
635  
636 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** – Bom, podemos já inclusive encaminhar isso, em termos  
637 de proposta de retorno para a Jurídica, solicitando um melhor esclarecimento da matéria. Esse é um item que nós  
638 podemos estar encaminhando.  
639  
640  
641 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Só uma questão de esclarecimento. Na de  
642 câmaras técnicas dentro do Regimento se exige que toda matéria seja apresentada com parecer justificativo. Então,  
643 eu até acho que isso, não só nesta Câmara Técnica, tem que ser um padrão que tem que ser adotado em todas as  
644 câmaras técnicas, porque depois você acaba retornando as matérias. Qual é a explicação, porque retornou? No  
645 caso da Jurídica, eu vou manter a minha crítica que eu faço no plenário, às vezes ela entra no conteúdo e esquece  
646 a forma. Entra no conteúdo... Faz até coisas boas, mas não é função dela.  
647  
648  
649 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** – Tendo em vista a questão de ordem, até para não ficar  
650 prejudicado o debate, se nós já pactuarmos nisso, então eu acho que um encaminhamento desta Câmara seria  
651 realmente retornar à Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. É uma primeira proposta. Está colocado isso... Deixa  
652 nós que a Ruth faça o esclarecimento. Está inscrito o conselheiro da CNI e depois a Zilda também pediu a palavra.  
653  
654  
655 **A SRª. RUTH RODRIGUES TABACZENSKI (CONAMA)** – Nós apresentamos ali um encaminhamento de  
656 apresentação do parecer da SMCQ, MMA, que é sobre o ofício da CNI. Esse parecer, foi encaminhada uma minuta  
657 e não foi encaminhado o original para nós. Então, fica prejudicada essa apresentação, porque isso tem que ter  
658 tempo hábil ou aparecer... Colocar no site, como o Francisco Iglesias falou. Não veio em tempo hábil, então nós não  
659 temos esse parecer. Fica prejudicado aquele encaminhamento de apresentação do parecer.  
660  
661  
662 **O SR. MARCO ANTONIO CAMINHA(CNI)** – Eu concordo com esse pedido de esclarecimento à CT AJ, mas o que  
663 eu entendo é que nós não remeteríamos a Resolução de volta à CT AJ, apenas pediríamos para eles um  
664 esclarecimento em relação a esse encaminhamento que eles deram, mas eu gostaria de propor o seguinte: para  
665 ganharmos tempo, nós poderíamos abrir um grupo de trabalho, propor um tempo reduzido... Regimentalmente é  
666 seis meses, nós podemos deliberar aqui por um mês, dois meses, para já irmos revendo alguns pontos da própria  
667 Resolução, de acordo com os últimos eventos que ocorreram, se concordarem com isso. Mas encaminharíamos um  
668 pedido de esclarecimento à CT AJ.  
669  
670  
671 **A SRª. ZILDA M. F. VELOSO (IBAMA)** - Eu queria tentar ajudar a esclarecer essa questão. Eu não estava na  
672 reunião da Câmara de Assuntos Jurídicos, que deliberou sobre isso, mas será que não houve um erro ao resumir a  
673 matéria no resultado da Câmara de Assuntos Jurídicos? Porque no início do ano passado a CNI mandou um pedido  
674 (a Resolução estava na Câmara de Assuntos Jurídicos), um pedido para que fosse, retornasse a esta Câmara,  
675 porque havia dois problemas que ela gostaria de reavaliar. Eu não estava, Nilo, na reunião da Câmara de Assuntos  
676 Jurídicos, mas será que não foi isso que provocou, e existe um parecer favorável da SQA, hoje SNUC, favorável ao  
677 retorno? Será que não foi isso que provocou e houve uma falha de redação? Eu não estava presente a essa reunião  
678 de dezembro passado da Jurídica, eu estou tentando ajudar, porque ele é anterior à reunião e dezembro.  
679  
680  
681 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – Você me dá uma parte, Zilda? Por isso que eu  
682 acho que a Jurídica tem que apresentar um documento explicando. “Será que”, “eu acho que”, não dá.  
683  
684

685 **A SRª. ZILDA M. F. VELOSO (IBAMA)** - Eu estou dizendo, porque eu não fui à reunião, Cláudio.

686

687

688 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – Nós também não.

689

690

691 **O SR. NILO SERGIO DE MELO DINIZ (Diretor do DCONAMA)** – Só para esclarecer. A presidência está encaminhando aqui uma solicitação à Câmara de Assuntos Jurídicos, proposta pelo Cláudio, para que ela fundamente exatamente o que motivou esse retorno à Câmara Técnica. Se for aprovado esse encaminhamento aqui sugerido pela CNI, pelo Caminha, de Grupo de Trabalho, nós solicitamos que a Câmara se reúna agora no final de maio. Daqui a 10, 15 dias, ela se reúne. A Câmara de Assuntos Jurídicos. Nós fazemos essa solicitação, se for aprovada pelos conselheiros, encaminhamos e aí durante o trabalho desse grupo, que se for constituído, nós já vamos ter recebido um esclarecimento da Jurídica com mais detalhe do porquê desse retorno. Eu acredito que a Zilda tenha razão, deve ter relação com essa solicitação da CNI. Mas não ainda nós ficamos aqui supondo. O que nós temos objetivamente é isso que está relatado aí, não acredito que tenha havido nenhuma omissão. Mas a solicitação aprovada pelos senhores será encaminhada imediatamente aos membros da Câmara de Assuntos Jurídicos.

702

703

704 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Eu vejo que o assunto já veio prejudicado. Fica difícil para a Câmara Técnica de Saúde tomar alguma decisão sem esse relato detalhado e sem a apresentação desse parecer sobre o ofício da CNI. E eu gostaria também, e isto é uma preocupação que sempre eu tenho com essas revisões, que se apresentasse sempre de forma até mais estatística, mais detalhada estatisticamente, os motivos de revisão de Resolução. Eu já vi várias revisões de Resolução aqui no CONAMA, em que a pessoa faz um ofício, mas não faz uma justificativa e nenhum ato de realmente acompanhamento da efetividade da Resolução. Essa é uma das resoluções que precisaria de um acompanhamento. A outra questão que eu queria colocar era que eu gostaria que o IBAMA nos informasse, não precisa ser nesta reunião, realmente como anda o cumprimento dessa Resolução. Porque ela estabeleceu metas muito claras, essas metas foram progressivas; o sentido é claro. É muito claro o sentido da retirada dos pneus inservíveis do meio ambiente. Então, eu gostaria de ter uma idéia de como realmente anda o cumprimento da Resolução que está em vigor, não dessa 1715 que está proposta, porque essa inclusive muda muito o conteúdo em termos de metas da Resolução anterior.

716

717

718 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Eu conversei com o Dr. Rodrigo, que é o representante da ANAMMA na CETAJ, antes de vir para esta reunião justamente perguntando o que significava isso. Ele me alegou ainda esta semana que o que a CETAJ entendia é porque como matéria realmente está sendo apreciada pelo Legislativo e como existe já um processo judicial em torno disso, esperava que se ficasse numa espécie de *standby*, o que me assusta. O que me assusta profundamente, porque decidir deixar essa matéria... Não apreciar essa matéria porque ela já está sendo apreciada em outro âmbito, em outras esferas, nós não vamos apreciar nada, porque tem outros subgrupos de trabalho aqui que estão de *standby* porque o PNRS não foi aprovado. E aí me espanta mais ainda – ainda citei essa discussão no CONAMA – porque parece que o CONAMA é o parlamento e o parlamento é o CONAMA. Nós temos que esperar a Lei para o CONAMA discutir alguma coisa, quando na verdade o CONAMA é que deveria servir de subsídio para decisão judicial. As discussões do CONAMA deveriam servir de subsídios para qualquer Projeto de Lei que estivesse em aprovação. Então, eu não creio que seja justificativa o fato de a matéria estar sendo apreciada, o fato de um PNRS não ter sido aprovado, para nós não discutirmos. Pelo contrário, isso é motivo para que nós discutamos mais e mais, que nós cheguemos a um consenso, que alguma coisa seja aprovada no plenário do CONAMA, até para que isso sirva de subsídio para as outras pessoas que estão apreciando. Está lá na 6938, o nosso papel é justamente assessorar quem vai decidir depois.

734

735

736 **O SR. GUSTAVO SILVA DE CARVALHO (Governo de Alagoas)** – Meu posicionamento, Fernando, seria muito naquilo que o Thiago falou, eu não estou absolutamente entendendo o porquê. O que eu pediria um esclarecimento é o seguinte: está bem posto o posicionamento lá, mas no processo não há absolutamente justificativa nenhuma do retorno... A informação que o Thiago falou, foi porque manteve um contato com alguém da Câmara. Eu acho que tem que ter isso no processo, senão, não poderia nem estar na pauta.

741

742

743 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** – Tem dois posicionamentos que estão sendo colocados aqui pela Câmara. Um é que se peça à Câmara de Assuntos Jurídicos que esclareça o motivo do retorno, para nós qualificarmos o nosso debate. E uma segunda proposta, que é de criar um grupo de trabalho para se debruçar sobre isso. Vocês consideram que elas são excludentes?

747

748  
749 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Veja bem, essa proposta de Resolução veio  
750 de onde, veio de um grupo de trabalho?  
751  
752  
753 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** – Não é proposta de Resolução, é revisão da Resolução.  
754  
755  
756 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Pois é, mas existe uma proposta de  
757 Resolução.  
758  
759  
760 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – Na última Câmara. Eu participei dos debates. Esta  
761 Câmara, na gestão anterior, digamos assim, foi no seu último trabalho apresentar à Jurídica uma proposta de  
762 revisão. É isso que está sendo debatido. Não é uma nova. Já existe uma prontinha, analisada, que deu um trabalho,  
763 custou muito dinheiro, teve muita reunião. Essa proposta de revisão que está sendo devolvida para nós. É essa  
764 proposta que está sendo devolvida, em função de que o assunto está sendo debatido no Congresso. Então, existe  
765 uma proposta já absolutamente estruturada. Agora, se vamos rever ou não vamos rever, é problema de nós  
766 decidirmos aqui. Mas existe, a proposta está pronta.  
767  
768  
769 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – É isso que eu estou colocando, porque existe  
770 uma proposta diferenciada. É a proposta que nós temos de entrar em discussão. Eu tenho ela, inclusive, a proposta,  
771 e tenho a Resolução que está em vigor. Então, eu acho que a proposta já foi feita. Eu acho que não cabe, Sr.  
772 Caminha, criar um GT para fazer... Acho que não cabe isso. Cabe explicar... Eu, por exemplo, me sinto com  
773 dificuldade de tomar qualquer decisão aqui em relação a essa matéria, em função de não estar o parecer... Não  
774 estar nem o ofício da CNI, que eu não li, nem o parecer da Secretaria de Qualidade Ambiental; e não está a  
775 justificativa correta da CTAJ. Então, eu me sinto com dificuldade de discutir essa matéria. Posso ter a minha  
776 opinião, mas talvez o ofício, o parecer, a justificativa, nos daria mais subsídios para essa discussão. Então a minha  
777 proposta é que sejam solicitados esses pareceres, seja solicitado o parecer do Ministério do Meio Ambiente, seja  
778 solicitado por escrito a justificativa da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, que acho que ela tem que fazer para  
779 todas, vou repetir isso. Ela tem que justificar isso sempre para todas. Para depois nós podermos julgar e discutir  
780 essa matéria. Então, eu sugiro que essa matéria seja encaminhada para a próxima reunião e subsidiada com tudo  
781 isso que foi solicitado.  
782  
783  
784 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** – Estou inscrito, depois é Roberto, Zilda e o  
785 representante da CNI. Eu queria fazer uma ponderação, que eu estou achando que esses novos elementos que  
786 estão sendo colocados realmente estão prejudicando qualquer deliberação nossa, mesmo a criação de um grupo de  
787 trabalho. Eu acho que nós temos que primar pela qualificação do nosso debate, pela disponibilização de  
788 informações para a nossa tomada de decisão. Eu acho que na medida em que nós começamos a tomar decisões  
789 sem ter a base exigida para isso, nós começamos fragilizar o nosso da Câmara. Então, em reconhecimento a um  
790 trabalho anterior, que já foi colocado pelo Dr. Cláudio Alonso, que deve ter exigido realmente muito esforço, eu não  
791 posso... Fica realmente incoerente para uma câmara técnica já criar um grupo de trabalho sem nem termos ainda o  
792 completo esclarecimento sobre o que motivou esse retorno para a Câmara de Assuntos Jurídicos. Realmente  
793 existem pendências que podem bloquear o trabalho desse grupo sim no STF. Não é uma questão também que  
794 temos que esperar o STF, mas existem questões que realmente podem inviabilizar o trabalho desse grupo, que eu  
795 acho que nós podemos estar despendendo esforço desnecessário. Então, essa é minha ponderação. Eu tendo  
796 também a colher a sugestão do Cláudio e do Francisco de considerar essa discussão prejudicada e remeter de volta  
797 para a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos para solicitar esclarecimentos e nós voltemos a pautar isso na nossa  
798 próxima reunião, que vai ser breve. Eu estou prevendo quase uma reunião por mês até o fim do ano, que eu acho  
799 que é isso, que nossa câmara tem que ter esse ritmo, e não realmente deliberar em termos de criação de grupo de  
800 trabalho ou qualquer outra coisa nesta reunião de hoje. É uma tendência. Respeitando às inscrições aqui: Roberto,  
801 depois Zilda.  
802  
803  
804 **O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRH/MMA)** – Até quanto eu me recordo – eu estava presente na reunião da  
805 Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos –, na verdade foi todo o desconforto em primeiro haver Projeto de Lei em  
806 tramitação no Congresso Nacional tratando da matéria de pneus inservíveis e por segundo contencioso havido na  
807 Organização Mundial do Comércio com relação à questão da União Européia quanto à importação de pneumáticos  
808 usados. Desde que coordenei a primeira versão desse assunto, eu tenho sempre alertado que nós não podemos  
809 misturar os assuntos. Nós estamos tratando aqui de recolhimento de pneus inservíveis que terão destinação  
810 ambientalmente adequada. Nós não estamos tratando nesta matéria de importação de pneus usados. Importação

811de pneus usados está sendo tratado no Supremo Tribunal Federal e na Organização Mundial do Comércio, que já  
812decidiram que não cabe importação, essas questões todas, como já estava colocada em toda a nossa legislação  
813proibindo importação de pneus usados. Então, essa matéria não pode é contaminar a nossa discussão sobre  
814destinação ambientalmente adequada de pneus inservíveis. E aí o CONAMA é totalmente competente em  
815determinar. A matéria já foi transitada dentro da nossa Câmara Técnica na gestão anterior, como colocou Cláudio  
816Alonso, e isso já foi aprovado pela Câmara Técnica. Foi a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos que se sentiu,  
817digamos, desconfortável com relação a isso, por conta disso, como está lá: “matéria está em apreciação pelo Poder  
818Legislativo e Judiciário”. Mas a matéria que está em apreciação pelo Poder Judiciário é outra coisa, é proibição de  
819pneus usado... Que incluindo aí os remoldados. Nosso negócio aqui é o pneu inservível. Destinação  
820ambientalmente adequada de pneus inservíveis. Tem Projeto de Lei no Congresso? Tem. Mas tem Projeto de Lei  
821há mais de dez. E se nós formos esperar mais de dez anos para fazer isso, nós não vamos conseguir fechar essa  
822linha de raciocínio nunca. Os valores, quando colocados, nós colocamos um prazo de cinco anos escalonado,  
823pressupondo a existência de um passivo ambiental de mais de 100 milhões de pneus. Então, estabelecemos o  
824inicial de colhendo metade, depois 75%, hoje já está em 125%, no quinto ano. Mas também tivemos a inteligência  
825de colocar a revisão no seu quinto ano, porque o passivo não vai existir eternamente. Então, hoje o que obriga ter  
826essa Resolução, que já está aprovada e foi para a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e deveria, evidentemente,  
827se mandou dizer porque está mandando, não é só o desconforto, dizer o que é, e nós precisamos revisar os índices.  
828Nós não podemos continuar com 125%, que nós sabemos que o maior recolhimento de material usado (?) alumínio  
829não chega a 95%. A legislação de óleo lubrificante usado, nós estabelecemos no mínimo 30%. Então, porque vai  
830continuar persistir depois do quinto ano, que tinha justificativa até o quinto ano, com 125% agora. Então, nós temos  
831que estabelecer... O fulcro principal dessa Resolução é estabelecer quanto que nós vamos recolher, qual é o  
832compromisso que nós vamos fechar politicamente.

833

834

835**A SRª. ZILDA M. F. VELOSO (IBAMA)** - Eu vou começar pelo fim. O Roberto tem parte razão e em parte ele não  
836tem. Essa matéria tem implicância sim naquela discussão do contencioso. Por quê? A defesa da União Européia  
837para enviar ao Brasil pneus reformados, ela toma por base que o Brasil tem capacidade para destinar esses pneus.  
838E se a proposta de Resolução aprovada nesta Câmara reduza a meta de destinação à metade, isso faria a leitura  
839para os europeus, para o painel, o júri que estava decidindo isso, que poderia decidir pelo envio de pneus  
840reformados para o Brasil, porque o Brasil, se está reduzindo a meta da Resolução CONAMA que trata de pneus  
841inservíveis, tem capacidade sim para destinar os reformados que eles querem mandar. Então, a implicação é (?) e  
842foi uma decisão de governo impedir que essa discussão fosse adiada no âmbito do CONAMA, da revisão. O pedido  
843que a CNI fez, a CNI pede duas coisas... A implicação do Judiciário que tem... Há propostas que saíram daqui foi e  
844foi para Jurídica.

845

846

847**O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** – Uma questão de esclarecimento, só para entender o  
848que você falou. Você está dizendo que a proposta de revisão enviada por essa câmara reduz alguns desses índices  
849de metas?

850

851

852**A SRª. ZILDA M. F. VELOSO (IBAMA)** - A meta, praticamente a metade do valor.

853

854

855**O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** – Ok. Era isso que eu queria esclarecer.

856

857

858**A SRª. ZILDA M. F. VELOSO (IBAMA)** - O que a princípio não seria, por isso que eu disse que o Roberto em parte  
859tinha razão, porque ele descreveu muito bem na parte da concepção da Resolução. Ela foi concebida para se  
860terminar um passivo que existia. Então, a últimos meta em vigor é quatro para cinco. Ela é uma meta de 125% de  
861destinação. Nós entendemos que esse passivo foi reduzido e propusemos aqui na Câmara, os conselheiros, o  
862Grupo De Trabalho, que ela fosse revista e fosse reduzida, porque não se encontrava mais pneus inservíveis  
863dispostos de maneira inadequada para dar destinação. Foi essa a concepção da revisão, não é, Cláudio? Por isso  
864que o Roberto descreveu muito bem esse assunto. (Respondi a sua pergunta, Fernando?). Quando a Resolução foi  
865aquí aprovada eu cheguei a alertar para uma falha que ela tinha, mas isso não chegou a ser votado. Qual era a  
866falha? Eu estou dizendo na Resolução que os fabricantes são aqueles que têm que dar maior parcela do  
867cumprimento da Resolução, tem que comprovar a maior parcela do cumprimento. Eles poderiam descontar para a  
868meta deles os pneus que eles vendem às montadoras de veículos. Só que eu não excluí as montadoras de veículo  
869do compromisso... Eu estou incluindo os fabricantes de pneus e aqueles que importam pneus com veículo,  
870naturalmente. Pneus que equipam veículos automotores. Aí gerou uma confusão, porque hoje o que ocorre é o  
871seguinte, hoje os fabricantes de pneus na hora que vendem um pneu para a montadora, aquele pneu eles contam  
872como a meta deles para a fabricação, ou seja, do cálculo que nós fazemos, fabricação mais importação menos  
873aquilo que é exportado, isso gera uma meta. Essa meta, eles têm que dar destinação, os fabricantes de pneus. Os

874importadores de veículos que são importadores e exportadores, esses hoje fazem o balanço, porque a balança  
875comercial brasileira, a exportação é muito maior do que a importação. Pela revisão aprovada aqui há um ano e meio  
876atrás, ela diz que eles vão poder abater da meta... Os fabricantes de pneus poderão abater da meta os pneus que  
877eles vendem às montadoras, ou seja, a montadora ao importar o pneu, ela vai ter que recolher e dar a destinação,  
878igualzinha às outras. Então, é por isso que a CNI pediu a revisão. Nós achamos que aí havia uma falha de redação  
879na Resolução. O parecer feito pela SQA diz isso, que esse ponto nós julgamos que seria conveniente retornar a  
880esta Câmara para a Resolução ser revista. E existe um outro pleito, que é o pleito que não diz respeito só a essa  
881Resolução, mas a Resolução de co-processamento de resíduos, que é autorizarmos, está no texto da revisão, que  
882nós proibimos a queima de pneus em caldeiras. E é um pleito dos fabricantes de pneus para que nós autorizemos a  
883queima de pneus em caldeira. Bom, isso é um assunto que nós temos que discutir com mais detalhe. Agora, a  
884revisão, ela tem implicações de matérias, de poderes... Implicações principalmente porque o contencioso ainda não  
885finalizou. Nós aguardamos sim uma decisão do Supremo quanto à ação que foi dada pela AGU de  
886descumprimento... Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental. Eu não sou familiarizada com esses nomes  
887jurídicos, para mim é difícil de guardar. E o conselheiro Francisco perguntou sobre o cumprimento. Nós estávamos  
888planejando fazer uma apresentação sobre isso após este, ou seja, após a deliberação, convocação de um grupo ou  
889uma nova reunião para tratar especificamente do tema, já que a pauta de hoje era muito carregada para fazer uma  
890apresentação desse tipo. Só mais uma colocação, Fernando, se me permite. Nós autuamos os fabricantes do pneu  
891pelo não cumprimento da Resolução e o IBAMA através da AGU responde a uma ação na Justiça que nos impede  
892de multar os fabricantes de pneus. Quer dizer, nós controlamos os fabricantes de pneumáticos, mas estamos  
893impedidos de autuá-los porque o juiz concedeu uma liminar aos fabricantes, entendendo que não existem pneus  
894inservíveis para serem recolhidos e destinados, como diz a Resolução. A meta hoje está mais elevada. É esse o  
895esclarecimento que eu queria fazer. Obrigada.

896

897

898**O SR. MARCO ANTONIO CAMINHA (CNI)** – Eu vou ser objetivo e rápido. Eu respeito muito a posição do Cláudio  
899Alonso e do conselheiro Iglesias, realmente gastamos muito tempo, mas nada impede quando nós detectamos que  
900existe algum ajuste a ser feito, que nós também nos manifestamos. Isso qualquer conselheiro pode fazer, inclusive  
901a carta da CNI está no *site* do IBAMA já faz algum tempo, esclarecendo exatamente o porquê da solicitação. E  
902conforme a própria Zilda falou, tem outros pontos a serem ajustados aqui na Resolução. A nossa proposta de criar o  
903GT seria para esse GT ir avaliando os pontos enquanto pedia esclarecimento à CTAJ. Uma coisa eu acho que não  
904invalida a outra. Nós adiantaríamos nosso trabalho em relação a esses pontos todos. Isto, o que eu gostaria de  
905reafirmar, que eu acho que todos nós ganharíamos e muito se começasse a trabalhar nisso até a próxima reunião  
906desta Câmara Técnica, enquanto a presidência desta Câmara Técnica faz a consulta à presidência da CTAJ,  
907exatamente esclarecendo o que eles querem dizer com aquele encaminhamento deles. Ele foi muito, digamos  
908assim, sucinto, e não diz exatamente. Remete para cá por uma determinada razão, mas não diz o que tem que ser  
909feito. Então, eu acho que nada impediria de nós estarmos adiantando, até porque é interesse de todos nós do  
910IBAMA, do setor produtivo, mesmo do Ministério da Saúde, que essa Resolução saia na melhor forma possível  
911atendendo a todos. Não é nosso interesse que isto aqui fique parado eternamente. E nós já estamos em discussão  
912há quantos nisto aqui? Acho que é três, quatro anos, não é? Então, o interesse nosso é esse, por isso essa nossa  
913proposta desse GT... De um curto período para fazer os ajustes necessários. Ou seja, o Ministério da Saúde tem  
914uma preocupação em relação a vetor de saúde, o setor produtivo tem uma preocupação em relação à parte de  
915recolhimento e o IBAMA tem outro deles. Quer dizer, cada um aqui e nós fazemos esse consenso, e realmente  
916chegar em plenário, porque pode chegar em plenário, vem aquela chuva de pedidos de vistas, que não é interesse  
917de ninguém. E aí a coisa empaca por mais seis meses. Isso que eu queria colocar. Não queremos aqui estar  
918inviabilizando, nós queremos é justamente adiantar, viabilizar e tornar claro tudo, até para chegar na CTAJ uma  
919proposta que realmente a CTAJ também aprove sem estar remetendo novamente para nós.

920

921

922**O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Eu queria fazer uma ponderação, realmente agora  
923falando como Ministério da Saúde, eu quero colocar uma preocupação em relação a esse tema. Eu convoco a todos  
924na hora desse debate à responsabilidade sanitária e ambiental diante desse tema. Eu quero colocar que nós  
925estamos enfrentando a epidemia que não precisa dizer para vocês o que, por exemplo, cidades como o Rio de  
926Janeiro têm enfrentado. Epidemia de dengue e já anunciada desde o ano passado pelo Ministério da Saúde que ia  
927acontecer. E a perspectiva do ano que vem é nós termos essa epidemia que ocorreu no Rio de Janeiro mais em  
928nove estados, e com a possibilidade da entrada do dengue 4. Ou seja, a possibilidade de mais mortes no país  
929associadas à dengue é eminente. É uma epidemia que a tendência é só avançar no ambiente urbano, aproveitando  
930as nossas deficiências de saneamento, aproveitando as nossas deficiências em termos de gestão, tanto no âmbito  
931da atenção básica de saúde como no próprio campo do saneamento. Então, o quadro para o Brasil em termos dos  
932cenários, ainda mais com a questão de mudanças climáticas, com a ampliação das áreas, inclusive de reprodução  
933desse mosquito para as regiões Sul é crítico. Então, o Ministério da Saúde, qualquer discussão que envolva pneu,  
934que é por excelência um ótimo reservatório para o mosquito da dengue, nós vamos ser radicais. Radicais na defesa  
935da saúde da nossa população. Então, o que eu sinto é que antes de criar qualquer grupo de trabalho, que nós  
936estamos falando da revisão de uma resolução que não tem nem elementos da sua aplicação. Que está sendo

937questionada na Justiça. Então, antes, acho, de tomar qualquer deliberação, eu realmente não me considero aqui  
938com nenhum subsídio, até para criar um grupo de trabalho, porque nós estamos tratando de uma Resolução que eu  
939não tenho idéia do impacto dela... Eu sei das dificuldades do setor produtivo de cumprir alguns dos seus atributos,  
940tanto que ele está entrando na Justiça contra o próprio Ministério do Meio Ambiente. Agora, eu quero saber como  
941que anda isso no resto do Brasil em termos da sua aplicação em função do grande interesse nosso em termos da  
942saúde pública da nossa população. Então, a minha é que esse item nós façamos, reforço o pedido do Dr. Cláudio  
943Alonso de solicitar informações para a Câmara Jurídica para qualificar o nosso debate. Se há elementos que  
944devemos então considerar até para o grupo de trabalho se acharmos pertinente, então, vamos considerar as  
945contribuições, que nós temos uma câmara que cuida dessas questões. E eu sugeriria que nós repassássemos esse  
946tema para próxima reunião nossa do próximo mês, em junho. Com o parecer da Jurídica, claro.

947

948

949**O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Eu sempre tenho *uma reflexão (?)* que nós  
950temos que melhorar a matéria que nós estamos trabalhando com ela. Então, veja bem, eu estou tentando ver aqui  
951no processo elementos até mais justificativos para a revisão, fora o art. 4º, porque talvez não teria nem o que  
952discutir, porque o art. 4º da Resolução já obriga essa revisão. Apesar que eu achei que as pessoas que discutiram  
953na época deveriam ter dado um prazo maior, até para implementar o que seria implementado em 2005. Até para ver  
954como isso funcionava. Por isso que eu pedi para a Drª. Zilda, o IBAMA, apresentar. Parece que eles já têm uma  
955apresentação que poderia nos apresentar esses elementos aí de como é que está funcionando essa Resolução,  
956como é que ela está se desempenhando. Eu sinto que a matéria deveria ser mais discutida. Eu não encontrei... Eu li  
957a Resolução proposta, ela realmente é uma grande mudança. Como o Roberto disse, é 50% que cai o recolhimento,  
958não é? É a revisão. Mas é uma nova Resolução que substitui a outra. Tem um novo número. Então, veja bem, eu  
959fiquei preocupado, porque quando eu vi a questão da data de revisão e não vi que a Resolução, a 258, o item  
960referente ao 5º ano, que seria exatamente quando a indústria passaria a recolher mais do que produz, eu não vi  
961uma matéria mostrando o que está acontecendo. Por isso que eu acho que talvez seria melhor, e aí eu vou  
962caminhar com as ponderações do Dr. Caminha, que é de criar esse GT, trabalhar isso melhor. Não vejo  
963prejudicado, porque eu acho que qualquer matéria que entra aqui, quanto mais ela ser trabalhada nas câmaras  
964técnicas e nos GTs, melhor para o Plenário. Diminui e muito os atritos no Plenário. Agora, com uma simples  
965observação que nós vamos ter outros GTs aqui que nós vamos ter que trabalhar para criar, nós precisamos garantir  
966uma diversidade maior dentro dos participantes dos GTs para garantir esse embate no GT para não ter esse  
967embate nem na Câmara Técnica – ela pode ter, mas diminuir os embates dentro do Plenário.

968

969

970**O SR. EDUARDO MARTINS (ELABORE)** - Eu queria agradecer, Presidente, a oportunidade. Eu queria também  
971lembrar das oportunidades que tive interagindo com o representante das entidades não governamentais, o Doutor  
972Chico. (Eu vou ser breve) Na realidade, a posição do setor de pneumáticos é de compromisso com a destinação  
973adequada. A dificuldade tem sido várias. A primeira tem sido atender as metas. Foi feito um esforço, na realidade já  
974um segundo trabalho, de grande amplitude, de amplitude nacional, para avaliar o ciclo do pneu, desde a sua  
975produção à destinação final. Esse trabalho foi feito pelo IPT de São Paulo e ele demonstra de uma maneira bastante  
976objetiva que é impossível o setor assumir responsabilidades por vários dos agentes na cadeia. A segunda  
977dificuldade de assumir pela disposição inadequada essa responsabilidade é conseguir ter disponível o volume  
978necessário para cumprir as metas. Foi em função desses dois argumentos que para não ser, e para responder as  
979multas etc., como a Drª. Zilda já explicou, o setor entrou em juízo e conseguiu uma decisão liminar. A sugestão feita  
980pela CNI e pelo representante das ONGs, no nosso ver seria a melhor oportunidade para nós trazermos essa  
981informação, explicar como é que hoje a ANIP se organizou através de uma empresa específica para montar a coleta  
982de pneus em todo o Brasil e ver qual é a melhor maneira de construir uma solução. Não há nenhum interesse de  
983recorrer à justiça se a destinação a que o setor ficar responsabilizado for possível e viável.

984

985

986**O SR. MARCO ANTONIO CAMINHA(CNI)** – Na realidade eu torno minha as palavras do Eduardo Martins, eu ia  
987justamente falar a respeito disto, do interesse da indústria em ter atitude mais correta e do estudo do IPT com os  
988números que vai demonstrar. Esse estudo foi feito algum tempo atrás, foi atualizado agora, 2007. Quer dizer, na  
989realidade até no grupo anterior e na Câmara Técnica anterior esse estudo até foi meio contestado porque falaram  
990que estava desatualizado. Então, a ANIP tomou as providências e pediu ao IPT que atualizasse esse estudo para  
991que os novos números fossem apresentados. E o GT seria essa oportunidade de fazer isso. Agora, reitero  
992novamente o seguinte: eu não estou aqui propondo um GT que vai ficar aí seis meses, prorrogado por mais seis  
993meses. Seria uma discussão pontual. Nós no máximo em dois meses estar com esses pontos revistos e  
994clarificados. Essa é a nossa proposta. Não é nos estendermos à CNDI em discussões intermináveis.

995

996

997**O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** – Eu quero pedir a todos que se inscreveram, a estas  
998três pessoas, o Cláudio, Francisco e José que sejam bem breves e já proponham se possível questões de  
999encaminhamento, que eu acho que nós já estamos chegando a um momento que já podemos estar tomando uma



1000decisão.

1001

1002

1003**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – Olha, nós criticamos muito governos que pegam o  
1004poder e desprezamos tudo que o Governo fez anterior e pegamos o investimento anterior e jogamos no lixo. Nós  
1005não podemos repetir isso aqui. Nós tivemos um investimento grande na Câmara Técnica passada ao analisar esse  
1006processo. Não foi pequena. Nós criticamos o outro, mas queremos fazer igual. Alguém não gostou de alguma coisa  
1007e pede revisão. Não acho correto isso não. É um desprezo e um desrespeito às pessoas que trabalharam no  
1008passado e levaram em conta o documento do IPT, que eu conheço muito bem, e se com um pouco de boa vontade  
1009qualquer um adapta pequenos números a uma nova realidade, porque este País é muito grande e *entramos* (?) num  
1010processo de evolução muito grande, a cada seis meses os dados são outros. Nem por isso eu vou mudar minha  
1011postura por causa disso. Eu acho que nós não devemos desprezar o que foi feito no passado. Se são assuntos  
1012pontuais, a Plenária que decida e se houver o impedimento legal para que nós façamos efetivamente qualquer nova  
1013proposta segundo a visão da Jurídica, o que adianta eu ficar fazendo, perdendo mais tempo e dinheiro e fazer  
1014novos grupos. Para quê? Se existem questões pontuais, a Plenária tem autonomia suficiente para até fazer uma  
1015revisão lá dentro dela mesma. O que não se pode é a cada mudança de direção que tem aqui dentro nós queremos  
1016rever tudo porque não gostou do que o outro fez. Criticamos que o governo federal, o governo estadual e o governo  
1017municipal abandonou a obra dele, onde nós estamos fazendo igual, estamos abandonando todo trabalho já feito.  
1018Dessa forma eu não concordo, qualquer revisão que seja feita aqui... Gostaria muito de saber a opinião jurídica da  
1019Câmara Jurídica para vê se... Se houver algum impedimento, o que adianta nós ficarmos discutindo? Agora,  
1020rediscutir, rediscutir, rediscutir até quando? Não, eu sou contra.

1021

1022

1023**O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Vamos na lógica. Se voltou para cá é porque  
1024tem que discutir, senão tinha ido para o plenário (?) é uma questão lógica. Desculpe-me. Concordo, e eu vou  
1025reiterar faltou informação do parecer da CTAJ, que eu peço que a direção do CONAMA respeite o Regimento e  
1026solicite justificativa, porque o cara decide lá com eles na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, e decide ao bel-  
1027prazer dela e não manda nenhuma justificativa para as outras câmaras técnicas. E eu acho que no CONAMA a  
1028CTAJ não é maior que ninguém. Ela é igual. Então, eu acho que falta isso, falta esse parecer, falta esse ofício. Mas  
1029de qualquer forma a matéria voltou. Então, ela está aberta a novos encaminhamentos. Você pode concordar, eu só  
1030estou colocando uma opinião. Então, eu sempre, até por ser coerente, vou reafirmar isto aqui, acho que quanto  
1031mais você discute, melhor se apresenta. Agora, eu gostaria, e parece que já tem, mas eu gostaria de qualquer  
1032forma que fosse apresentado o parecer do IBAMA, o acompanhamento do IBAMA para a efetividade dessa  
1033Resolução. Junto com o parecer do IPT, se for criar o grupo de trabalho. Quer dizer, independente de ser criado o  
1034grupo de trabalho, se não for criado ou for criado, acho que tem que ter essa apresentação e esse parecer à  
1035Câmara Técnica.

1036

1037

1038**O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** – Eu estou com uma proposta de encaminhamento final  
1039para essa questão intermediária e tem um senhor que está inscrito. Fale e depois eu quero encaminhar, então. Por  
1040favor.

1041

1042

1043**O SR. JOSÉ CARLO ARNALDI (AREBOP)** - Bom dia. Quando foi criada a Resolução não existia a Associação dos  
1044Recicladores de Pneus. Com a necessidade e o andamento da matéria, criamos a associação em 2006. E eu posso  
1045dizer que essa revisão que tem aí tem artigos que prejudicam o nosso setor, por isso eu concordo com o grupo de  
1046trabalho e peço que seja realizado. Quando foi feito em maio de 2006 essa reunião nós tínhamos acabado de sair o  
1047documento da associação. Então, não deu para nós estarmos preparados para aquela reunião lá atrás. Então, hoje  
1048eu peço que seja feito, porque os recicladores têm muito a contribuir, porque os recicladores estão muito bem  
1049estruturados no País inteiro. Nós temos hoje 25 associados no País inteiro. Obrigado.

1050

1051

1052**O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** – Só uma curiosidade, quando vocês reciclam, o que  
1053vocês fazem com os pneus?

1054

1055

1056**O SR. JOSÉ CARLO ARNALDI (AREBOP)** - Hoje 70% vai para forno de cimento, parte faz solado, que são os  
1057pneus diagonais (?); faz percintas (?), que são produtos para serem utilizados. Já tem associado fazendo pó, já tem  
1058associado fazendo borracha regenerada, já tem associado fazendo gramado para campo de grama sintética. São  
1059equipamentos caros de linhas caras, que não é fácil (?) empresa. Posso dar um exemplo que o nosso associado de  
1060Ribeirão Preto gastou 15 milhões para montar uma empresa.

1061

1062

1063 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** – Eu quero fazer uma proposta que acho que vou tentar  
1064 contemplar os dois posicionamentos. A proposta é a seguinte: tendo em vista a importância do tema para a nossa  
1065 sociedade, para o nosso País, para o setor produtivo, para o setor ambientalista, para o setor saúde etc., que eu  
1066 acho que não precisa reforçar, só polêmica etc., eu tenho como proposta de encaminhamento intermediária  
1067 fazermos o seguinte: garantir realmente que na nossa próxima reunião em junho a Câmara Técnica abordaria esse  
1068 tema de maneira prioritária, quase exclusiva, numa reunião da Câmara Técnica e dentro de um mês, como estão se  
1069 colocando que são aspectos pontuais que estão sendo levantados nessa revisão, o que nós estamos justificando  
1070 que a princípio não criaríamos um grupo de trabalho. Teríamos um mês para todas as entidades qualificarem seus  
1071 argumentos em termos do que eles rever. Na verdade 15 dias, porque um mês seria a nossa reunião. Então, 15  
1072 dias para todos os interessados no tema prepararem sua argumentação, encaminharem para o CONAMA e dentro  
1073 de um mês estaríamos numa nova reunião nos debruçando como Câmara Técnica sobre esse tema, já contando  
1074 com o parecer da Jurídica e contando com uma apresentação do IBAMA sobre a implementação dessa Resolução.  
1075 Seriam questões obrigatórias para nós nos debruçarmos sobre esse tema. Então dessa forma nós estaríamos  
1076 garantindo a qualificação do nosso debate, estaríamos garantindo que todos pudessem qualificar seus argumentos,  
1077 estaríamos garantindo uma análise profunda em termos de como está sendo a aplicação dessa Resolução, que eu  
1078 acho que o que nós queremos é isso. Acho que tanto o setor produtivo, o *setor saúde e outros setores (?)*, nós  
1079 queremos que essa questão seja resolvida. Acho que queremos a mesma coisa. E também teremos esclarecido o  
1080 que a Jurídica levantou. Então, essa é uma proposta que eu tenho para submeter à nossa Câmara para nós já  
1081 deliberarmos e resolvermos isso aí.

1082

1083

1084 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Eu acrescentaria... Vai indicar todos os  
1085 documentos mais o pedido de informação que eu fiz ao IBAMA.

1086

1087

1088 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** – Isso, eu falei.

1089

1090

1091 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Falou, não é?

1092

1093

1094 **O SR. MARCO ANTONIO CAMINHA (CNI)** – Só uma questão. Você disse que dentro de 15 dias todos os setores  
1095 aqui interessados encaminhariam um documento com subsídios...

1096

1097

1098 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** – Eu até proponho que vocês possam aglutinar isso. Por  
1099 exemplo, vocês, como o CNC, aglutinasse toda a argumentação do setor produtivo, por exemplo.

1100

1101

1102 **O SR. MARCO ANTONIO CAMINHA (CNI)** – Mas quem consolidaria tudo isso para fazer um relato disso aí. Esse  
1103 que é o ponto.

1104

1105

1106 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** – Vocês fariam o relato do setor produtivo. Cada setor  
1107 seria responsável por fazer a sua consolidação.

1108

1109

1110 **O SR. MARCO ANTONIO CAMINHA (CNI)** – Mas seria interessante que tivesse um... Talvez designasse aqui um  
1111 pequeno grupo que relatasse isso, juntasse tudo isso num documento e fizesse um relato.

1112

1113 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Mas veja bem, Marcos, dependendo do que  
1114 vier de informação pode até criar o GT. Ou não. Vai depender do que vier. Aí eu até concordo com os  
1115 procedimentos, eu sou favorável que a matéria seja mais discutida, mas dependendo do volume de informações...

1116

1117

1118 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** – Nós resolvamos na Resolução aqui...

1119

1120

1121 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Nós vamos ter idéia. Se é extremamente  
1122 conflitante, nós podemos criar o GT. Podemos criar o GT proposto por você.

1123

1124

1125 **O SR. MARCO ANTONIO CAMINHA (CNI)** – Mas nessa próxima reunião da Câmara Técnica abriríamos

1126oportunidade para apresentarmos os estudos também.

1127

1128

1129**O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** – Qual é a proposta, Marco? A idéia que eu estou  
1130propondo é que vocês, o setor produtivo, a responsabilidade é qualificar o debate, então vocês seriam responsáveis  
1131por acolher todas as argumentações do setor produtivo. Setor ambiental está responsável por fazer um parecer  
1132também. E a Jurídica também estaria apresentando seu parecer. A princípio esses três posicionamentos, salvo  
1133algum outro grupo queira apresentar. Eu até coloco aqui o Ministério da Saúde também. Eu acho que nós podemos  
1134apresentar um pouco as nossas preocupações em termos do cenário atual da epidemia de dengue. Então teríamos,  
1135digamos, setor produtivo, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Saúde e a Jurídica. Quatro a princípio. Quatro  
1136setores colocando as suas preocupações.

1137

1138

1139**O SR. MARCO ANTONIO CAMINHA (CNI)** – Mas aí praticamente seria esse o único ponto de pauta na próxima...

1140

1141

1142**O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** – Praticamente.

1143

1144

1145**O SR. MARCO ANTONIO CAMINHA (CNI)** – Nós ficaríamos com dois dias para essa discussão.

1146

1147

1148**O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** – A princípio dois dias e, inclusive, com a redação da  
1149proposta de modificações da Resolução. Se nós chegamos a um consenso, saímos daqui com a Resolução já  
1150fechada para o plenário do CONAMA. Ou, senão, nós avaliamos que tem que criar um grupo, nós criamos.  
1151Praticamente. E em função do histórico que foi colocado. Por se tratar de tema já deliberado, já debatido, por se  
1152tratar de um tema muito polêmico, estaríamos fazendo essa opção de forma bem, digamos assim, peculiar em  
1153função das características do problema. Estamos de acordo?

1154

1155

1156**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – Gostaria que ficasse bastante clara a proposição,  
1157se possível por escrito.

1158

1159

1160**O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** – Vamos fazer a redação, então?

1161

1162

1163**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – Eu até sugiro, pela hora, alguém faça, logo depois  
1164do almoço apresenta.

1165

1166

1167**O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** – Tudo bem. Então, eu peço aqui para... Marcos, você  
1168pode fazer uma proposta para nós junto com a Ruth e a Francine, por favor? Eu já pedi para a nossa equipe técnica  
1169do Ministério da Saúde fazer uma proposta. Consideramos, então, o consenso no grupo, depois nós votamos  
1170direitinho o texto. Posso passar para o próximo ponto de pauta? 2.1. Vou ler, então: Licenciamento simplificado de  
1171aterros sanitários.

1172

1173

1174**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – Desculpe, eu proponho que seja o 8.5, o almoço  
1175(*Riso*).

1176

1177

1178**O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Eu ia fazer um encaminhamento nesse  
1179sentido. Nós vamos entrar num assunto extenso, também é outra Resolução...

1180

1181

1182**O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** – Consulto ao Silvano se teria disponibilidade de estar  
1183conosco à tarde também e sua equipe. Teria, não é? Ótimo. Então, vamos para o item almoço. A pedido da  
1184Plenária. Todos contribuindo com o Fome Zero. O retorno para essa mesma hora, 14h em ponto. Obrigado.

1185

1186

1187(*Intervalo para o almoço*)

1188

1189  
1190**A SRª. RUTH RODRIGUES TABACZENSKI (CONAMA)** - Boa tarde pessoal! A gente vai recomeçar agora o  
1191período da tarde, da 25ª Reunião da Câmara Técnica de Saúde e Saneamento. Meu nome é Ruth, esqueci de me  
1192apresentar. O Presidente que estava presidindo na primeira parte da reunião ele virá um pouco mais tarde, e o está  
1193substituindo, que também é suplente, nessa Câmara, o Dr. Borba, que passa a assumir com a presidência a partir  
1194deste momento, até a chegada do Fernando.  
1195  
1196  
1197**O SR. MARCO ANTÔNIO BORBA (Ministério da Saúde)** – Senhores Conselheiros, o Fernando pediu que eu  
1198iniciasse os trabalhos enquanto ele participa de uma discussão no Conselho Nacional de Saúde sobre a questão  
1199dos agrotóxicos. Então eu proponho que, para não quebrar o calor das discussões, que nós, nesse primeiro  
1200momento, elaboremos a redação daquela proposição que foi discutida sobre a decisão de se passar então para 15  
1201dias a elaboração das sugestões a serem encaminhadas, juntamente com o CONAMA, para a elaboração da  
1202resolução substitutiva, a 258. Então, nós já tínhamos pré-elaborado e eu vou ler, para compormos, juntos, essa  
1203proposição. Os membros da Câmara Técnica presentes a 25ª Reunião da Câmara Técnica de Saúde e  
1204Saneamento Gestão de Resíduos propõem que, em 15 dias, cada setor apresente à Câmara Técnica sua análise  
1205sobre a Resolução 258/99, incorporando suas sugestões para compor a resolução substitutiva, a resolução citada,  
1206juntamente com o parecer da avaliação de desempenho da resolução a ser encaminhado pelo IBAMA.  
1207  
1208  
1209**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo do Estado de São Paulo)** - Eu gostaria de fazer alguns  
1210comentários. Eu gostaria que fosse feita... A Câmara Técnica solicita à Câmara Jurídica uma argumentação ou algo  
1211que o valha, ressaltando ... justificativa. Eu não gostaria de usar o termo justificativa.  
1212  
1213  
1214**A SRª. RUTH RODRIGUES TABACZENSKI (CONAMA)** - Esclarecimento.  
1215  
1216  
1217**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo do Estado de São Paulo)** - Esclarecimento, esclarecimento ou  
1218exposição de motivos sobre...  
1219  
1220  
1221**O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** - Só um minuto Cláudio. Lá no regimento é  
1222justificativa. A matéria tem que ser justificada para retornar. Ela tem que justificar pra gente porque ela mandou de  
1223volta.  
1224  
1225  
1226**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo do Estado de São Paulo)** - Tudo bem, mas eu gostaria que se  
1227fizesse o seguinte, ressaltando o que esta proposta de resolução se choca com o encaminhamento que está sendo  
1228feito no Judiciário e no próprio Legislativo. A gente tem que ter claro o seguinte, existe uma pendência no Judiciário,  
1229mas esta resolução ela está sendo contrária a esta pendência? Eu acho que não.  
1230  
1231  
1232**O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** - E isso que eles têm que esclarecer, mas não  
1233é a gente que tem que falar para eles.  
1234  
1235  
1236**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo do Estado de São Paulo)** - Por isso que eu estou pedindo,  
1237justifica, ressaltando o que é que tem de incoerente da proposta com o Judiciário e com o PL. Eu gostaria de pedir  
1238que eles falassem, olha é isso. Eu acho que a gente não precisa ser tão formal, dá para a gente trocar idéias, mas  
1239eu acho que a gente tem que dar... Qual é a nossa dúvida? Será que ele está realmente chocando com a pendência  
1240do Judiciário?  
1241  
1242  
1243**O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** - Não cabe a nós respondermos o que a  
1244Jurídica vai responder. A gente teve a informação lá em cima, uma informação que não é baseada numa justificativa  
1245por escrito. É isso que eu estou te falando. A gente pede a justificativa, se eles vierem com a mesma justificativa...  
1246  
1247  
1248**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo do Estado de São Paulo)** - A gente vai pedir outra?  
1249  
1250  
1251**O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** - Não. Aí nós decidimos.

1252  
1253  
1254 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo do Estado de São Paulo)** - Mas se eles ressaltarem, se eles já de  
1255 cara falarem olha isto aqui tem tal choque? Mas por isso que eu estou pedindo um ressaltado, a gente está com esta  
1256 dúvida, resalte-se isso.  
1257  
1258  
1259 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** - Aí já está dentro da obrigação. Se ela, na  
1260 questão de forma, não de conteúdo, ela indicar incongruências, nós que temos de trabalhar para mudar. Nós não  
1261 temos que colocar nada, eles que vão ter que... foi dada uma justificativa ali, acho que vou até a Ruth que deve ter  
1262 feito aquele informativo em vermelho, não foi? Eu acho que não temos que fazer nenhuma elucubração, vamos  
1263 deixar eles justificarem, para a gente saber qual atitude tomar.  
1264  
1265  
1266 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo do Estado de São Paulo)** - Então tudo bem. Se vocês não  
1267 quiserem que a gente decida este "ressaltado", eu ressaltaria. Afinal de contas nos mandaram porque tem uma  
1268 pendência judicial? Onde está esta pendência? É isso que eu quero que eles me esclareçam.  
1269  
1270  
1271 **O SR. MARCO ANTÔNIO RAMOS CAMINHA (CNI)** - A gente poderia colocar aí o seguinte: que a Câmara Técnica  
1272 solicita a CTAJ que esclareça os motivos do retorno da resolução 258 revisada, inclusive apontando na resolução  
1273 quais os pontos que ferem o que está sendo discutido no Congresso e no Judiciário.  
1274  
1275  
1276 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo do Estado de São Paulo)** - É nesse sentido.  
1277  
1278  
1279 **O SR. MARCO ANTÔNIO RAMOS CAMINHA (CNI)** - Aí fica claro.  
1280  
1281  
1282 **O SR. MARCO ANTÔNIO BORBA (Ministério da Saúde)** – Marco você pode ditar...  
1283  
1284  
1285 **O SR. MARCO ANTÔNIO RAMOS CAMINHA (CNI)** - Câmara Técnica de Saúde e Saneamento na sua 25ª  
1286 Reunião deliberou solicitar a CTAJ que esclareça os motivos que determinaram o retorno da resolução 258 revisada  
1287 à Câmara Técnica de origem, inclusive indicando aonde a mesma conflita com a matéria que está em curso no  
1288 Legislativo e no Judiciário.  
1289  
1290  
1291 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo do Estado de São Paulo)** - Só uma informação, vendo o regimento  
1292 sobre as atribuições da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, devolver a matéria à Câmara Técnica competente  
1293 com recomendações de modificação. Quer dizer, não tem nem justifica, nem recomendação, nada.  
1294  
1295  
1296 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** - A Ruth tem uma sugestão interessante, nós  
1297 podemos acrescentar com as recomendações de modificação que eles tiveram e que é uma atribuição dela.  
1298  
1299  
1300 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Até 15 antes da realização da próxima reunião.  
1301  
1302  
1303 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Até 8 dias antes ou até 10 dias antes.  
1304  
1305  
1306 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Até 10 dias então.  
1307  
1308  
1309 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Então até 15 antes da realização da próxima reunião.  
1310  
1311  
1312 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo do Estado de São Paulo)** - 17 dias seria, não é?  
1313  
1314

1315 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** - 17 dias por conta da necessidade.  
1316  
1317  
1318 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo do Estado de São Paulo)** - E eu colocaria os setores interessados  
1319 e não o setor de resíduos, bom, cada setor.  
1320  
1321  
1322 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** - Eu acho que é um item prioritário, mas não  
1323 significa que é o único de pauta. Não sabemos como é que vai ser o desenvolvimento.  
1324  
1325  
1326 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Teoricamente, se marcarmos essa reunião com pauta exclusiva se constituiria o GT,  
1327 o grupo de trabalho específico.  
1328  
1329  
1330 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** - Eu acho que não precisa ter essa  
1331 preocupação porque nós somos a Câmara Técnica e não o GT. Então é bem diferente. Então eu acho que podemos  
1332 marcar o assunto prioritário é esse, questão dos pneus. E se tiver algum assunto, ele vai ser discutido depois.  
1333  
1334  
1335 **O SR. MARCO ANTÔNIO BORBA (Ministério da Saúde)** – Nós teremos um terceiro item, ainda dentro desse  
1336 mesmo encaminhamento, que é a apresentação pelo IBAMA, da avaliação de implementação, a proposta que já  
1337 tinha sido colocada na pauta. A implementação da resolução. Depois você copia daquela pauta anterior, da pauta  
1338 do dia, já está lá a apresentação pelo IBAMA.  
1339  
1340  
1341 **O SR. MARCO ANTÔNIO BORBA (Ministério da Saúde)** – Eu pediria que cada um se identificasse no momento  
1342 de usar a palavra.  
1343  
1344  
1345 **O SR. MARCO ANTÔNIO RAMOS CAMINHA (CNI)** - É que ficou deliberado também que o setor produtivo vai  
1346 apresentar o relatório do IPT atualizado sobre a mesma questão.  
1347  
1348  
1349 **O SR. MARCO ANTÔNIO BORBA (Ministério da Saúde)** – Gostaria de perguntar se tem mais alguma entidade  
1350 que gostaria de já deixar registrado o seu interesse em fazer alguma manifestação específica.  
1351  
1352  
1353 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo do Estado de São Paulo)** - Eu só ia sugerir que ao invés de ser 15  
1354 dias antes da realização da reunião, que sejam 10 dias.  
1355  
1356  
1357 **O SR. MARCO ANTÔNIO BORBA (Ministério da Saúde)** – Mas é a questão regulamentar não é? É regimental.  
1358 Câmara Técnica 15 dias.  
1359  
1360  
1361 **A SRª. RUTH RODRIGUES TABACZENSKI (CONAMA)** - Normalmente tem se pedido 15 dias para a apresentação  
1362 de toda a documentação e disponibilização no site, apesar de, para a Câmara Técnica, estar definido 5 dias. Só que  
1363 está sendo adotado e vai mudar agora no novo Regimento, que já vai ser 15 dias como da plenária. Nós estamos  
1364 adotando estes 15 dias há muitos anos já, 15 dias sempre, conforme a plenária. Mas, o que não implica se, de  
1365 repente, chegar alguma matéria 5 dias, a gente coloca, não vai ter muito problema porque é regimental. Mas já  
1366 aviso que já está sendo modificado no novo Regimento para adotar igual o prazo da plenária.  
1367  
1368  
1369 **O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (CONSELHEIRO HONORÁRIO DO CONAMA)** - – Desculpe, eu falei 15,  
1370 baseado no que você disse, que o regimental é 15. O regimento vigente é 5, se é 5, então você vai me desculpar,  
1371 pode ser 10 ali e facilita tudo.  
1372  
1373 **A SRª. RUTH RODRIGUES TABACZENSKI (CONAMA)** - A Câmara é soberana para definir o que ela quiser.  
1374  
1375  
1376 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Eu acho que 10 dias, não pode ser 5, 5 não  
1377 é suficiente, mas 10 dias é suficiente para a gente acompanhar. Então, eu sugiro 10 dias porque inclusive dá mais

1378tempo de consulta, quem quiser fazer mais consulta. Normalmente, por exemplo, nós, as ambientalistas, somos  
1379mais lentas porque o sistema é mais aberto, (...) o volume de entidades, são 500 entidades.  
1380  
1381  
1382**O SR. MARCO ANTÔNIO BORBA (Ministério da Saúde)** – Se há consenso entre os membros dessa Câmara, fica  
1383aprovado que seja encaminhado até 10 dias antes da próxima reunião.  
1384  
1385  
1386**O SR. MARCO ANTÔNIO RAMOS CAMINHA (CNI)** - Não seria interessante, como, nem sempre, todos os  
1387Conselheiros interessados acabam lendo os documentos, a gente até falou de manhã, que quem apresentar uma  
1388justificativa e uma proposta, que ela tenha um espaço para apresentar isso aqui e explicar a proposta dela.  
1389  
1390  
1391**O SR. MARCO ANTÔNIO BORBA (Ministério da Saúde)** – Seria o caso de nós já definirmos um tempo.  
1392  
1393  
1394**O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Olha, eu vejo o seguinte, pode até fazer isso,  
1395mas que seja um tempo mínimo, porque a única coisa que talvez a gente precisaria, que seria interessante, que a  
1396gente use isso nos Grupos de Trabalho, seria alguém que pudesse formatar tudo. Eu não sei se a Ruth faz isso.  
1397Porque facilitaria para os membros da Câmara Técnica tomar a decisão, porque pega artigo tal ou considerando, aí  
1398já estão lá todas, aí se espelha em todas, e você sabe qual é a opção que você pode e acha melhor, o que você  
1399pode negociar, e o que faz no plenário. Isso seria interessante fazer, até, se colocar isso, até poderia mudar aquela  
1400data de 10 dias, porque a pessoa que for fazer, vai tomar um tempo grande dela, aí passaria para 15 dias, com o  
1401compromisso de a pessoa apresentar isso pelo menos uns 8 ou 7 dias antes.  
1402  
1403  
1404**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo do Estado de São Paulo)** - Eu entendo que nesta próxima reunião,  
1405vai ser uma reunião de grande esclarecimento para a gente tomar uma posição. O que, por exemplo, a CNI pode  
1406falar? Vai apresentar o conceito que ela está tendo? Que diferencia da proposta que está aqui na nossa mão, não é  
1407isso? Eu acho que não precisaria entrar no detalhe de reformular já os artigos porque nós não vamos decidir sobre  
1408isso. Dá um trabalho..., depois vai para um grupo eventualmente, e muda tudo de novo. Então, eu acho que é  
1409conceitual a gente falar, em tal em tal artigo temos tais divergências, não precisa apresentar já formalmente na  
1410forma de novos artigos.  
1411  
1412**O SR. MARCO ANTÔNIO RAMOS CAMINHA (CNI)** - Mas é exatamente essa a minha proposta. Uma  
1413apresentação justificando quais os pontos onde existem algum tipo de conflito, seja ele conceitual... seria isso.  
1414  
1415  
1416**O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Eu vejo dificuldade nisso Cláudio, porque o  
1417pessoal, aquele senhor das reciclagens, ele colocou aqui que está cheio de problema. Por exemplo, estou  
1418colocando esse setor da indústria, que vai prejudicá-lo. Eles vão propor mudança de artigos, não vão fazer uma  
1419explicação, ele pode até justificar, mas vai acabar fazendo uma proposta de modificação do conteúdo.  
1420  
1421  
1422**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo do Estado de São Paulo)** -Ela pode ser apenas conceitual, não  
1423precisa ser formal? Porque nós não vamos já decidir na próxima, então ela não precisa estar formalmente bonitinha.  
1424  
1425  
1426**O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Eu pensei que a gente ia decidir entendi na  
1427próxima. Então nós vamos ter mais uma reunião que nós vamos discutir esse assunto?  
1428  
1429  
1430**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo do Estado de São Paulo)** - Eu entendi que na próxima reunião a  
1431gente deliberaria. Deixa-me colocar minha dúvida, eu acho uma incongruência. Nós somos uma Câmara Técnica, o  
1432assunto prioritário na próxima reunião é esse, nós estamos aqui para decidir. Para que nós vamos passar, pode até  
1433ser assim, que acho que até pode ser melhor, como foi a proposta do Caminha sobre o Grupo de Trabalho. Mas o  
1434que eu entendi é que já ia apresentar, como era o assunto, a gente já ia decidir e encaminhava. Eu entendi Iglesias.  
1435  
1436  
1437**O SR. GUSTAVO (GOVERNODO ESTADO DE ALAGOAS)** - Eu acredito que a gente “está morrendo de véspera”,  
1438a gente não sabe quantas serão as contribuições. Pode ser que não tenha nenhuma e não tenha necessidade.  
1439  
1440

1441 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** - Claro que vai ter.

1442

1443

1444 **O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (CONSELHEIRO HONORÁRIO DO CONAMA)** - Uma reunião praticamente  
1445 extraordinária para discutir esse único assunto e exaurir esse assunto. Se tiver 50, se tiver 100, não interessa, faz  
1446 uma reunião de dois dias, faz uma reunião do tempo que for. Agora não é dá pra gente... examina, volta para casa e  
1447 vamos para a terceira para discutir o assunto. Isso já está alguns anos.

1448

1449

1450 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo do Estado de São Paulo)** - Eu concordo Roberto. E a minha  
1451 proposta e a minha colocação pela manhã foi exatamente nesse sentido. Acho que não teria nem que voltar para  
1452 cá, mas já que vai voltar, nós queremos saber primeiro, qual é a justificativa. Eu entendi o seguinte, eu quero saber  
1453 a justificativa da jurídica para saber se eu encaminho da maneira A ou B. E não já, *a priori* já falar que eu vou  
1454 determinar. Eu não entendo, ele também não entendeu. Eu não entendi que nós decidiríamos na próxima reunião  
1455 uma nova proposta de resolução, mas sim o Encaminhamento. E vai fazer outras reuniões sim.

1456

1457

1458 **O SR. MARCO ANTÔNIO RAMOS CAMINHA (CNI)** - Na realidade, a gente conversou hoje de manhã, pode até  
1459 haver deliberação, mas vai depender muito, por exemplo, do item 1. A gente não sabe o que vem da CTAJ. Que  
1460 pode não ser nada, e pode até abrir caminho para deliberar ou não. A CTAJ pode até mandar dizer para a gente o  
1461 seguinte: a nossa decisão foi que vocês não podem deliberar sobre essa matéria por enquanto. Aí vai tomar outra  
1462 atitude. Eu acho que a gente aqui poderia abrir espaço para que, em tempo mínimo ou máximo, para que, quem  
1463 apresentar alguma mudança, alguma sugestão, apresente e se justifique. Se ele justificar só no conceito ou na  
1464 forma de redação, independente, aí a gente delibera no dia, porque no encaminhamento a gente decide, porque a  
1465 gente não sabe exatamente o item 1, como é que vai ser. Eu acho que a gente, realmente como o Iglesias falou:  
1466 nós estamos “chovendo no molhado”.

1467

1468

1469 **O SR. MARCO ANTÔNIO BORBA (Ministério da Saúde)** – Acho que já podemos definir então esse  
1470 encaminhamento. Acho que, se quisermos definir tempo, proporia que já se estabelecesse 10 minutos para que  
1471 cada um fizesse a defesa dos seus temas.

1472

1473

1474 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo do Estado de São Paulo)** - Bom, se forem só três proposições,  
1475 então 20 minutos cada um, dá uma hora, eu acho que é mais que razoável.

1476

1477

1478 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Acho que a mesma condição que foi  
1479 apresentada, se a gente vai encaminhar isso para a outra reunião depois dessa próxima, essa decisão do tempo a  
1480 gente vai ver quantas apresentações vão ter, e a gente decide no dia.

1481

1482

1483 **O SR. MARCO ANTÔNIO BORBA (Ministério da Saúde)** – Tudo bem. O que definir será equitativo a todos.

1484

1485

1486 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – É só um comentário. Eu tinha comentado  
1487 com o Cláudio Alonso de manhã, isso é uma sugestão para todos do CONAMA, é quando citar um número de  
1488 resolução, pôr, pelo menos, que resolução é essa. Por exemplo: Processo número tal, proposta de revisão da  
1489 Resolução CONAMA 307/02. Primeiro que os sítios do CONAMA são todos públicos. Se uma pessoa entra, está  
1490 interessada num assunto e vai fazer uma pesquisa, ela não sabe qual é a resolução. Então, dá um “tracinho”, dá  
1491 uma pequena ementa. Uma sugestão para a direção do CONAMA para fazer isso porque a gente entra, aí você tem  
1492 que ir atrás do assunto, porque você não sabe o que é. Esse aí é um deles, esse 2.3 é um exemplo claro. Só pôr,  
1493 depois do número da resolução uma pequena ementa. Facilita, porque na hora de pesquisar, ainda mais com essas  
1494 coisas de hipertexto, que a gente tem na internet, facilitaria extremamente. E outra coisa: isso é público, você tem  
1495 que informar. Então Ruth, só dá essa sugestão.

1496

1497

1498 **O SR. MARCO ANTÔNIO BORBA (Ministério da Saúde)** – Então na redação final você incorpore em cada  
1499 momento que falar da resolução o número e sobre o que ela dispõe, desde que seja de forma resumida.

1500

1501



1502 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – E não é só isso Presidente, é encaminhar  
1503 essa sugestão pra Secretaria Executiva do CONAMA, pra implementar, pra facilitar isso. É um item genérico da  
1504 Câmara Técnica.

1505

1506

1507 **O SR. MARCO ANTÔNIO BORBA (Ministério da Saúde)** – É só uma recomendação da Câmara.

1508

1509

1510 **A SRª. RUTH RODRIGUES TABACZENSKI (CONAMA)** - O José Roberto está lembrando que, em geral, aparece  
1511 a ementa. Agora, eu também quero lembrar que quando não aparecer, basta você dar dois cliques no número do  
1512 processo, que aparece toda a ementa, a resolução inteira, todo o processo, todos os documentos. Então, não há  
1513 nenhum problema. Se você tem dúvida, você dá dois cliques no número do processo e está toda completa a  
1514 documentação.

1515

1516

1517 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo do Estado de São Paulo)** - É verdade, mas eu insisto, para uma  
1518 consulta rápida, uma pequena dica facilita a vida.

1519

1520

1521 **O SR. MARCO ANTÔNIO BORBA (Ministério da Saúde)** – Então acho que dá para nós considerarmos encerrada  
1522 essa questão do encaminhamento e podemos passar ao início da discussão do processo 02000000868/2006-39 –  
1523 Licenciamento simplificado de aterros sanitários, para deliberação, para o início das discussões.

1524

1525

1526 **O SR. SILVANO (Departamento de Ambiente Urbano/MMA-SRHU/MMA)** - Boa tarde aos senhores  
1527 representantes da Câmara Técnica. Eu quero inicialmente me apresentar, eu nome é Silvano, hoje de manhã eu já  
1528 fiz uma apresentação, eu sou Diretor do Departamento de Ambiente Urbano/MMA, que alguns dos representantes  
1529 daqui da Câmara Técnica pode ser que não conheçam. É bom dizer, o Departamento de Ambiente Urbano/MMA é  
1530 um departamento recém criado na Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, criado com a finalidade de  
1531 abordar as questões ambientais, urbanas no MMA. Uma das áreas de atuação, portanto, desse departamento e  
1532 talvez uma das mais importantes é o tema Resíduos Sólidos. Nós somos ratificados como coordenadores do  
1533 Programa Nacional de Resíduos Sólidos do Governo Federal em junho do ano passado, PPA 2008/2011 na medida  
1534 em que essa área estava, de fato, pouco atuante no MMA e a perspectiva da criação do departamento e toda  
1535 articulação que foi feita no âmbito dos outros Ministérios do Governo Federal, nos permitiu manter a condição de  
1536 coordenador do Programa de Resíduos Sólidos do Governo Federal. Estou fazendo essa introdução para dizer em  
1537 que contexto essa discussão da proposta de revisão da Resolução 308 do CONAMA é colocada. Primeiro dizer  
1538 para vocês o seguinte: na condição de coordenadores desse Programa de Resíduos Sólidos do Governo Federal, o  
1539 Ministério do Meio Ambiente não tem ações de investimentos. O Ministério do Meio Ambiente é muito mais o gestor  
1540 do Programa de Resíduos Sólidos e nesta condição é responsável por cuidar da Política Nacional de Resíduos  
1541 Sólidos, que ainda não temos, mas está no Congresso Nacional e toda a parte de planejamento das obras do  
1542 Governo Federal tem se pautado a fazer. Quero dar um exemplo muito simples do que está acontecendo no âmbito  
1543 do PAC, resíduos sólidos da bacia do São Francisco e Parnaíba. O que a gente tinha de realidades era assim:  
1544 muitos prefeitos de muitos municípios, articulados com vários Estados, tinham uma proposta de um aterro sanitário  
1545 nestas duas bacias e mandavam para aqui para a CODEVASF, que era o executor. A CODEVASF selecionava e  
1546 viabilizava esta obra para ser executada. O pleito era municipal e para cada município. Nós fizemos uma  
1547 reavaliação com todos os Ministérios e fizemos uma avaliação histórica desses empreendimentos viabilizados com  
1548 o recurso do Governo Federal, o Cláudio já viu essa apresentação nossa lá na ABEMA, e eu acho que o Tiago  
1549 estava lá também, em Salvador. Mas a realidade é um pouco assim, nós temos muitos aterros sanitários que foram  
1550 implantados nos últimos 10 anos e esses aterros foram implantados, a obra foi executada dentro da técnica correta  
1551 e eles viraram “lixão”. Eu poderia dizer, mais de 2 centenas no Brasil, como um todo. Agora é preciso reportar a  
1552 realidade que acontece no Estado de Goiás. Fizemos um levantamento dos 177 aterros sanitários que foram  
1553 implantados no ano de 97 e 98, não tem nenhuma fala direcionada, talvez porque não tem nenhum em Goiânia.  
1554 Mas a realidade é um pouco assim, 177 aterros sanitários custeados com recursos do PAS. Desses 177, 177  
1555 viraram “lixão”. Agora, vocês podem perguntar, por que isso acontece? Uma das causas muito forte é o fato de que  
1556 falta gestão. Então, a obra do aterro é feita, mas não fica nenhuma gestão para dar conta de cuidar da operação  
1557 desse aterro, não tem planejamento, não tem uma visão planejada, os custos operacionais são muito altos, são  
1558 incompatíveis a implantação de um aterro, e faz com que se implanta o aterro, cumpre uma exigência de um TAC  
1559 com o Ministério Público e aí, no dia seguinte, é outro TAC para viabilizar aquele aterro. Nós estamos com mais de  
1560 uma centena de processos aqui no Ministério do Meio Ambiente de aterros que foram construídos em 2001, 2002 e  
1561 está dando uma dor de cabeça muito grande pra gente acompanhar e vários deles nós temos que mandar para  
1562 tomada de contas especial porque o aterro não está licenciado, não tem licença de operação e vários outros  
1563 problemas. No âmbito dessa nova atuação agora do PAC do Governo Federal na bacia do Parnaíba e São  
1564 Francisco, nós estamos tendo uma experiência muito interessante. Nós temos verificado o seguinte, quer dizer,

1565discutido com os estados e no outro momento a (...) com os municípios, mas também os municípios presentes  
1566nessa discussão, o Ministério do Meio Ambiente fez um convênio com os governos estaduais apoiando os estados a  
1567fazerem um estudo de regionalização dos resíduos sólidos no Estado como um todo. Então, nós estamos olhando  
1568para o Estado, o Estado está olhando para si e fazendo a seguinte pergunta: “Qual é a melhor forma de resolver o  
1569problema de resíduos sólidos no Estado? Aí ele faz essa análise do ponto de vista de um estudo de regionalização  
1570com a seguinte perspectiva, e aí tem várias curvas de busca que a gente estava verificando, que a curva pende a  
1571uma conformação e estabilização, mas aqui na ordenada nós temos custo por habitante e aqui a gente tem a  
1572população. Então, quanto maior a população, menor o custo unitário. Exemplo: fazer um aterro de 50 mil habitantes  
1573custa na ordem de R\$ 17,00 por habitante, o custo unitário e fazer um aterro para uma população de 100 mil  
1574habitantes custa da ordem de R\$ 11,00 por habitante. Então, um aterro de 100 mil habitantes custa 1 milhão e 100  
1575mil reais e dois aterros de 50 mil habitantes custam 1 milhão e 500 mil. Agora, o custo operacional de dois aterros é  
1576praticamente o custo operacional de um aterro, nesse porte é praticamente o mesmo custo operacional. O que nós  
1577estamos verificando? Nesse estudo de regionalização, o que a gente está percebendo é assim: é possível você  
1578fazer uma estrutura regional que, conforme um conjunto de unidades, nós estamos trabalhando numa perspectiva  
1579da disposição final, a perspectiva do manejo de resíduos da construção civil, a reciclagem de resíduos, eliminação  
1580de lixo. Então, nesse convênio, está se avaliando o que é a gestão integrada de resíduos. Na bacia do Parnaíba e  
1581São Francisco, nós estamos falando de aproximadamente, bacia do São Francisco da ordem de 500 municípios,  
1582nós já temos muito avançado nessas duas bacias a demanda por recursos, para resolver de forma integral o  
1583problema dos resíduos sólidos, está na ordem de 450 milhões de reais para o resolver o problema dos resíduos  
1584sólidos. E nós estamos trabalhando com a perspectiva de poder implantar, de forma regional, unidades de  
1585disposição final compartilhadas e estamos apontando para tipologia de aterros consorciados e consórcios  
1586intermunicipais ou interfederativos com a participação dos estados para garantir a questão da gestão, porque de  
1587fato não vale a pena só implantar aterros. O que nós temos encontrado, por exemplo, Minas Gerais muito  
1588provavelmente vão se constituir 4 consórcios intermunicipais e a perspectiva é, está bom, querem fazer, querem ter  
1589recursos para fazer obras, vai ter, desde que se constituam os consórcios para cuidar da gestão. Esse é o  
1590contraponto e aonde nós temos avançado, está aceito inclusive pela a sala de situações do PAC, essa proposta e  
1591estamos trabalhando com a perspectiva de viabilizar a obra. Esse ano é o ano de fazer os projetos básicos,  
1592executivos, esse ano ainda trabalhar com a parte de licenciamento, o ano que vem a fase de implantação e no ano  
1593de 2010, a implementação dos consórcios. E sempre nessa linha de fazer a obra desde que se constitua a gestão  
1594para resolver o problema inicial. O segundo problema que nós temos tem a ver com a questão do custo operacional,  
1595que eu falei aqui anteriormente. Nos estados do nordeste, principalmente, que você tem uma umidade muito baixa e  
1596uma alta temperatura, não obrigatoriamente você tem que ter dreno de fundo em unidades de disposição final para  
1597você coletar chorume, porque acaba não gerando chorume, quer dizer, tem um processo de evaporação tão intenso  
1598que acaba não tendo chorume, sem falar que a qualidade do resíduo tem uma capacidade orgânica muito baixa que  
1599acaba reduzindo essa quantidade de chorume. Nós temos lá alguns consultores trabalhando e nós estamos  
1600trabalhando com a perspectiva de poder trabalhar até 20 toneladas/dia, o que nós estamos chamando de aterros  
1601simplificados que não obrigatoriamente têm que ter uma retroescavadeira no aterro porque bota retroescavadeira,  
1602via de regra essa retroescavadeira vai cuidar de abertura de estrada, é difícil manter uma retroescavadeira numa  
1603unidade de disposição final de resíduos. Então, nós temos trabalhando com perspectivas tecnológicas que são  
1604consagradas, têm no Brasil, dependendo da situação geológica de cada tipo de solo, dependendo da região do  
1605País, dependendo do que já o órgão ambiental tem de cultura para trabalhar unidades simplificadas e que permite  
1606você fazer, eventualmente, um aterro simplificado de valas e aí você tem apenas um homem para fazer o  
1607aterramento do resíduo que é colocado diariamente, quando tiver. Então, o que nós estamos vendo aqui nessa  
1608resolução, o que foi de fato uma grande perspectiva, é trabalhar alguma possibilidade que impeça toda burocracia,  
1609toda dificuldade de licenciamento de aterros que acaba colocando como obrigação os aterros convencionais e que  
1610tem a necessidade de estudos de EIA/RIMA, que tem um custo de elaboração alto, uma cidade de 8 mil, 5 mil  
1611habitantes tem uma dificuldade muito grande para licenciar. O que foi pensado, o que foi harmonizado ao longo  
1612desse tempo, e que vai ser apresentado agora, foi um trabalho muito intenso que contou com a participação do  
1613IBAMA, do Departamento de Licenciamento Ambiental do Ministério, o Departamento de Ambiente Urbano/MMA e  
1614foi feito um trabalho muito intenso de pegar a resolução do Grupo de Trabalho 4, que já vem discutindo esse tema já  
1615há algum tempo, eu não sei exatamente quanto tempo, mas nesses últimos 6 meses foi feito um trabalho muito  
1616grande de tentar trazer aqui hoje uma proposta harmonizada, discutido com o Ministério das Cidades, discutido e  
1617articulado com o André, que era o antigo representante presidente desta Câmara. O que nós estamos trazendo aqui  
1618hoje para discutir é uma proposta de revisão da Resolução 308 com o cuidado de ajudar o licenciamento de aterros  
1619de pequeno porte, ao mesmo tempo sendo conseqüentes com as questões ambientais. Eu pediria ao Bandini que  
1620pudesse ajudar aqui na apresentação da proposta e depois a gente pode repassar para vocês em detalhes essa  
1621discussão. Já tem uma proposta Resolução, e tem uma justificativa que pode ser apresentada e depois debatida  
1622com todos os senhores.

1623

1624

1625**O SR. MARCOS PELLEGRINI BANDINI (MMA/SRHU/DAU)** – Boa tarde, Marcos Bandini, Departamento de  
1626Ambiente Urbano/MMA. Só a questão de encaminhamentos. Nós não estivemos, pessoalmente na 4ª Reunião do  
1627GT, no Recife, então, eu não sei, apenas em relação aos encaminhamentos, como é que a gente procede. Se a

1628gente pode expor os resultados que saíram. Nós fizemos de uma forma compartilhada, onde existe um texto que  
1629veio da 4ª Reunião no Recife e as nossas propostas, não sei se os senhores concordariam que a gente expusesse  
1630dessa maneira, ou simplesmente a proposta como aqui o Silvano colocou.

1631

1632

1633**O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** – Eu queria primeiro, antes de começar os trabalhos, me  
1634desculpar aqui com a Câmara Técnica. Eu tive que me ausentar para ir ao Conselho Nacional de Saúde, porque o  
1635Ministério da Saúde acabou de apresentar ao Conselho, os resultados do Programa de Resíduos de Agrotóxicos e  
1636Alimentos. Então, tivemos que comunicar a sociedade que, de cada 5 alfaces que vocês compram, 5 estão  
1637contaminados, de cada 10 morangos, 6 estão contaminados, de cada 5 mamões também está nessa faixa. Eu acho  
1638que isso aí foi divulgado inclusive amplamente na mídia, quem acompanhou isso, isso saiu desde a Globo, Jornal  
1639Nacional, Fantástico, Folha de São Paulo etc. Era um assunto que eu não podia deixar de estar presente lá, até  
1640estava o Presidente do Congresso na reunião do Conselho Nacional de Saúde. Esse é um grande dilema, porque  
1641nossa população precisa comer verdura, comer fruta, e ao mesmo tempo se depara com os alimentos  
1642contaminados com agrotóxicos. Então, não já até estamos criando um Grupo de Trabalho no Ministério da Saúde  
1643que nós estamos propondo um plano de ação do Governo Federal para estar trabalhando isso e com certeza vamos  
1644fazer uma ação intersetorial. Primeiro estamos organizando a Casa e esse foi o motivo de estar apresentando isso  
1645para o Fórum máximo, assim como o CONAMA é o Fórum máximo do meio ambiente no Brasil, o Conselho  
1646Nacional de Saúde é o Fórum máximo de deliberação sobre a questão de saúde no Brasil. Então, peço desculpas  
1647porque realmente não podia de estar presente e apresentar, junto com a Anvisa, esses resultados desse trabalho,  
1648para a gente reverter essa situação num curto período de tempo, essa que é a nossa idéia. E expandir não só para  
1649alimentos, mas para água para consumo humano também, que é a atribuição do setor saúde. Bom, voltando aqui à  
1650apresentação, eu fico muito feliz de estar com o Silvano aqui, inclusive ele já trabalhou na área de vigilância  
1651ambiental e saúde do Ministério da Saúde, foi um dos fundadores dessa área. Então é com muita felicidade que eu  
1652o vejo aqui agora na trincheira ambiental, fazendo um trabalho tão importante. Acho que é muito importante  
1653ressaltar que o marco dessa resolução é voltar no que o (...) falou de manhã. Na Conferência Nacional de Meio  
1654Ambiente foi aprovada uma meta de erradicarmos os “lixões” até o ano de 2012. Nossa Câmara Técnica, nesse  
1655momento, passa a ter um nível de responsabilidade alto, no sentido de estar viabilizando essa meta, e eu acho que  
1656todas as preocupações que vão nortear nosso debate é que a gente consiga alcançar a meta e ao mesmo tempo  
1657garanta a qualidade ambiental e a saúde da população. Acho que é ponto em que a gente vai se pautar hoje aqui.  
1658Então, voltando à proposta, eu queria só um esclarecimento, Marcos. A proposta que está aqui na tela de vocês, ela  
1659é a mesma que foi disponibilizada para os Conselheiros? Isso que eu estou querendo perguntar. É sobre isso a  
1660questão de ordem? Primeiro fala o Cláudio e depois o Roberto, por favor.

1661

1662

1663**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo do Estado de São Paulo)** - Eu recebi um documento  
1664disponibilizado para o CONAMA, cuja versão ela veio do Grupo de Trabalho. Agora você está me apresentando  
1665uma versão que veio do Grupo de Trabalho e mais alguma coisa, é isso?

1666

1667

1668**O SR. MARCOS PELLEGRINI BANDINI (MMA/SRHU/DAU)** - Exato.

1669

1670

1671**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo do Estado de São Paulo)** - Mas não é correto, regimentalmente,  
1672fazer isso.

1673

1674

1675**O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - A Ruth vai prestar o esclarecimento aqui. Pela ordem  
1676então. Primeiro o Roberto, depois a Ruth.

1677

1678

1679**O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRHU)** – Embora não representante de recursos hídricos, porque o  
1680representante está aqui presente, na verdade ex-conselheiro honorário). A questão que se apresenta é a seguinte,  
1681há um Grupo de Trabalho, há um coordenador desse Grupo de Trabalho que deveria estar apresentando a versão  
1682resultante da 4ª Reunião e Dr. Bandini e Dr. Silvano vão apresentar emendas, destaques a essa versão que foi  
1683apresentada. Tem que ser conduzida porque senão fica prejudicada. Como nós vamos julgar uma proposta  
1684alternativa se nem a inicial foi discutida? Então, eu acho que, por uma questão de ordem, de condução, ou a  
1685coordenação, ou quem incumbido pela coordenação, faça a apresentação do resultado da 4ª Reunião e aí fica mais  
1686a vontade o Bandini de apresentar as alterações propostas pela SRHU ou com relação ao texto apresentado.

1687

1688

1689**O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Eu peço então que a Ruth do CONAMA contribua com  
1690os esclarecimentos, por favor.

1691  
1692  
1693 **A SRª. RUTH RODRIGUES TABACZENSKI (CONAMA)** - Isto que está sendo apresentado é um trabalho realizado  
1694 pelo MMA, IBAMA, é um consenso, é uma proposta de alteração, não que seja a versão que tem que ser discutida.  
1695 A versão original a ser discutida é do 4º GT, sem dúvidas. Se você quiser a gente dá uma lida no todo. Isso aqui são  
1696 contribuições a serem apresentadas de modificações, mas não é a que vai ser discutida.  
1697  
1698  
1699 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Acho que a questão de ordem é um consenso. Não  
1700 temos que estar discutindo isso aqui. Temos que estar discutindo o texto que foi produto do GT, E aí, Silvano, no  
1701 momento correto, você faz as devidas sugestões, as devidas emendas e etc. Alguém tem alguma questão contrária  
1702 com relação a isso? Podemos encaminhar dessa forma? Peço para a nossa equipe de apoio coloque a resolução  
1703 fruto do Grupo de Trabalho. Então, vamos começar, vamos pensar a sistemática melhor desse trabalho. A gente faz  
1704 uma leitura ou já vamos direto para os pontos?  
1705  
1706  
1707 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Eu queria, antes de entrar na leitura, fazer  
1708 uma análise.  
1709  
1710  
1711 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Antes da gente entrar na leitura, como nós vamos  
1712 atacar isso daqui? Fazemos uma leitura e vocês vão fazendo destaques ponto a ponto, e depois a gente volta para  
1713 os destaques ou fazemos uma abordagem geral antes de entrar no texto e depois define como entrar no texto?  
1714  
1715  
1716 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Em questão de encaminhamento eu acho o  
1717 seguinte: nós temos que pressupor que todo mundo leu, primeira coisa, para não tomar tempo. E aí, só vai nos  
1718 destaques. Porque se a gente tem um trabalho de 10 dias, 15 dias antes, chega aqui e tem que ler de novo, aí nós  
1719 vamos perder muito tempo. Então, já sou contra esse tipo de encaminhamento porque eu pressuponho que os  
1720 Conselheiros já leram e já sabem o destaque que vão fazer. Então, eu sugiro que a gente, aqui nem é o caso de  
1721 talvez aprovar o corpo básico, não cabe aqui. Mas eu gostaria até propor nesse encaminhamento que eu queria  
1722 fazer considerações de ordem geral, antes de entrarmos nos destaques específicos que acho que talvez o IBAMA,  
1723 Secretária de Recursos Hídricos, talvez vai dar uma melhorada muito boa nesse texto aí.  
1724  
1725  
1726 **O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRHU)** – Quando nós formos discutir, para questão de encaminhamento,  
1727 na verdade as propostas do SRHU praticamente atingem toda a resolução, alguns *considerandos*, a maioria, quase  
1728 todos os artigos, até a ementa. Então, a gente vai ter que discutir ponto a ponto.  
1729  
1730  
1731 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Bom, o encaminhamento aqui que está sendo proposto  
1732 é a gente começar com uma abordagem geral da resolução e todos que tiverem qualquer questão, já levante, não  
1733 vai ter leitura, porque já subentende-se que todo mundo já leu, todo mundo já analisou. Podemos começar assim?  
1734 Primeiro, comentários de ordem geral. Está inscrito o Francisco.  
1735  
1736  
1737 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Nós já tivemos uma ampla discussão sobre  
1738 licenciamento simplificado. O CONAMA tem desenvolvido uma política atrás de um licenciamento simplificado, para  
1739 facilitar a vida dos entes federativos. Só que acontece o seguinte: nós não temos nenhuma Resolução que  
1740 determine as diretrizes para fazer o licenciamento simplificado para montar as Resoluções. Então, cada vez que se  
1741 faz uma Resolução, é um problema, porque não segue uma diretriz. E a Resolução sai prejudicada. É o caso  
1742 específico dessa Resolução. Essa Resolução, ela talvez deveria ter se espelhado na Resolução de saneamento  
1743 simplificado, porque aquela Resolução conseguiu ser clara no aspecto de simplificação do licenciamento, sem  
1744 perder o conteúdo, que é o risco que eu vejo nessa Resolução. Uma crítica geral: está muito ruim a resolução que  
1745 veio do quarto grupo, muito ruim mesmo, até se você confrontar as duas, essa que está aprovada do saneamento,  
1746 sistema de saneamento simplificado, com essa, é disparate. A outra está muito melhor em termos de estruturação e  
1747 de resolução. Vou dar um exemplo, nós temos duas coisas extremamente negativas, uma está ausente e a outra  
1748 também está ausente, mas está dito. Primeiro: não é a possibilidade de pedir EIA/RIMA e coloca aí uns artigos, não  
1749 sei se é o 5º ou o 6º, que eu acho isso problemático, não tem que dizer isso. EIA/RIMA já tem uma série de  
1750 elementos lá na 001, que diz o que vai pedir a EIA/RIMA, e aí a pessoa diz: “não precisa de EIA/RIMA”. Não precisa  
1751 escrever isso. Se precisar, vai precisar porque o Ministério Público vai pedir. Outra coisa, por exemplo, como  
1752 ambientalista a gente coloca, falta, apesar de não ter a definição ainda pelo CONAMA, a questão das áreas  
1753 ambientalmente sensíveis, que tem lá na de saneamento ambiental simplificado, por quê? Porque você vai ter

1754aterros em lugares que não pode ter. Em lugares que vai ter que ter um estudo muito mais aprofundado do que o  
1755estabelece, mesmo ele sendo simplificado. Então, nós temos que ter muito cuidado com isso. Eu vou fazer uma  
1756crítica, toda vez que, para mim, aparece uma resolução com essas deficiências, é porque o Grupo de Trabalho não  
1757funcionou direito. Ele não conseguiu colocar as divergências claramente. Ou ele, vamos dizer assim, teve  
1758predominância de um determinado setor ou não, e aí acaba gerando uma resolução com caráter de conteúdo,  
1759vamos dizer, defeituoso, ruim, com a qualidade difícil até de passar no plenário. Esse tipo de resolução gera muita  
1760dor de cabeça no plenário. E aí vem uma enxurrada de (muita) gente pedir vistas. Então era só essa crítica. Eu acho  
1761que tranqüilamente dá para a gente modificar, parece que o IBAMA e a Secretária fizeram um parecer, mas foi  
1762agora não é Marcos, com o parecer que vocês fizeram agora há quase 3 dias da reunião. Eu acho que você depois  
1763poderia disponibilizar, porque esse parecer é importante. Mas como vamos trabalhar com destaque e vocês vão  
1764fazer as modificações, acho que vai ser evidenciado aquilo que é deficiente nessa resolução diante do parecer  
1765apresentado, que eu tive acesso por vocês.

1766

1767

1768**O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - – Chegou até nós, eu vou ler, um documento da  
1769ABEMA em relação à Resolução, com comentários gerais. É um documento do protocolo geral. Ofício ABEMA.  
1770(Leitura).

1771

1772

1773**O SR. SILVANO (Departamento de Ambiente Urbano/MMA)** - Essa carta é anterior à Conferência Nacional de  
1774Meio Ambiente e anterior à reunião que teve da Comissão Tripartite, Comissão Nacional Tripartite e encontro das  
1775Comissões Tripartites Estaduais. Tem um documento muito parecido desse, da ANAMMA também, que não foi lido  
1776aqui, mas a ANAMMA chegou a elaborar um documento nesses mesmos termos e aproveitou até a oportunidade  
1777para esclarecer aos presentes como é que essa discussão se deu. De fato o Ministério do Meio Ambiente vem  
1778trabalhando a discussão sobre consorciamento para a solução dos resíduos sólidos para resolver o problema da  
1779gestão. Num determinado momento foi feita uma discussão sobre possibilidades, aí eu digo que são possibilidades,  
1780não tinha nenhuma posição definitiva do Ministério do Meio Ambiente para que os consórcios, que é o conjunto de  
1781municípios, porque o consórcio, nada mais é do que uma autarquia intermunicipal ou interfederativa. O que o  
1782município faz, a autarquia, o consórcio também pode fazer. Mas foi apenas colocado num nível de possibilidades,  
1783em momento algum a SRHU chegou a colocar um documento dizendo que os consórcios seriam para licenciamento  
1784e também seriam, na verdade, uma possibilidade para licenciamento de questões de interesse local dos municípios,  
1785possibilidades, portanto eu quero frisar aqui a palavra, e teve aí uma discussão que foi muito difundida sobre este  
1786mal-entendido. Já foi discutido isso com o Presidente da ABEMA, nas Comissões Técnicas Tripartites, a posição do  
1787Ministério do Meio Ambiente é de que esta questão do licenciamento por meio de consórcio ela está (...), não tem a  
1788mínima possibilidade de, neste momento, prosperar esta possibilidade de alternativa institucional em que pese o  
1789fato da gente ter que discutir isso muito aprofundadamente, de que forma podem os consórcios ajudarem nos  
1790instrumentos de gestão associada, aí é uma outra discussão. O que está colocado como uma possibilidade concreta  
1791é a possibilidade dos consórcios poderem prestar o suporte técnico para aqueles municípios que não têm equipe  
1792técnica para fazer inspeções técnicas ou coisas do tipo, quer dizer, pode prestar apoio e assistência técnica, e é  
1793somente nesse nível. Estou aproveitando para fazer esse esclarecimento, foi bastante discutido, a ABEMA já  
1794recebeu essa informação formalmente, a ANAMMA também, pelo Clarismino e esse assunto está encerrado, eu  
1795queria fazer esse destaque, só para que não pairasse dúvida. Obrigado.

1796

1797**O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Podemos começar então a entrar no miolo da  
1798Resolução, porque à medida que nós debatermos nesse texto, isso, inclusive, vai estar automaticamente  
1799respondido. A resposta já sai automática pela própria resolução que a gente irá aprovar. Podemos começar então?  
1800A minha proposta é, vou perguntar se existe alguma contribuição do início até os considerandos. Primeiro os  
1801*considerandos*, vamos por partes. Alguma observação com relação aos *considerandos*? Então, por favor, se  
1802identifique.

1803

1804

1805**O SR. MARCOS PELLEGRINI BANDINI (MMA/SRHU/DAU)** - Vai ficar aqui difícil com a minha leitura, a distância e  
1806perto, mas vamos tentar. Eu vou fazer a leitura, seria no segundo considerando há uma sugestão de adequação de  
1807redação, apenas. Para deixar explicitado que se trata para operação de aterros sanitários e na proposta do 4º GT  
1808está “sistemas de disposição final”.

1809

1810

1811**O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - A proposta é trocar “sistemas de disposição final de  
1812resíduos sólidos” por “aterros sanitários”?

1813

1814

1815**O SR. MARCOS PELLEGRINI BANDINI (MMA/SRHU/DAU)** - Exato.

1816

1817  
1818 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Pergunto a todos se há necessidade de justificativa.  
1819  
1820  
1821 **O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRHU)** – Quando nós falamos de disposição final, temos diversas  
1822 metodologias de disposição final, até incineração é uma disposição final, e não é um aterro sanitário. Então, o que  
1823 nós queremos dar destaque operacional com relação a essa resolução é especificamente a questão de aterro  
1824 sanitário, é uma das alternativas específicas de disposição final que fica mais adequado nós colocarmos nesse texto  
1825 e evita qualquer leitura, digamos, dúvida que possa ter.  
1826  
1827  
1828 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Está esclarecido? Podemos seguir? Foi aceita a  
1829 proposta. Eu peço a nossa equipe de redação nos ajudar em tudo que tiver a citação relacionada sistemas e  
1830 disposição final de resíduos sólidos, explicitar o termo “aterro sanitário”. Daqui em diante vamos tratar com esse  
1831 termo para facilitar os trabalhos. Podemos ir para o artigo 1º? Alguma observação em relação ao artigo 1º? Algum  
1832 destaque?  
1833  
1834  
1835 **O SR. MARCOS PELLEGRINI BANDINI (MMA/SRHU/DAU)** – Temos um destaque, também basicamente para  
1836 facilitar a compreensão, seria deixar o *caput* do artigo, vou ler, ficaria: "estabelecer critérios e diretrizes para a  
1837 simplificação dos procedimentos do licenciamento ambiental de aterros sanitários de pequeno porte", esse seria o  
1838 *caput* e o parágrafo único também se modificaria agregando as informações que estão aqui referentes à  
1839 recuperação de áreas. Vou ler, se possível. É mais uma questão de redação.  
1840 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Eu peço que, quem queira intervir, por favor, levante a  
1841 mão, faça a inscrição, porque está tudo sendo gravado e registrado.  
1842  
1843  
1844 **O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRH)** – A questão ali, além da questão do sistema de disposição que já  
1845 ficou aprovado, é porque falava de resíduos sólidos urbanos de pequeno porte. “Sólidos urbanos”, inclusive, dá uma  
1846 colocação errada. Então, o texto que ficaria mais adequado era esse lido pelo Dr. Marcos, de estabelecer critérios  
1847 para simplificação dos procedimentos de licença ambiental de aterros sanitários de pequeno porte, tirando a palavra  
1848 “resíduos sólidos” também. Se você colocar resíduos sólidos urbanos de pequeno porte, quer dizer, a gente está  
1849 falando de resíduos sólidos que é só pelotazinha, uma geladeira não vale, que é de grande porte? Entendeu? A  
1850 dúvida do português. Então, de aterros sanitários de pequeno porte, o aterro é de pequeno porte, não os  
1851 resíduos sólidos.  
1852  
1853  
1854 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Para uma questão de esclarecimento, esse termo  
1855 “pequeno porte” vai ser depois caracterizado, qualificado na própria resolução, não é? Mais alguma observação em  
1856 relação ao artigo 1º?  
1857  
1858  
1859 **O SR. MARCOS PELLEGRINI BANDINI (MMA/SRHU/DAU)** - O parágrafo único ficaria alterado, vou lê-lo. O  
1860 parágrafo único ficaria: a simplificação dos procedimentos para o licenciamento ambiental deve ser aprovada pelo  
1861 respectivo Conselho de Meio Ambiente e deve contemplar a recuperação das áreas degradadas, pela disposição  
1862 inadequada dos resíduos sólidos.  
1863  
1864  
1865 **O SR. GUSTAVO SILVA DE CARVALHO (Governo do Estado de Alagoas)** - Eu vou externar a minha  
1866 preocupação, um pouco do que eu conversei com o Silvano e que a Zilda estava se referindo lá atrás. A Resolução  
1867 308 tratava de proposta de sistemas de disposição e aí envolve diversos tipos de tratamento, um deles é a técnica  
1868 do aterro e as outras técnicas, não ficariam prejudicadas se a gente especifica apenas a utilização de aterro? E os  
1869 procedimentos simplificados do licenciamento não vão ficar prejudicados com a utilização das outras técnicas?  
1870  
1871  
1872 **O SR. SILVANO (Departamento de Ambiente Urbano/MMA)** - Na verdade, o que nós estamos querendo de fato  
1873 resolver é o problema do licenciamento simplificado de aterros mesmo, é especificamente de aterros, essa outra  
1874 parte é mais complexa inclusive. Não dá para simplificar uma coisa que é muito complexa, mas para aterro nós  
1875 achamos que é possível.  
1876  
1877

1878 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – A minha dúvida é a seguinte: primeiro, já  
1879 está lá na 257, a questão do Conselho de Meio Ambiente e se o município não tiver Conselho de Meio Ambiente?  
1880 Porque ali não está claro que Conselho de Meio Ambiente é esse, pode ser o estadual?  
1881  
1882 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (Governos Municipais - Região Sul)** – Só pode licenciar quem tem Conselho  
1883 de Meio Ambiente, se não tiver, vai ser licenciado pelo Estado.  
1884  
1885  
1886 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Muito obrigado pela informação, porque na  
1887 de saneamento ficou Conselho Estadual, só essa diferenciação.  
1888  
1889  
1890 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (IBAMA/DILIQ)** – Existe, no âmbito da Câmara de Controle e Qualidade  
1891 Ambiental, um Grupo de Trabalho, eu estou coordenando, que trata de valores indicadores para qualidade do solo e  
1892 diretrizes para o gerenciamento de áreas contaminadas. Ela ainda não foi aprovada. Eu pergunto se, ainda vai  
1893 demorar um pouco para aprovar essa daqui, se seria oportuno talvez inserir ao final do parágrafo único “deve  
1894 contemplar a recuperação das áreas degradadas pela disposição inadequada de resíduos sólidos de acordo com  
1895 diretrizes do CONAMA?”  
1896  
1897  
1898 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Peça um esclarecimento da parte do Roberto, por favor.  
1899  
1900  
1901 **O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (CONSELHEIRO HONORÁRIO DO CONAMA)** - As técnicas que vão ser  
1902 adotadas, as normas que vão ser seguidas, as resoluções que vão ser atendidas, estão colocadas em outras  
1903 considerações pra trás. E lei deve ser lida como um todo, é meramente uma questão de técnica. A idéia central é  
1904 que seja contemplada a recuperação de áreas degradadas, mais pra baixo, inclusive no anexo, vão ter referências  
1905 ao atendimento às normas e resoluções específicas, e tudo mais, então não prejudica em nada da forma como está.  
1906  
1907  
1908 **A SRª. CRISTINA SÁ (Agência Nacional de Águas)** - É só uma dúvida, que quando se tirou ali “aterro sanitário de  
1909 resíduos sólidos urbanos”, pergunto se não geraria dúvidas em alguns setores de forma que favorecesse o  
1910 licenciamento de outros aterros que não fossem de resíduos urbanos. Existem aterros de resíduos industriais e  
1911 coisa que o valha. Então, na minha opinião, parece-me que o objetivo era resolver os problemas das cidades, dos  
1912 municípios, da população, que não deveria se misturar com as possibilidades de outros tipos de aterro industrial ou  
1913 coisa que o valha.  
1914  
1915 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Só esclarecendo a Zilda, ela levantou uma questão que  
1916 eu acho que é um pouco mais de questão de norma, de redação, em termos de harmonia com orientações do  
1917 âmbito de resoluções e etc., porque senão a gente tem que colocar sempre no texto que a gente reporta à tal  
1918 resolução, á tal diretriz.  
1919  
1920  
1921 **O SR. SILVANO (Departamento de Ambiente Urbano/MMA-SRHU/MMA)** - A gente poderia, talvez, Zilda, correr  
1922 todo o documento. Se não tiver bem, porque no último ponto que fala do respeito às normas técnicas, de forma  
1923 geral. Aí se você puder contribuir..., aí a gente vê como é que fica melhor colocar. Agora, especificamente sobre o  
1924 que a Cristina coloca, ela tem razão no que está falando, mas no artigo segundo nós já procuramos fazer esta  
1925 tipificação de quais resíduos podem comportar os aterros.  
1926  
1927  
1928 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (Governos Municipais - Região Sul)** – Só para esclarecimento, no nosso  
1929 entendimento aterro sanitário é só de resíduo sólido urbano.  
1930  
1931  
1932 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Vamos deixar o Silvano terminar o esclarecimento, para  
1933 a gente ordenar o debate. É importante então, só resgatando o teor dessa discussão, a gente está querendo deixar  
1934 claro do que se trata essa resolução, para não dar abertura para outro tipo de enquadramento.  
1935  
1936  
1937 **O SR. SILVANO (Departamento de Ambiente Urbano/MMA)** - No artigo 2º. Eu queria ver se é o caso da gente ir  
1938 direto para o artigo 2º, porque está apresentando exatamente quais são os tipos de resíduos que devem conter o  
1939 aterro sanitário, porque você tem resíduos de serviço de saúde que são classificados como similares aos resíduos  
1940 domésticos, que podem ir para lá também. Então, nós fizemos uma caracterização no artigo 2º sobre o que pode ter

1941no aterro, não sei se é o caso da gente falar de uma vez e vermos se vai ficar no artigo 1º ou no artigo 2º, aí é uma  
1942questão de redação mesmo. Podemos ir para o artigo 2º?  
1943  
1944  
1945**O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Roberto você quer contribuir no esclarecimento?  
1946  
1947  
1948**O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRH)** - Diretor, só lhe pedindo vênica, só para até a sua compreensão,  
1949porque o seguinte, a colocação da colega da Ana parece simples, mas não prejudica em nada, é só nessa intenção  
1950que eu gostaria... Volte para o primeiro, por favor. Não prejudica em nada, deixa mais claro... Estabelecer critérios e  
1951objetivos para fiscalização dos procedimentos de licença ambiental de aterros sanitários de pequeno porte, de  
1952resíduos sólidos urbanos, não prejudica em nada, botando resíduos sólidos urbanos depois de pequeno porte, não  
1953creio que prejudique em nada e dá maior clareza ao texto, mesmo que no segundo esteja colocado, mas depois de  
1954aterros sanitários, depois de pequeno porte, porque senão fica parecendo resíduos sólidos de pequeno porte. Pega  
1955o de resíduos sólidos urbanos e coloca para depois de pequeno porte. Aterros sanitários de pequeno porte e  
1956resíduos sólidos urbanos. Eu estou tentando aqui, propondo que não há prejuízo nenhum em manter esse de  
1957resíduos sólidos urbanos, como foi colocado pelo nosso colega da Ana, não há prejuízo nenhum e fica mais claro,  
1958porque nós temos resíduos sólidos "urbanos" de grandes indústrias que não tem nada a ver com o setor público. O  
1959restaurante dele, ele que vai cuidar, essa coisa toda, leva para o aterro dele. Para não ficar nenhuma dúvida, não  
1960pairar nenhuma dúvida, deixa dessa forma.  
1961  
1962  
1963**O SR. MARCO ANTÔNIO RAMOS CAMINHA (CNI)** - Isso aqui não foi só uma questão de esclarecimento, mas...  
1964Nós estamos supondo que... Eu estou estranhando o seguinte, esse encaminhamento que está sendo dado aqui  
1965porque está se desprezando a redação original e já colocando as sugestões. Nós estamos supondo que todos os  
1966conselheiros aqui estão concordando é... Eu não estou entendendo.  
1967  
1968  
1969**O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Vamos organizar a discussão. O que nós estamos  
1970fazendo é indo ponto a ponto, se há consenso, a gente aprova, se não há consenso, a gente discute, até chegar na  
1971redação. Nós nem chegamos a submeter conselheiro a qualquer votação esse texto. Estão sendo feitas  
1972contribuições, se há consenso, ao final a gente aprova, mas ainda não aprovamos nada. Está esclarecido,  
1973conselheiro? Um minuto, por favor, para organizar esse debate. Como presidente, eu estou tentando organizar esse  
1974debate de forma a que os conselheiros tenham plena informação para tomar suas decisões. Então, até agora, nós  
1975não aprovamos nada, nós estamos no artigo primeiro, o pessoal do Ministério do Meio Ambiente está fazendo um  
1976esclarecimento que não tinha se completado, agora ele está terminando seu esclarecimento e propondo algumas  
1977modificações. Então, é nesse sentido que nós estamos trabalhando, OK? O Conselheiro da ANAMMA tinha  
1978solicitado a palavra. Como era uma questão de esclarecimento, estava aguardando o esclarecimento para o  
1979Conselheiro poder se expressar. Agora o Cláudio Alonso levantou questão de ordem. Então, por favor, questão de  
1980ordem precede... Coloque, por favor, sua questão de ordem.  
1981  
1982  
1983**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo do Estado de São Paulo)** - A questão de ordem é a seguinte,  
1984Conselheiro, representante aqui dentro tem prioridade de palavra e eu solicito que isso seja respeitado.  
1985  
1986  
1987**O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Eu estou mantendo isso, não estou tirando prioridade  
1988de palavra de ninguém. Tratava-se de e questão de esclarecimento, questão de ordem e questão esclarecimento  
1989precede. Era questão de esclarecimento que estava ajudando para nós tomarmos deliberação, então, não estava  
1990em nenhum momento prejudicando a fala de qualquer Conselheiro, estava querendo elementos para nós tomarmos  
1991decisões, então, é nesse sentido que eu concedo novamente a palavra ao Thiago, em função do esclarecimento  
1992que foi dado ao MMA.  
1993  
1994  
1995**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (Governos Municipais - Região Sul)** – Agradecendo a benevolência.  
1996Presidente, só para esclarecer, mais uma vez, eu também estava numa questão de esclarecimento, assim como  
1997meu amigo e companheiro Roberto, portanto, eu acho que seria até de bom tom depois passar para mim, mas eu  
1998não vou discutir isso, até porque, não vale a pena prolongar a discussão porque já tem muita pauta pela frente.  
1999  
2000  
2001**O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Como presidente eu tenho que organizar esse debate  
2002de forma que ele seja um debate eficiente.  
2003



2004  
2005 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (Governos Municipais - Região Sul)** – Obrigado pela benevolência mais uma  
2006vez. Portanto Presidente, o que abunda não prejudica, mas pode confundir. Aterro sanitário é o aterro do resíduo  
2007sólido urbano doméstico. Se colocar resíduo sólido urbano, por exemplo, prejudica sim, porque o que é produzido  
2008no hospital é sólido, é urbano. O resíduo da construção civil é sólido e é urbano. Alguém tem alguma dúvida disso?  
2009Então, aterro sanitário, todo mundo sabe o que é aterro sanitário, tem resoluções versam sobre aterro sanitário, tem  
2010resoluções que versam sobre o que não pode ir a um aterro sanitário. Aterro sanitário é um aterro de resíduos  
2011domésticos sólidos urbanos. Então, não tem que ter uma definição. Agora, se for continuar resíduos sólidos urbanos  
2012da maneira que está, vai confundir ainda mais porque existem vários resíduos que são sólidos e urbanos. Então,  
2013para que não haja nenhuma confusão, e aí eu espero que a (...) já se sinta contemplada, o aterro sanitário já prevê  
2014que é um aterro de resíduo doméstico. Não vai haver essa confusão. Então, com todo respeito ao Roberto que é  
2015meu amigo, comensal toda a vez que estou aqui, nós ou jantamos ou almoçamos juntos, não é Roberto? Ele faz  
2016piada e tudo mais... Mas eu não vejo a necessidade, Roberto. Eu acho que aqui a abundância prejudica sim.  
2017  
2018  
2019 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Tem uma proposta do Conselheiro de manter apenas o  
2020termo aterro sanitário não necessitando do complemento, resíduo sólido urbano. Peço que as contribuições sejam  
2021nesse sentido para nós esclarecermos esse ponto e irmos para frente.  
2022  
2023  
2024 **O SR. DIÓGENES** – Eu queria colocar dois esclarecimentos tentando facilitar um pouco a comunicação e o jargão  
2025que se usa, porque os termos não são consagrados, não existe uma norma para todos esses termos, existem  
2026algumas variações. Primeiro, aterro sanitário. É muito comum que se fale que aterro sanitário só recebe resíduo  
2027domiciliar, mas não é verdade. Alguns estados e há muitos empreendimentos no Brasil que recebem no aterro  
2028sanitário, também, resíduos comerciais e alguns industriais. É a prática da codisposição. Os maiores aterros do  
2029Brasil têm essa prática. Então, o nome aterro sanitário não se aplica exclusivamente a resíduos domiciliares. Isso é  
2030uma realidade. Há aterros licenciados como sanitários e que recebem resíduos industriais não perigosos. E  
2031segundo, a nomenclatura resíduo sólido urbano, já vi as mais diversas interpretações, os mais diversos significados,  
2032mas na lei de saneamento, na 11445, está definido resíduo sólido urbano como os resíduos provenientes da  
2033limpeza pública que são os domiciliares, de varrição, limpeza de vias, limpeza de córregos e, aí ela colocou uma  
2034abertura, aqueles que o município de outra procedência, ou seja, comerciais ou industriais que o município julgar, a  
2035seu critério, incluir como resíduos urbanos. Esse conceito não é estanque. Nós vamos ter que lidar com isso ao  
2036longo da discussão.  
2037 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Então, só pra ficar mais claro, você está defendendo  
2038manter a aprovação aberta de aterro sanitário de resíduos sólidos urbanos e fica mais claro em função de vácuo na  
2039legislação. Eu queria ver se tem alguma inscrição nesse sentido, se tem mais alguma ponderação. Thiago, em  
2040função dessa ponderação, você tem algum comentário? Você mantém o que falou? Alguém teria? Eu pediria à  
2041equipe do MMA que me desse o esclarecimento, porque o que está acontecendo... Isso é importante e estou  
2042querendo relatar que sempre é bom numa resolução ter um item que fala das conceituações, o que é conceito de  
2043pequeno porte, o que é conceito de aterro sanitário, isso facilita muito. O que está sendo colocado eu acho que é  
2044uma questão relevante porque a princípio o que o senhor ali colocou é que em aterro sanitário tem sido colocado  
2045resíduos de ordem não só urbana, mas também industrial. Então, isso eu queria que você me esclarecesse Silvano,  
2046de forma que esse item fosse feito de forma mais adequada que a redação.  
2047  
2048  
2049 **O SR. SILVANO (Departamento de Ambiente Urbano/MMA)** - Eu queria pedir aos Conselheiros que pudessem  
2050analisar o artigo segundo e depois nós voltaríamos no primeiro porque se o segundo não conseguir fazer toda essa  
2051compreensão da conceituação, a gente tenta melhorar o primeiro, mas eu volto a pedir para que seja analisado o  
2052artigo segundo porque eu acho que esse problema será resolvido lá.  
2053  
2054  
2055 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – A minha preocupação é a seguinte, eu acho  
2056que a gente sempre tem, principalmente nas grandes resoluções, quando você está fazendo uma inovação, apesar  
2057da possibilidade de dúvida das definições, você vai fazer uma resolução de licenciamento simplificado, acho que  
2058necessariamente você não precisa definir os conceitos. Se precisar, eu acho que a gente pode criar um artigo,  
2059definindo os conceitos porque aí fica mais claro, faz o artigo primeiro e aí... Artigo segundo, entende-se por... E aí  
2060vamos com os conceitos.  
2061  
2062  
2063 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (Governos Municipais - Região Sul)** – Presidente, só por questão de ordem.  
2064Vamos seguir a sugestão do Silvano porque realmente o artigo segundo é muito claro.  
2065  
2066

2067 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Podemos continuar então? Vamos partir para o  
2068 segundo? Alguém tem comentário em relação ao artigo segundo?  
2069  
2070  
2071 **O SR. MARCOS PELLEGRINI BANDINI (MMA/SRHU/DAU)** – Nossa proposta para buscar adequar ao que veio do  
2072 quarto GT e o que aqui já foi exposto quanto a essa conceituação, esse artigo ficaria alterado e nós tentaríamos  
2073 então definir quais são esses resíduos compatíveis para essa forma de disposição. Então, a redação ficaria dessa  
2074 forma que eu vou ler agora. Na tela está a original que veio do quarto GT, não é isso? Agora dá para cotejar as  
2075 duas redações, a que veio do quarto GT...  
2076  
2077 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Só uma questão de lógica de trabalho, nós temos que  
2078 trabalhar com a proposta original do GT. Vamos fazer o seguinte, a original dá para ser preto?  
2079  
2080  
2081 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo do Estado de São Paulo)** - É o seguinte, eu acho que todo mundo  
2082 tem uma cópia do original, se alguém fizer a leitura da proposta, a gente já vê onde está a diferença, porque cotejar  
2083 um com o outro. Alguém lê e nós acompanhamos no original, fica mais fácil.  
2084  
2085  
2086 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Para nós acompanharmos. A proposta nova de redação  
2087 é em azul? Artigo dois. Por favor, inicie a leitura, Marco.  
2088  
2089  
2090 **O SR. MARCOS PELLEGRINI BANDINI (MMA/SRHU/DAU)** – Art. 2º: nos aterros sanitários de pequeno porte,  
2091 abrangidos por esta resolução é admitida a disposição final de resíduos sólidos domiciliares e de resíduos de  
2092 serviços de limpeza urbana e de resíduos de serviços de saúde, bem como, de resíduos sólidos provenientes de  
2093 pequenos estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, desde que não sejam perigosos e  
2094 tenham características similares dos gerados em domicílios e atendidos os dispositivos legais. Parágrafo primeiro: a  
2095 critério do órgão ambiental competente poderá ser admitida a disposição de lodos secos não perigosos, oriundos de  
2096 sistemas de tratamento de água e esgoto sanitário, desde que a viabilidade desta disposição seja comprovada em  
2097 estudo ambiental, respeitadas as normas ambientais de segurança e sanitárias pertinentes. Parágrafo segundo:  
2098 ficam excluídos desta resolução os resíduos perigosos que em função de suas características de inflamabilidade,  
2099 corrosividade, reatividade, toxicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade apresentem risco à  
2100 saúde pública e ao meio ambiente, bem como os resíduos da construção civil, os provenientes de atividades  
2101 agrosilvopastoris, dos serviços de transporte e de mineração.  
2102  
2103  
2104 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - OK, inscrições?  
2105  
2106  
2107 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Eu acho que o artigo segundo ficou  
2108 interessante, ficou melhor que o outro, porque o outro... Inclusive, resíduos sólidos urbanos aceitáveis, eu queria  
2109 que definisse o que é aceitável. A única dúvida é no parágrafo primeiro, o que seria esse estudo ambiental? O que  
2110 esse estudo ambiental deveria conter? Que não é contaminado...  
2111  
2112  
2113 **O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRH)** – O estudo ambiental no conceito mais genérico possível do mesmo  
2114 que está na resolução 237. O estudo ambiental necessário definido pelo órgão ambiental competente que irá exigir  
2115 isso, não o EIA/RIMA, é qualquer estudo ambiental, estudo de risco, um projeto, ou um projeto de recuperação de  
2116 área degradada, o que for. É o estudo ambiental necessário a atender aquele caso.  
2117  
2118  
2119 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (Governos Municipais - Região Sul)** – No caso do artigo primeiro aí, eu acho  
2120 que a redação ficou feliz, até porque tem até resolução regulando isso, a utilização desse lodo, então não tem  
2121 problema nenhum. Eu creio que o fato... O parágrafo primeiro do artigo segundo. Creio que não tem problema  
2122 porque tem até resolução do CONAMA que já regula a utilização desse lodo. Agora, o que me preocupou foi a  
2123 colocação dos resíduos de serviço de saúde, eu não sei se lá está falando só do resíduo classe 4A, que é o que não  
2124 precisa de tratamento para ir para o aterro sanitário, porque está lá resíduo de saúde, ou nós colocamos  
2125 devidamente datado ou nós especificamos que é o 4A, que é o único que não precisa ser tratado para ir para o  
2126 aterro.  
2127  
2128

2129 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Fica mais especificado, apesar de que o  
2130 parágrafo segundo eliminaria qualquer tipo de resíduo que só poderia ser esse definido.  
2131  
2132  
2133 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - O Conselheiro levantou uma questão relativa a resíduos  
2134 de serviços de saúde, como isso pode ficar mais explícito para que seja o resíduo que possa ser realmente  
2135 depositado no aterro sanitário. Então, eu quero que o esclarecimento seja voltado para essa questão.  
2136  
2137  
2138 **O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRH)** – A sua colocação pode ser especificada, mas eu chamo a atenção,  
2139 que a condicionante estabelecida no final já remete a isso aí, desde que não sejam perigosos e tenham  
2140 características similares dos gerados em domicílios e atendidos os dispositivos legais.  
2141  
2142  
2143 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (Governos Municipais - Região Sul)** – Só para esclarecer, Roberto. Não  
2144 classifica porque no 4A tem alguns perfurocortantes que são perigosos.  
2145  
2146  
2147 **O SR. SILVANO (Departamento de Ambiente Urbano/MMA)** - Bom, de fato eu acho que não teria prejuízo  
2148 colocar, até porque está muito distante lá do resíduo de saúde. Então, no sentido de esclarecer o máximo possível,  
2149 acho que não teria problema colocar resíduo classe 4A não.  
2150  
2151  
2152 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Eu queria só reforçar. Como setor saúde, a nossa  
2153 preocupação realmente, apesar de ter toda uma indústria em cima dessa questão de usinas, tratamento de resíduos  
2154 de saúde, a importância de fazer realmente todo esse processo de separação dos perfurocortantes que acho que  
2155 acho que necessitam de uma disposição adequada. Então, vamos incorporar a sugestão do Conselheiro no texto?  
2156 Você pode fazer a redação?  
2157  
2158  
2159 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (Governos Municipais - Região Sul)** – Resíduos de saúde classe 4A. Só  
2160 surgiu a dúvida se é classe A4 ou 4A.  
2161  
2162  
2163 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Alguma observação em relação a esse ponto?  
2164 Podemos seguir? Com relação ao artigo primeiro, eu teria uma dúvida aqui, Silvano, vocês fazem referência aqui  
2165 em relação a esses outros tipos de resíduos, desde que não sejam perigosos, desde que não apresentem riscos à  
2166 saúde, etc. Vamos organizar a discussão aqui. Tem essa frase aqui: "desde que não sejam perigosos e tenham  
2167 características similares dos gerados em domicílios e atendidos os dispositivos legais". Marco, como que nós vamos  
2168 saber isso? Como é que nós vamos saber... Como é que nós garantimos essa questão, desde que não sejam  
2169 perigosos e tenham características similares, queria saber como é que a gente verifica isso aí.  
2170  
2171  
2172 **O SR. MARCOS PELLEGRINI BANDINI (MMA/SRHU/DAU)** – Bem, não sei se eu posso aqui, se o Roberto quiser  
2173 colocar.  
2174  
2175  
2176 **O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRH)** – A primeira questão existe legislação específica que define quais  
2177 resíduos são perigosos, já derivado da Convenção de Basileia, tem todo aquele rol, aquele anexo da 10.004, tem  
2178 tudo que tem direito ali. Agora, a questão de similaridade, a palavra mesmo está dizendo, é uma palavra meio  
2179 derrapante, mas é similar dos gerados em domicílios. O que é gerado em domicílio? Restos de comida, papel,  
2180 embalagens, essas coisas todas. E tem mais os outros dispositivos legais, têm o dispositivo legal de lodo de esgoto  
2181 e tem o dispositivo legal de uma série de outros.  
2182  
2183  
2184 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo do Estado de São Paulo)** - Eu queria um esclarecimento. É o  
2185 seguinte, o motivo principal da elaboração desta resolução é simplificar o procedimento de licenciamento para  
2186 aterros sanitários de cidades de pequeno porte, principalmente para você atender a disposição do lixo gerado nas  
2187 residências. Do jeito que está sendo feita a nova redação, nós abrimos para tudo. Tem resíduo de saúde, comercial,  
2188 industrial, ou seja, esta resolução é para resíduo gerado em qualquer lugar desde que tenha determinadas  
2189 características, é isso mesmo que a gente quer? É esse o objetivo inicial que nos levou a isso? É colocar qualquer  
2190 tipo de resíduos lá dentro fazendo-se um conjunto de restrições? Às vezes eu fico lendo isso aqui, estava fazendo  
2191 até um comentário aqui do lado, existem populações de pequeno porte com grandes indústrias. Quer dizer, eu acho

2192que a gente está entrando num emaranhado de coisas, a gente não quer simplificar apenas o licenciamento de  
2193aterros para municípios de pequeno porte, dados à baixa capacidade de investimentos deles, agora nós abrimos  
2194tudo, é isso que a gente quer? É uma pergunta que eu faço.

2195  
2196**O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Eu já divirjo do Cláudio. Olha, nós estamos  
2197trabalhando com município de pequeno porte, tudo bem, pode ter industrial, mas aí não está libertando para grande  
2198indústria. Qualquer cidade pequena pode ter um pequeno hospital, estabelecimento que trabalha lá com funilaria,  
2199pintura, etc. Então você vai ter pequenos estabelecimentos comerciais. Eu acho que o maior volume vai ser  
2200domiciliar, mas você vai ter isso. Então, eu acho que foi muito feliz a colocação por parte da formulação que foi feita  
2201porque atende uma cidade de pequeno porte. Eu não vejo nenhum problema em estar definido isso. Acho que tem  
2202que ser definido isso porque se, por exemplo, você não tem definido, aí tem uma pequena indústria, um pequeno  
2203estabelecimento comercial que gera algum resíduo. Ele vai poder disponibilizar isso aonde? Então, eu acho que  
2204está bem claro aí. A distorção depois, Cláudio, aí já não é problema nosso, é questão de fiscalização.

2205  
2206  
2207**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo do Estado de São Paulo)** - É problema dos estados serem mais  
2208rigorosos que o federal que é possível.

2209  
2210  
2211**O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Roberto, eu quero que você já faça esclarecimento para  
2212as duas colocações, tanto para o do Cláudio Alonso, quanto para o Iglesias.

2213  
2214  
2215**O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRH)** – A questão fundamental é a seguinte, procuramos evitar o porte do  
2216município porque você pode ter município pequeno com grande problema e município grande com pequeno  
2217problema, não era bem por aí. Então, procurou-se vincular ao porte do aterro, da capacidade de suporte do aterro a  
221820 toneladas de resíduos-dia que isso corresponde efetivamente ao município de pequeno porte. Agora, essa  
2219questão que Cláudio Alonso colocou é que talvez ele não tenha lido a nossa proposta do artigo terceiro que não é  
2220só a questão de ser 20 toneladas, mas também está limitada a uma única unidade de aterro de pequeno porte por  
2221unidade ou por sede de município ou distrito. Sede municipal ou distrital, para evitar, que eu já sei o que ele está  
2222falando, que é o seguinte, você pega e faz 10 aterros pequenos e se livra de ler as EIA/RIMAs e tudo mais, mas não  
2223é por aí. É uma outra questão que foi colocada lá no início, que foi falado de EIA/RIMA, que o doutor Chico Blue, me  
2224permita, colocou da questão do EIA/RIMA. Nós estamos colocando um artigo com relação ao EIA/RIMA na parte de  
2225dispensa dele, qualificando onde poderá ser dispensado, porque na 001 fala EIA/RIMA para aterros sanitários, não  
2226qualifica esse aterro sanitário. Então, se você fizer um aterro sanitário no fundo da sua casa, você vai ter que ter  
2227EIA/RIMA.

2228  
2229  
2230**O SR. MARCOS PELLEGRINI BANDINI (MMA/SRHU/DAU)** – Só complementando. Efetivamente, também, o que  
2231o Cláudio colocou, é óbvio que os estados podem, já são... Mas acho que fica claro qual foi o interesse e isso, de  
2232fato, está explícito na seqüência em relação ao porte do município e a questão de ser limitado a uma única unidade  
2233em todo município e nós explicitamos, sede... Enfim, deixando isso bastante claro.

2234  
2235  
2236**O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Só avisar que um dos Conselheiros teve que se  
2237ausentar. O representante do setor produtivo. Retomando a discussão. Alguma colocação em relação ao artigo  
2238segundo?

2239  
2240  
2241**O SR. DIÓGENES** – Só fazendo uma consideração. Nós estamos voltando, mexendo nas redações feitas no Grupo  
2242de Trabalho, acho que complicando um pouco a coisa para a minha referência, mas nós estamos elencando os  
2243resíduos e começa a ficar difícil porque você tem que ser mais preciso à medida que você vai elencando tudo isso.  
2244Ali no resíduo de serviço de saúde, onde está a classe 4, os demais resíduos de serviço de saúde também vão para  
2245aterro sanitário, uns com pré-tratamento e outros não. Então, se você começa a elencar, você vai ter que por aí o  
2246A2, o A3, o D e os demais também. Nós vamos ter que perder mais tempo melhorando a redação e acho que na  
2247versão original estava um tanto mais abrangente e deixava a critério de quem fosse licenciar identificar os resíduos  
2248no projeto do empreendimento.

2249  
2250  
2251**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (Governos Municipais - Região Sul)** – Eu pedi para que ou se definisse que  
2252era o A4, que pode ir para o aterro sem tratamento, ou então que se acrescentasse após o devido tratamento. Eu  
2253não fui terminativo. Ou se coloca o A4 que não precisa de tratamento ou se coloca após o devido tratamento porque  
2254se não, abre a porteira e quando passa um boi...

2255  
2256  
2257 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Bom, primeiro houve um pedido de esclarecimento do  
2258 Conselheiro Cláudio Alonso e eu queria perguntar para ele se está se sentido esclarecido.  
2259  
2260  
2261 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo do Estado de São Paulo)** - Completamente. Inclusive com voto já  
2262 determinado.  
2263  
2264  
2265 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Se ele sofre tratamento, ele não deixa de ser  
2266 um resíduo perigoso? Eu acho que nós podemos até, você até colocou, Thiago, e eu acho coerente, se você coloca  
2267 o serviço de saúde, não precisa nem citar classe A4, se estão depois do outro parágrafo, toxidade e tal, eles podem  
2268 ir, podemos citar os perfurocortantes que talvez deveriam ter uma outra destinação, diferenciada dessa. Daí eu não  
2269 sei qual é. Depois que ele sofre tratamento, o resíduo de saúde, vamos dizer, ele perde a toxicidade, não posso  
2270 responder, estou perguntando para quem pode me responder. Se ele perde a toxicidade porque sofreu uma  
2271 transformação, ele pode ir para o aterro, não tem aquela característica colocada no parágrafo seguinte, que é a  
2272 toxicidade, patogenicidade... Então, na realidade, nós podemos até tirar esse classe A4 e deixar os resíduos de  
2273 saúde, se ele atender o parágrafo seguinte, ele pode ir para o aterro sanitário. Aí a sua preocupação com  
2274 perfurocortantes pode, talvez, gerar um novo parágrafo que não sei como, porque não tenho a solução. Lá na 358  
2275 não foi dado solução, foi dado? Então, eu não sei, eu realmente não sei qual é a solução, se é separado, se vai de  
2276 outra forma, mas eu acho que fica bem claro para a pessoa que vai aplicar essa resolução... Ele entra no dois, tem  
2277 serviço de saúde. Então vamos ver o resíduo; aí ele vai ao parágrafo primeiro, que não é o caso, mas vai ao  
2278 parágrafo segundo. Então, está lá: esse resíduo já sofreu tratamento? Esse resíduo é perigoso? É perigoso. Então,  
2279 não pode ir. Para ele ir, tem que ser tratado. Acho que a lógica da resolução é essa.  
2280  
2281  
2282 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Estou pedindo para a Liziane baixar um pouquinho  
2283 porque no parágrafo segundo... A proposta do parágrafo segundo. Ficam excluídos desta resolução os resíduos  
2284 perigosos que, em função de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxidade... Os  
2285 perfurocortantes terão que entrar com uma categoria de perfurocortantes aqui. Os perfurocortantes estão em  
2286 alguma dessas categorias? Poderia ser uma opção.  
2287  
2288  
2289 **O SR. SILVANO (Departamento de Ambiente Urbano/MMA)** - A sugestão é que explicita, aí nesse parágrafo  
2290 segundo, que daí resolve a sugestão que o Francisco tinha apresentado. Nós já temos aquele grupo primeiro,  
2291 depois tem os resíduos da construção também. Então, pode botar logo depois de mutagenicidade, “vírgula”, antes  
2292 de mutagenicidade, e perfurocortantes.  
2293  
2294  
2295 **O SR. LEONARDO (Petrobrás)** – Ao invés de colocar apenas perfurocortantes, que tal colocar “ou que de qualquer  
2296 outra forma apresentem risco à saúde” porque aí você já... “Ou que de qualquer outra forma...” Porque aí você já  
2297 abrange todos os perfurocortantes ou qualquer outro elemento que apresente risco à saúde. Só uma contribuição.  
2298  
2299  
2300 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Obrigado. Mais alguma contribuição de redação?  
2301  
2302  
2303 **O SR. DIÓGENES** – É mais uma questão de forma, podia subir um pouquinho o artigo segundo para aparecer o  
2304 caput? Porque, normalmente, essa é uma resolução que trata de procedimentos de licenciamento e normalmente  
2305 na técnica de redação o artigo segundo diz qual é o objeto, a que se aplica, e essa redação está dando um sentido  
2306 do que pode ser, como ele pode operar. Então, sugeriria que se colocasse na redação mais ou menos na linha que  
2307 estava anteriormente, essa resolução aplica-se a aterros sanitários voltados a recebimento de resíduos, redigindo  
2308 dessa maneira. Colocando basicamente no mesmo sentido, mas dizendo que esta resolução, por ser de  
2309 licenciamento, se aplica a empreendimentos, aterros sanitários para recebimento de resíduos “tais, tais, tais” e com  
2310 as exclusões...  
2311  
2312  
2313 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Isso já não está no artigo primeiro? Aqui já diz a que se  
2314 refere a resolução, já está definido o objeto.  
2315  
2316

2317 **O SR. JOSÉ ALBERTO** – Só para lembrar, o artigo segundo geralmente conceitua. Essas dúvidas que nós  
2318 estamos tendo, deviam estar todas no artigo segundo, conceituando item a item.  
2319  
2320  
2321 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Eu estou perguntando, inclusive, se há mais alguma  
2322 dúvida em relação ao artigo segundo, porque em relação à observação do participante, eu acho que não procede  
2323 porque aqui esclarece bem, do que se refere essa resolução. Eu pergunto aqui aos Conselheiros se tem alguma  
2324 observação em relação ao artigo segundo.  
2325  
2326  
2327 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Eu até fiz um comentário nesse sentido, eu  
2328 acho que como é uma resolução simplificada, não precisamos ter a definição, já estamos entrando, vamos dizer, já  
2329 indo direto ao problema para dar a solução. Então, se fosse a Política Nacional de resíduos sólidos ou uma Política  
2330 Nacional de mercúrio, alguma coisa assim, aí sim, vamos definir tudo para saber o que nós estamos trabalhando  
2331 porque, inclusive, vai gerar outras definições lá na frente, outras resoluções, outras leis, outras políticas. Então, não  
2332 vejo necessidade dessa definição. Acho que a estruturação está bem montada, inclusive do artigo segundo, porque  
2333 se o “cara” ler lá em cima, na hora que cair lá nos parágrafos, ele limita o que é, e inclusive, define o que pode  
2334 realmente ir para dentro desse aterro sanitário que nós queremos.  
2335  
2336  
2337 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Em relação ao artigo segundo, mais alguma  
2338 observação? Podemos passar para o terceiro? Então, artigo terceiro. Quem tem sugestões?  
2339  
2340  
2341 **O SR. MARCOS PELLEGRINI BANDINI (MMA/SRHU/DAU)** – A sugestão de redação, primeira, o artigo ficaria  
2342 com a seguinte redação: "aplica-se o disposto no artigo primeiro desta resolução a aterros sanitários de pequeno  
2343 porte, com disposição diária...".  
2344  
2345  
2346 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – A gente definiu, até uma proposta de Cláudio  
2347 Alonso, não sei se o senhor, na hora percebeu, mas seria exposto o texto do Ministério e a gente seguiria o texto...  
2348  
2349  
2350 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Eu entendi bem, a gente vai cotejar pelo nosso, mas é  
2351 porque fica difícil muitas vezes só pela leitura. Porque o que eu quero sugerir é o seguinte, a princípio, consenso eu  
2352 estou querendo aprovar em bloqueou artigo a artigo?  
2353  
2354  
2355 **O SR. GUSTAVO SILVA DE CARVALHO (Governo do Estado de Alagoas)** - Minha sugestão é que seja em bloco  
2356 porque o primeiro não pôde porque dependia do segundo e a gente tem definição lá no final.  
2357  
2358  
2359 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Se tiver alguma coisa que seja uma  
2360 divergência realmente profunda entre os Conselheiros, talvez a gente possa votar, está tendo um encaminhamento  
2361 acho que até que não existe, não está apresentando uma divergência profunda em termos de textos.  
2362  
2363  
2364 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Então, nós estamos adotando essa sistemática, já  
2365 praticamente a princípio vencemos, até então, o primeiro e segundo e estamos indo para o terceiro. O terceiro já  
2366 tem uma contribuição, solicitei se tem contribuições, há uma contribuição a ser apresentada pelo MMA. O que eu  
2367 estou solicitando para facilitar o nosso acompanhamento é que não seja só oral, que a gente possa visualizar.  
2368 Então, ele está expondo a proposta do MMA, só isso. Estão todos esclarecidos? Podemos continuar? Então, por  
2369 favor, Marcos, comece a leitura de novo, por favor.  
2370  
2371  
2372 **O SR. MARCOS PELLEGRINI BANDINI (MMA/SRHU/DAU)** – Artigo terceiro: aplica-se o disposto no artigo  
2373 primeiro desta resolução a aterros sanitários de pequeno porte, com disposição diária de até 20 toneladas de  
2374 resíduos, limitando-se a uma única unidade por sede municipal ou distrital. Parágrafo único: nas localidades onde  
2375 exista um incremento significativo na geração de resíduos pela população flutuante ou sazonal, esta situação deve  
2376 ser prevista em projeto, o qual deverá contemplar as medidas de controle adicionais para operação do aterro.  
2377  
2378

2379 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Alguma observação dos Conselheiros em relação ao  
2380 artigo terceiro, a nova redação proposta pelo MMA?  
2381  
2382

2383 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Eu achei interessante um comentário aqui  
2384 num parecer que eu tive acesso do IBAMA, esse parecer que resultou nessa proposta de resolução, que é a  
2385 questão de diferenciar, não é colocar a questão do tamanho da cidade, nada, é ser dirigida à questão de  
2386 empreendimentos. Acho que esse nem vai ser nesse artigo, vai ser no quarto, porque aqui está só dirigida, essa  
2387 resolução (...) por município, com disposição de área de 20 toneladas, 50 toneladas.  
2388  
2389

2390 **O SR. GUSTAVO SILVA DE CARVALHO (Governo do Estado de Alagoas)** - Só para esclarecer. O limite é de 20  
2391 toneladas por dia, independentemente se a cidade tem variação de flutuação de população ou não? Então, se você  
2392 tem produção diária de uma tonelada e aumenta para vinte já está contemplado, agora, se tiver 19 e aumentou, está  
2393 fora.  
2394  
2395

2396 **O SR. SILVANO (Departamento de Ambiente Urbano/MMA)** - O parágrafo segundo é exatamente para elucidar  
2397 essa sua preocupação, que aí coloca: nas localidades onde existem incrementos significativos na geração de  
2398 resíduos pela população flutuante ou sazonal, essa situação deve ser prevista em projeto, o qual deverá contemplar  
2399 as medidas de controle adicionais para operação do aterro.  
2400  
2401

2402 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Só uma questão de, qual é a população que  
2403 gera 20 toneladas, normalmente.  
2404  
2405

2406 **O SR. SILVANO (Departamento de Ambiente Urbano/MMA)** - Aproximadamente 30 mil habitantes.  
2407  
2408

2409 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Pergunto novamente se há mais esclarecimentos para  
2410 os Conselheiros, estão suficientemente esclarecidos? Podemos passar então para o próximo artigo? Artigo quarto,  
2411 há alguma observação em relação ao artigo quarto original, oriundo do Grupo de Trabalho?  
2412  
2413

2414 **O SR. MARCOS PELLEGRINI BANDINI (MMA/SRHU/DAU)** – Nós temos. A redação proposta seria a seguinte,  
2415 artigo quarto: para os efeitos desta resolução, no licenciamento ambiental específico de aterros sanitários de  
2416 pequeno porte devem ser observados, no mínimo, os critérios e diretrizes definidos no anexo desta resolução.  
2417  
2418

2419 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (Governos Municipais - Região Sul)** – Só para apoiar a redação, essa  
2420 redação resume muito bem o que está na redação original, que veio do Grupo de Trabalho. Então, só para apoiar  
2421 essa redação.  
2422  
2423

2424 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Eu estou sentindo falta aqui que na redação original se  
2425 falava também na recuperação de áreas degradadas, mas na redação original havia repetido essa menção no artigo  
2426 quarto. Queria esclarecimento porque foi retirado, foi naquele momento que passou para o primeiro?  
2427  
2428

2429 **O SR. MARCOS PELLEGRINI BANDINI (MMA/SRHU/DAU)** – Esclarecimento é basicamente em relação ao objeto  
2430 principal da resolução, óbvio que como está tratado o assunto, apenas adequamos à redação ao que definimos  
2431 como o foco, objeto central da resolução.  
2432  
2433

2434 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Eu quero fazer um alerta, uma preocupação nossa do  
2435 setor de saúde, como será feita essa recuperação de áreas degradadas porque apesar de não ser o foco, está  
2436 citado que está sendo considerado, então, é importante em algum momento ser explicitado porque a gente quer que  
2437 essas áreas sejam recuperadas, já como vocês estão citando isso, acho que inclusive que é aí que há interface, vou  
2438 deixar mais para o final para ver como é que está contemplado esse tema para ver se nós ficamos satisfeitos com  
2439 essa questão de áreas degradadas.  
2440

2441 **O SR. MARCOS PELLEGRINI BANDINI (MMA/SRHU/DAU)** – Se eu puder esclarecer, Sr. Presidente. Ela estará  
2442 no último item do anexo que nós propusermos, ficaria explícito em relação a essa necessidade.  
2443  
2444

2445 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Ótimo, vamos deixar isso para o final porque realmente  
2446 está no anexo e não adianta discutir agora. Tudo OK com o artigo quarto? Podemos passar para o artigo 5? Artigo  
2447 cinco, pergunto se tem algum Conselheiro que tem alguma observação referente ao artigo 5?  
2448  
2449

2450 **O SR. MARCOS PELLEGRINI BANDINI (MMA/SRHU/DAU)** – Temos uma proposta, Sr. Presidente. O processo é  
2451 a leitura, vou fazer a leitura da proposta de redação ao artigo 5. Artigo 5: o processo de licenciamento ambiental dos  
2452 aterros sanitários de pequeno porte contemplados nessa resolução devem ser submetidos aos critérios e diretrizes  
2453 estabelecidos em seu anexo. Parágrafo único: o órgão ambiental competente, verificando que o aterro não é  
2454 potencialmente causador de significativa degradação do meio ambiente, poderá dispensar o EIA/RIMA, definindo,  
2455 nesse caso, os estudos ambientais pertinentes ao respectivo processo de licenciamento. Sugestão apenas aqui, Sr.  
2456 Presidente, é já fazer uma alteração, ao invés de poderá dispensar é dispensará. O órgão ambiental, verificando  
2457 que o aterro não é potencialmente causador, dispensará, definindo nesse caso os estudos ambientais pertinentes.  
2458  
2459

2460 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Abro para discussão dos Conselheiros. Por favor,  
2461 Gustavo.  
2462  
2463

2464 **O SR. GUSTAVO SILVA DE CARVALHO (Governo do Estado de Alagoas)** - Marcos, e a consideração com do  
2465 parágrafo segundo? O parágrafo segundo, por que tinha sido retirado?  
2466  
2467

2468 **O SR. MARCOS PELLEGRINI BANDINI (MMA/SRHU/DAU)** – O órgão ambiental competente deve avaliar a  
2469 possibilidade de emissão concomitante das licenças prévia e de instalação. Acho que poderia.  
2470  
2471

2472 **O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRHU)** – Veja bem, tanto nesse quanto no anterior, o anterior também tem  
2473 um parágrafo único que são coisas que já estão consagradas em legislação, como isso também já está consagrado  
2474 na 237, quando há licenciamento simplificado, poderá ser emitida licença prévia de (...) concomitantemente. Então,  
2475 como isso já está previsto e como também o parágrafo anterior do artigo quarto, se levantar um pouquinho, o  
2476 parágrafo único lá, que também não aparece de novo, poderá, a qualquer tempo incluir novas exigências. Isso é  
2477 prerrogativa constitucional. Então, não tem necessidade de ficar repetindo essas coisas. Um é prerrogativa  
2478 constitucional, outro já está na 237. Então a gente vai ficar hino inflando a resolução com um monte de coisa que já  
2479 está colocado.  
2480  
2481

2482 **O SR. GUSTAVO SILVA DE CARVALHO (Governo do Estado de Alagoas)** - Eu me sinto contemplado, Roberto,  
2483 até porque a gente definiu um ponto que até o próprio Conselho pode definir isso.  
2484  
2485

2486 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Proposta de um novo parágrafo aí nesse  
2487 artigo. Os procedimentos simplificados referenciados nesta resolução não se aplicam aos empreendimentos  
2488 situados em áreas declaradas pelo órgão competente como ambientalmente sensíveis. Pronto...  
2489  
2490

2491 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Vamos deixar isso e vamos seguir para ver se a gente  
2492 mantém ou não. Podemos avançar? Artigo sexto. Há alguma observação dos Conselheiros em relação ao artigo  
2493 sexto originalmente proposto pelo Grupo de Trabalho? Agora o esclarecimento do MMA em termos de nova  
2494 redação.  
2495  
2496

2497 **O SR. MARCOS PELLEGRINI BANDINI (MMA/SRHU/DAU)** – Nossa proposta é pela supressão do artigo sexto,  
2498 entendendo ser desnecessária essa citação em relação aos aterros de pequeno porte e é desnecessário citar a  
2499 resolução 237.  
2500  
2501

2502 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Os Conselheiros estão de acordo com a sugestão?  
2503 Podemos avançar? Artigo sétimo. Alguma sugestão dos Conselheiros? Alguma sugestão por parte...



2504  
2505  
2506 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (Governos Municipais - Região Sul)** – Só um destaque modificativo para  
2507mudar a numeração, porque suprimiu um artigo. Com relação ao artigo sétimo, alguma proposta por parte da MMA?  
2508Está mantido. Bom, artigo oito. No 9 tem um destaque.  
2509  
2510  
2511 **O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRHU)** – A regra técnica legislativa atual que emana do manual da  
2512Presidência da República está corretíssimo a primeira parte, revoga-se a resolução 308 de 21 de março de 2002,  
2513“ponto”, não se falar em disposições em contrário. Só se pode revogar aquilo que é específico.  
2514  
2515  
2516 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - De acordo, alguma observação? Vamos para os  
2517anexos?  
2518  
2519  
2520 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Só uma pergunta: não deveria ter uma troca,  
2521só de técnica de legislativa, vocês que entendem mais, o nono não deveria ser o oitavo e o oitavo deveria ser o  
2522nono? Porque você inverteu ali, a última é a publicação. Só essa observação.  
2523  
2524  
2525 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Todos de acordo? Só para acordar com a Câmara, são  
2526quase cinco horas, vamos tentar fechar essa resolução até as cinco e meia?  
2527  
2528  
2529 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Só uma informação, Roberto. Você colocou  
2530que tinha um artigo com aquela questão da área ambientalmente sensível, não vi, mas não impede de citar...  
2531  
2532  
2533 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Bom, alguma sugestão em relação aos anexos? Abro a  
2534palavra aos Conselheiros. Bom, não tendo nenhuma contribuição dos Conselheiros, peço para MMA se tem alguma  
2535sugestão.  
2536  
2537  
2538 **O SR. MARCOS PELLEGRINI BANDINI (MMA/SRHU/DAU)** – Sim, Sr. Presidente. Proposta já na descrição ficaria  
2539alterada, vou lê-la, proposta de redação, elementos norteadores para seleção de áreas, licenciamento ambiental, e  
2540recuperação de áreas degradadas dos antigos lixões, visando a implantação de aterros sanitários de pequeno porte.  
2541  
2542  
2543 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Mesmo tentando fazer o contraponto aqui  
2544lendo, é complicado, ali não.  
2545  
2546  
2547 **O SR. MARCOS PELLEGRINI BANDINI (MMA/SRHU/DAU)** – Elementos norteadores para seleção de áreas,  
2548licenciamento ambiental e recuperação de áreas degradadas dos antigos lixões visando a implantação de aterros  
2549sanitários de pequeno porte.  
2550  
2551  
2552 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Mais alguma observação nesse item do anexo?  
2553  
2554  
2555 **O SR. MARCOS PELLEGRINI BANDINI (MMA/SRHU/DAU)** – No nono item. A nova redação seria: descrição da  
2556população beneficiada e caracterização qualitativa e quantitativa dos resíduos a serem dispostos no aterro.  
2557  
2558  
2559 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Alguma observação com relação a essa proposta? Mais  
2560alguma observação em relação ao anexo?  
2561  
2562  
2563 **O SR. MARCOS PELLEGRINI BANDINI (MMA/SRHU/DAU)** – Sim, Sr. presidente, o 15. Apenas adequaríamos  
2564novamente de sistema para aterro, o mesmo vale para o próximo o 16.  
2565  
2566

2567 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Mais alguma sugestão, Marcos?

2568

2569 **O SR. MARCOS PELLEGRINI BANDINI (MMA/SRHU/DAU)** – No final, Sr. Presidente, quanto aos aspectos técnicos devem ser observadas esta resolução e as normas técnicas da ABNT.

2571

2572

2573 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Alguma consideração em relação a essa última proposta? Eu teria três questões que ainda não considero muito esclarecidas, pediria para o Silvano e Marcos esclarecer, a nossa equipe técnica do Ministério da Saúde se debruçou sobre e anotou três questões, que eu realmente não vi contemplado completamente, pediria só um pouco de silêncio. Uma primeira é essa, apesar de não ser foco, mas está contemplada, como é citada a recuperação dos antigos lixões, não está muito explícito como vai ser feito o que vai ser exigido para isso, eu não sei se isso vai estar previsto na resolução de áreas contaminadas, talvez fazer uma referência a isso, não sei, só sei que cita uma coisa, e como não explica como vai operar, fica parecendo só um enfeite, a gente quer um enfeite, a gente quer que essas áreas realmente sejam recuperadas. O primeiro questionamento. O segundo questionamento de nossa equipe falou que não se falou em sistema de percolado, de chorume e nem de seu armazenamento e tratamento. É uma preocupação nossa a questão do sistema de percolado, como também não se falou de qualquer sistema de exaustão de gases. O que a nossa equipe levantou é que existem sistemas bem simplificados que garantem coleta de chorume e coleta de gases. Então, eu queria saber; se vocês pudessem esclarecer esses itens para facilitar o entendimento.

2586

2587

2588 **O SR. GUSTAVO SILVA DE CARVALHO (Governo do Estado de Alagoas)** - Eu imagino que os aspectos técnicos que estão definidos no anexo se ferem a utilização das normas técnicas da ABNT e as normas técnicas da ABNT tratam especificamente desse tipo de deficiência no tratamento referente aos percolados, principalmente aos percolados que você citou... gases... Aí depende do projeto, é o projeto que vai definir, vai depender de cada local. Existem áreas muito degradadas e áreas pouco degradadas, o projeto que vai dizer.

2593

2594

2595 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Eu peço então que o MMA me esclareça porque como joga tudo para a ABNT, eu não sei se a ABNT tem orientações para coisas bem simplificadas assim, tenho dúvidas.

2597

2598

2599 **O SR. SILVANO (Departamento de Ambiente Urbano/MMA/MMA)** - Eu vou tentar falar um pouco de forma genérica, porque de fato a idéia da norma em relação a áreas contaminadas. A idéia da resolução não é detalhar esse aspecto da solução de áreas contaminadas. Acho, até, que nem dá para entrar aqui. Talvez seja mais apropriada uma resolução específica para isso contemplar. Não sei como é que está o Grupo de Trabalho que está coordenando essa atividade. Em relação à história da recuperação de áreas degradadas. Em relação a essa parte de percolados de chorume e gases, nós estamos num trabalho agora, vamos abrir esse trabalho, já tem consultores trabalhando conosco para a gente ter uma norma da ABNT específica para aterros simplificados e já temos essa norma praticamente redigida, estamos fazendo gestão junto a ABNT para ver se a gente aprova porque é muito distinta, a diferença é muito grande entre um aterro convencional e um aterro simplificado em função de cada tipologia de aterro, você tem uma realidade, quer dizer, eu acho que isso encarece muito porque tem muitos casos na região nordeste, dos especialistas de lá, que não tem chorume e você é obrigado a fazer porque a norma diz que tem que fazer. Então, nós temos duas ações que nós estamos trabalhando; uma dessa aqui, o licenciamento de aterros simplificados e uma outra da ABNT para poder detalhar isso melhor. Por isso que eu acho que a nossa contribuição foi reportar a norma e lá na norma nós vamos dar conta de garantir que isso seja considerado. Na parte de... Tem contribuições já do quarto GT que nós não alteramos que já tem alguma citação em relação a métodos para prevenção e minimização dos impactos ambientais, deixando de forma um pouco mais genérica, mais contando que o estudo de avaliação e os projetos vão ser considerados.

2616

2617

2618 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Conselheiro Thiago, depois Roberto, depois eu peço pra Zilda também dar algum esclarecimento sobre o grupo de áreas contaminadas, de como está lhe dando com essas áreas dos antigos lixões para ver se vai ser contemplado isso por esse grupo, mas não está na sua hora, é só pra você saber que vai dar esse informe para nós. É só porque estou ordenando as falas aqui. Primeiro Thiago, depois Roberto e depois você.

2623

2624

2625 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (Governos Municipais - Região Sul)** – Zilda, eu sou um cara cavalheiro, se você quiser falar antes vai até elucidar mais o que eu vou falar depois. Sinta-se a vontade.

2627

2628

2629 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Vamos por parte Thiago. A palavra está contigo.

2630  
2631  
2632 **A SRª. ZILDA** – A proposta de diretrizes, inclusive, está no site na câmara de controle e qualidade. Ela não é  
2633 específica para finalidade da degradação, ela é baseada na norma da CETESB, no Estado de São Paulo, e ela  
2634 elenca como vai ser feita a metodologia de valor de qualidade, valor de referência, valor de investigação e os  
2635 procedimentos que têm de ser seguidos, a responsabilidade, o que o empreendedor deve fazer, quem deve acionar,  
2636 como é feito o monitoramento, ela não é específica assim, um aterro industrial, um aterro doméstico, ela trata em  
2637 valores, ocorrência de metais pesados, contaminação orgânica possível no solo, baseado numa pesquisa de mais  
2638 de dez anos que a CETESB desenvolveu no Estado de São Paulo.  
2639  
2640  
2641 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Zilda, minha pergunta foi muito específica. A pergunta é  
2642 a seguinte: Esse Grupo de Trabalho, com essa resolução, abarca essas áreas?  
2643  
2644  
2645 **A SRª. ZILDA** – Sim, pelo menos a contaminação por aquelas substâncias que nós levantamos... Obrigada.  
2646  
2647 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (Governos Municipais - Região Sul)** – Só para esclarecer, eu tive uma  
2648 educação muito rígida do meu pai, então se ela ia falar, deixa falar senão meu pai briga quando eu chegar a casa.  
2649 Tenho mais certeza do que eu ia falar antes, mais uma vez eu vou dar os parabéns ao MMA, creio que a redação foi  
2650 feliz porque nesse caso a generalização acaba ajudando, por quê? Porque cada caso é um caso, quando você fala  
2651 de recuperação de área degradada o que vai definir como é a recuperação é o Prade e cada área degradada é uma  
2652 área degradada, portanto não há que se falar em vetores, em indicadores objetivos porque toda recuperação vai ser  
2653 multidisciplinar e transversal. Portanto, creio que isso também vai valer até para a questão do chorume e dos gases  
2654 que foi levantado anteriormente, creio que a recuperação não vai se dar no estudo ambiental prévio, o estudo  
2655 ambiental prévio já vai estudar o quanto de chorume pode produzir, o quanto de gás pode produzir e aí vai,  
2656 obviamente, apontar as atividades ou as medidas que vão mitigar esse impacto, bem como vai apresentar no seu  
2657 bojo, no seu arcabouço o plano de recuperação de área degradada que é impossível objetivar, é impossível precisar  
2658 porque cada caso é realmente um caso, vai depender do órgão ambiental competente no ato do licenciamento aferir  
2659 se o Prade é ou não satisfatório, lembrando que nesse caso deve se dar maior confiança possível ao órgão  
2660 ambiental competente porque os funcionários que compõem o SISNAMA são responsabilizados por qualquer  
2661 licença que dão. Então, creio que a generalização nesse caso ajuda porque permite a subjetividade e a  
2662 subjetividade em caso e área degradada não é só bom, como é fundamental.  
2663  
2664  
2665 **O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRH)** – Obrigado. Eu ia fazer uma colocação na linha do que o nosso  
2666 colega de Goiânia colocou, mas já se torna desnecessário. Ratifico e apoio tudo que ele disse, realmente nós temos  
2667 que basear cada projeto em uma situação específica. Então, temos que generalizar mais ainda, lá no final, por  
2668 favor, embora o nosso diretor tenha falado que está sendo preparada uma norma da ABNT, mas nós em resolução  
2669 nacional não podemos colocar norma da ABNT, nós temos que colocar normas específicas porque essa norma  
2670 pode ser da ABNT, pode ser de um órgão ambiental, pode ser de um organismo internacional, como a MS, por  
2671 exemplo. Então, nós temos que terminar em normas específicas, sem citar ABNT, sem contar que a ABNT vende a  
2672 norma e outras coisas...  
2673  
2674  
2675 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Trocar a ABNT por normas técnicas específicas, estão  
2676 de acordo?  
2677  
2678  
2679 **O SR. SILVANO (Departamento de Ambiente Urbano/MMA/MMA)** - Eu queria só reportar ao artigo primeiro do  
2680 parágrafo único, ele fala que a simplificação dos procedimentos para licenciamento ambiental devem ser aprovados  
2681 pelo respectivo conselho do meio ambiente e deve contemplar a recuperação as áreas degradadas pela disposição  
2682 inadequada dos resíduos sólidos, quer dizer, até onde nós conseguimos avançar nessa preocupação que o  
2683 Ministério da Saúde tem e que eu acho que é adequada, inclusive.  
2684  
2685  
2686 **O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRH)** – Só porque eu olhei ali a tela agora... Esta resolução e as normas  
2687 técnicas específicas porque parece que comeram um pedaço ali.  
2688  
2689  
2690 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Alguém tem mais alguma observação sobre essa  
2691 resolução?  
2692

2693  
2694 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Eu queria o esclarecimento do  
2695 ambientalmente sensível que está lá no anexo.  
2696  
2697  
2698 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (Governos Municipais - Região Sul)** – Eu quero fazer um encaminhamento  
2699 no sentido do que o Francisco falou, Presidente. Eu já até tinha discutido anteriormente aqui com outro Conselheiro,  
2700 com o Cláudio, com o Roberto, eu acredito, Francisco, que a redação do anexo é um pouco mais feliz porque ela  
2701 objetiva, porque quando a gente fala... Vou ler o que está... Mostra o item 6 e o 7 do anexo. Na verdade é o 4, 5, 6 e  
2702 7. É porque esses itens que vieram do GT não foram modificados, não houve nenhuma moção de modificação por  
2703 parte do MMA, portanto, esses itens em si que eu estou citando não foram modificados. Para concluir, eu vou fazer  
2704 questão direta, é porque tem muitas pessoas que não têm acesso, fala em relação à escolha das áreas, uso de  
2705 áreas com características hidrogeológicas, geográficas e geotécnicas adequadas ao uso pretendido, comprovadas  
2706 por meio de estudos específicos. Item 5, uso de áreas que atendam a legislação municipal de uso e ocupação do  
2707 solo com preferência daquelas com potencial mínimo de incorporação a zona urbana de sedes, distritos ou  
2708 povoados de baixa valorização imobiliária. Item 6, áreas consideradas de risco, com suscetibilidade, como as  
2709 suscetíveis a erosões, só poderão ser utilizadas após intervenções técnicas capazes de garantir a estabilidade do  
2710 terreno e 7, não poderão ser utilizadas áreas de vulnerabilidade ambiental como as sujeitas a inundações.  
2711  
2712  
2713 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Eu acho que para ser mais específico, criar  
2714 um item específico porque essa aí está área de vulnerabilidade ambiental e cita sujeita a inundações como as  
2715 sujeitas a inundações. Eu vou dar uma sugestão melhor, tirar esse “como é sujeitas, acho que pode acrescentar  
2716 mais um item porque áreas de vulnerabilidade ambiental necessariamente não são áreas ambientalmente sensíveis.  
2717 É diferenciado esse conceito. Eu acrescentaria o “não poderão ser utilizar áreas...” acho que poderia tirar o “como  
2718 sujeitas a inundações”, não poderão ser utilizadas áreas de vulnerabilidade ambiental e ambientalmente sensíveis,  
2719 que já é o conceito que está usando.  
2720  
2721  
2722 **O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRH)** – Sr. Presidente, me permita discordar, o como as inundações, a  
2723 inundações é uma coisa tão importante que o exemplo não prejudica, o exemplo não prejudica.  
2724  
2725  
2726 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Está bom, “vírgula” como as sujeitas a  
2727 inundações. Porque o problema é que o cara usou uma área ambientalmente sensível que normalmente era APP.  
2728  
2729  
2730 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Mas espera aí, então esse “como sujeitas a  
2731 inundações” não podem ser depois do ambientalmente sensível. Faz o contrário, começa com ambientalmente  
2732 sensível, depois via para vulnerabilidade ambiental e dá o exemplo das sujeitas a inundações. Mais alguma  
2733 sugestão para essa resolução? Estão todos esclarecidos?  
2734  
2735  
2736 **O SR. SILVANO (Departamento de Ambiente Urbano/MMA)** - Só perguntar para a Zilda se ela considera que  
2737 aquela preocupação dela já foi considerada. E também aquela questão do artigo segundo, Sr. Presidente, se de fato  
2738 ele resolve com o que está contido no artigo segundo, se resolve a preocupação do artigo primeiro, para ver se está  
2739 de acordo.  
2740  
2741  
2742 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Algum Conselheiro tem mais alguma observação?  
2743  
2744  
2745 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo do Estado de São Paulo)** - Se for uma observação geral sobre a  
2746 resolução, eu tenho. Eu acho que a partir de determinado momento eu percebi que o que foi apresentado a esta  
2747 mesa foi o substitutivo do que veio do grupo, esse substitutivo é feito por alguém que participou do grupo e eu não  
2748 tive acesso a este substitutivo antes de vir a esta sessão, dessa forma, São Paulo se abstém absolutamente de tudo  
2749 que foi colocado aqui, na medida em que nada foi colocado em votação formal, São Paulo se abstém, acha que o  
2750 procedimento não é adequado de se apresentar de afogadilho um substituto na Câmara sem conhecimento prévio,  
2751 principalmente, de pessoas que participaram do próprio Grupo de Trabalho. Não é a primeira vez que isso acontece;  
2752 isso acontece inclusive em plenária, o que é absolutamente irritante, principalmente o Governo Federal faça isso de  
2753 vez em quando. São Paulo se abstém completamente desta resolução por entender que um substitutivo não pode  
2754 ser apresentado da forma como foi apresentada. Acho que foi um erro de encaminhamento da mesa.  
2755

2756  
2757 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Gostaria que fossem registradas as considerações do  
2758 conselheiro Cláudio Alonso para as devidas reflexões da Câmara Jurídica, CONAMA etc. peço que alguém possa  
2759 chamar o Conselheiro Iglesias, por favor, que eu vou colocar em regime de votação a resolução, se, não tiver mais  
2760 nenhuma observação por parte do plenário ou dos próprios Conselheiros. Como proposta de encaminhamento,  
2761 após essa votação, a gente encerrar os trabalhos e retomar amanhã às 9 horas, estão de acordo?  
2762  
2763  
2764 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (Governos Municipais - Região Sul)** – Estou de acordo desde que amanhã a  
2765 gente comece na hora marcada, as 9h realmente, uma vez que, a saída de carro de Brasília numa sexta-feira a  
2766 partir das 15h é algo que pode ser comparado a uma sucursal do inferno. Então, quero pedir aos Conselheiros que  
2767 a gente tenha uma atenção ao começo, a hora marcada é 9h e que a gente possa realmente começar às 9h para  
2768 que quem tiver de ir embora, depois não tenha maiores problemas.  
2769  
2770  
2771 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Eu acho que amanhã não vamos ter desculpa porque  
2772 muitos chegaram hoje de viagem etc. amanhã já está todo mundo aqui em Brasília, eu acho que não vai ter nenhum  
2773 impedimento de começar às 9h. Então, não tendo nenhuma observação, sugestão, esclarecimento, eu coloco a  
2774 proposta de resolução apresentada e discutida nessa Câmara Técnica hoje em regime de votação. Os Conselheiros  
2775 que se posicionarem de acordo ao texto debatido, por favor, se manifestem levantando a mão.  
2776  
2777  
2778 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (Governos Municipais - Região Sul)** – Só para registrar o voto, a ANAMMA  
2779 vota favorável a resolução, contudo a gente, a...  
2780  
2781  
2782 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Registrando então, quatro votos a favor. Votos  
2783 contrários? Abstenções? Por favor, agora declaração de votos.  
2784  
2785  
2786 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (Governos Municipais - Região Sul)** – A ANAMA vota favorável a resolução,  
2787 contudo coloca-se também na posição de signatário do protesto feito por São Paulo, pela Sabesp, pelo  
2788 companheiro Cláudio para que nas próximas ocasiões a Câmara tenha um pouco mais de atenção aos  
2789 procedimentos necessários, uma vez que a gente entende que foi de muita boa vontade e de muita felicidade a  
2790 proposta feita pelo Ministério do Meio Ambiente, conteúdo isso não exclui o erro que é não ter sido esclarecido, aos  
2791 conselheiros com uma certa anterioridade. Então só para solidarizar ao protesto do nosso amigo Cláudio Alonso .  
2792  
2793  
2794 **O SR. GUSTAVO SILVA DE CARVALHO (Governo do Estado de Alagoas)** - As minhas palavras são as mesmas  
2795 de Thiago, por entender a importância da resolução, mas que ainda atropelou todo um trabalho feito pelo GT, e  
2796 mais, se essa proposta já estava pronta não custaria em nada ter enviado para a gente para que pudéssemos ter  
2797 conhecimento. Em relação a isso, endosso as palavras de Thiago e de Cláudio Alonso e a gente declara o voto  
2798 favorável pela sensibilidade da importância do tema.  
2799  
2800  
2801 **O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Eu declaro então, aprovada essa resolução, uma salva  
2802 de palmas. Eu pediria um esclarecimento, acho que em função da declaração de voto do Conselheiro Cláudio  
2803 Alonso, do Conselheiro Thiago e do Conselheiro Gustavo, pediria a atenção de vocês três, inclusive, vou pedir que  
2804 MMA faça o esclarecimento aqui para explicar o porquê aconteceu isso. Eu estou pedindo, a presidência está  
2805 pedindo um esclarecimento, não invalidando, eu quero que ele possa estar esclarecendo, sem prejuízo do que foi  
2806 solicitado.  
2807  
2808  
2809 **O SR. SILVANO (Departamento de Ambiente Urbano/MMA)** - O esclarecimento é mais no sentido... Quer dizer,  
2810 não temos aqui a mínima pretensão de mudar o registro feito, mas apenas para dizer que a proposta do MMA foi  
2811 dialogar com a proposição feita pelo quarto GT e, nesse sentido, ela foi uma contribuição feita, inclusive terminou  
2812 ontem, tentando escutar todas as posições do quarto Grupo de Trabalho, foram várias contribuições e a idéia era,  
2813 como o próprio Conselheiro Cláudio colocou aqui no início, acho que o próprio Francisco, de que tinha uma colcha  
2814 de retalho completamente impossível de prosperar no dia de hoje. A contribuição do MMA, foi muito mais, no  
2815 sentido de que temos um problema seríssimo no País, a questão dos lixões é uma realidade, considerando a  
2816 importância do assunto e para evitar que a gente perca mais tempo na solução desse problema, o MMA fez questão  
2817 de trazer uma contribuição para os Conselheiros que, inclusive declararam, que de fato a proposta que tinham era

2818muito ruim. Entendendo essa situação, o MMA trouxe que não é uma contribuição que não era uma proposta  
2819fechada, foi apenas para contribuição dos Conselheiros na votação. Só isso.

2820

2821  
2822**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (Governos Municipais - Região Sul)** – Quero falar diretamente ao pessoal do  
2823MMA, em nenhum momento houve uma crítica ao pessoal do MMA, muito pelo contrário, a postura do MMA, o  
2824trabalho do MMA enriqueceu e melhorou demais, tanto o nível do debate, quanto a resolução final, o que eu aponto,  
2825com todo respeito, é uma falta de sensibilidade no encaminhamento, uma vez que, já que havia o substitutivo que  
2826só foi terminado ontem, esse ponto de pauta poderia ter ficado para amanhã e a gente poderia ter usado essa tarde  
2827hoje para passar a pauta em pontos que são só de encaminhamento. Eu tenho certeza, fica uma sugestão para as  
2828próximas câmaras que pontos de encaminhamento têm que ser colocados antes, até porque se isso... como não  
2829seria discussão, seria mero encaminhamento a gente poderia ter limpadado a pauta hoje e teria ficado somente essa  
2830resolução para discutir amanhã. Então, o Ministério do Meio Ambiente, em nenhum momento, quer que o Ministério  
2831do Meio Ambiente pense que foi uma crítica, porque pelo contrário, não fosse a dedicação e a maneira séria como  
2832vocês levaram o debate e a contribuição que vocês trouxeram hoje, muito provavelmente a gente sairia daqui com  
2833um arremedo de resolução ou com resolução nenhuma porque provavelmente o Francisco votaria contra, eu votaria  
2834contra, talvez o Gustavo votasse contra. Então, quero deixar muito claro que não é o MMA. O MMA hoje foi  
2835exemplar, foi de uma demonstração de competência, dedicação e felicidade imensas. Quero deixar muito claro isso,  
2836mas fica a proposta de que, uma vez que já foram discutidas as (...) de pauta, em casos como esse, em que o  
2837substitutivo só foi concluído no dia anterior, que a gente pudesse ter apresentado hoje, já que são dois dias, de um  
2838jeito ou de outro no dia posterior, a gente tem uma noite, por mais que alguns possam sair para um Happy Our  
2839depois, todo mundo vai ter 20 ou 30 minutos antes de dormir, no seu quarto de hotel, para estudar isso e a gente  
2840poderia discutir amanhã perfeitamente e eu tenho certeza que a reunião seria muito mais produtiva.

2841

2842  
2843**O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Só fazendo um esclarecimento, quem definiu a (...) de  
2844pauta foi o próprio grupo que votou, então, é uma auto-crítica a todos nós. A segunda coisa é relativa ao Estado que  
2845chegou isso para nós, eu acho que cabe uma reflexão ao processo do próprio Grupo de Trabalho que eu acho  
2846também que são lições para a ANAMMA que coordenou esse grupo, porque que essa consulta já não foi feita com  
2847toda anterioridade que mereceria para não ter esse desdobramento. São observações que a gente tem que ir  
2848aprendendo para elevar a qualidade do nosso trabalho.

2849

2850  
2851**O SR. GUSTAVO SILVA DE CARVALHO (Governo do Estado de Alagoas)** - Novamente endosso as palavras do  
2852Thiago. Eu acho que tem algumas coisas operacionais que são simples e que eu acho que poderia ter sanado tudo  
2853isso. De novo, o MMA, a gente reconhece a contribuição que deu, mas nós, por exemplo, não tínhamos sequer  
2854agilidade, se isso está em meio digital e foi concluído ontem, eu também estou em meio digital, o Fernando também,  
2855o Francisco também, a gente poderia ter antecipado mais esse tipo de coisa e mais, somos seis Conselheiros, é só  
2856imprimir, são duas folhas a gente já teria e discutia alguma coisa. Então, isso é muito simples de resolver para estar  
2857criando uma coisa desse tipo. Então, não podia ter encaminhado agora, passava aqui e resolvia tudo.

2858

2859  
2860**O SR. FERNANDO F. CARNEIRO (Ministério da Saúde)** - Bom, tendo em vista, quero parabenizar a todos que  
2861participaram aqui desse dia, que foi um dia foi um dia bastante produtivo, onde não só definimos novos  
2862encaminhamentos de dinâmica de trabalho dessa câmara técnica, como aprovamos uma resolução, acho que  
2863amanhã vai ser um dia tão produtivo como hoje e queria só que ficasse registrado, para encerrar, que o objetivo no  
2864caso aqui da... Isso foi votado, não é? Então, só queria que ficasse registrado, no caso da conduta da presidência  
2865da mesa e dos trabalhos, que eu sempre vou pautar por garantir a plena possibilidade de fala de todos os  
2866Conselheiros, solicitar do plenário os esclarecimentos, todos que forem necessários, na medida em que se dá o  
2867esclarecimento tem prioridade, questão de ordem tem prioridade, em nenhum momento eu estou tirando a palavra  
2868de nenhum Conselheiro, quando estamos em momento de esclarecimento ou questão de ordem, queria deixar isso  
2869bastante claro isso bastante claro e dizer que a plenária, acho que estamos num País democrático, dizer que vocês  
2870têm plenas condições de participar e contribuir em todos os possessos. Vocês também vão ser cerceados de estar  
2871contribuindo nos projetos, como hoje, como amanhã, é uma questão que eu tenho prerrogativa democrática e quero  
2872garantir isso a vocês, esse direito de contribuir e construir coletivamente as nossas normas. Reafirmando, amanhã  
2873às 9 horas em ponto. Obrigado.

2874

2875

2876**Dia 16/05/2008**

2877

2878**A SRª. RUTH RODRIGUES TABACZENSKI (CONAMA)** – Bom-dia a todos. Em primeiro lugar eu gostaria de  
2879comunicar que a mudança hoje na presidência da Câmara Técnica que a ANAMMA enviou um representante agora

2880da ANAMMA Sul para assumir a presidência no lugar do André Liana. O Tiago Camargo que vai assumir a partir  
2881desse momento a presidência da 25ª Câmara Técnica de Saúde e de Saneamento.

2882  
2883**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Bom-dia a todos e a todas. O próximo ponto de pauta,  
2884o 2.3 é: abertura de discussões sobre como viabilizar a implementação da Resolução CONAMA 307/02 e um relato  
2885do Ministério do Meio Ambiente de experiência de aplicação dessa Resolução. É interesse da ANAMMA e da  
2886SODERMA, a SODERMA foi quem provocou a ANAMMA e a ANAMMA inicialmente pediu a abertura de um Grupo  
2887de Trabalho para rediscussão dos prazos constantes da 307, contudo esses prazos estão já estão vencidos, o  
2888próprio processo foi aberto em 2005, se eu não me engano, em 2005 foi aberto e os prazos já estão vencidos.  
2889Agora, existem outras coisas a serem discutidas na 307, pelo menos no âmbito dos municípios. Eu quero saber  
2890Ruth se o pessoal do Ministério que vai fazer esse relato já está aqui, porque se não estiver aqui eu quero, em  
2891nome da ANAMMA, falar das experiências dos municípios na dificuldade da aplicação da 307 e porque que motiva  
2892os municípios a abrir um Grupo de Trabalho para a revisão dessa Resolução.

2893  
2894  
2895**A SRª. RUTH RODRIGUES TABACZENSKI (CONAMA)** – A pessoa responsável pelo MMA desse relato não está  
2896presente no momento. Nós estamos tentando localizar, mas também o que não impede, se não chegar, que nós  
2897leiamos o parecer que foi apresentado aqui. Esse processo, na verdade, trata-se dessa parte do prazo, agora se  
2898nós fomos tratar de outro, requerer uma revisão, nós vamos ter que abrir um outro processo. Então, nós vamos ter  
2899que dar um encaminhamento nesse processo para verificar o que faz com ele, se arquiva, já venceu, como você  
2900falou, já venceu o prazo, já venceu o objetivo, o objeto, aí arquivamos, a Câmara Técnica delibera pelo  
2901arquivamento. E aí se for consensado a revisão dessa Resolução, aí teríamos que abrir um outro processo. E é um  
2902outro procedimento.

2903  
2904  
2905**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – Me parece que tem aquele velho processo, em  
2906termos de número eu não sei, mas aquele velho processo que foi assinado inclusive pelo André pedindo uma  
2907revisão de prazos, é esse que nós estamos conversando? Mas, é só isso? Bom, esse aí eu acho que não tem muito  
2908que discutir, porque... Mas o prazo já está vencido em função da licitação deles, eu acho que tem que fechar esse  
2909processo por falta de Resolução em tempo hábil, não tem como, se for para abrir algum outro processo, alguma  
2910outra solicitação aí nós temos que abrir um processo diferenciado, mas esse eu acho que tem que encerrar porque  
2911está pedindo prazos que já venceram, não tem o menor sentido.

2912  
2913  
2914**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – A SODERMA provocou a ANAMMA e a ANAMMA  
2915através do André Liana, esse documento está até no site, e a ANAMMA através do André provocou essa discussão  
2916na Câmara Técnica. Mas, quem provocou a ANAMMA inicialmente foi a SODERMA. O interessado nesse processo  
2917de fato é a ANAMMA.

2918  
2919  
2920**O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Eu gostaria de obter a seguinte informação:  
2921aí tem o Tiago que é da ANAMMA, é o presidente da Câmara Técnica, a questão é solicitar uma ampliação do  
2922prazo. Aí a minha pergunta: se é a questão da ampliação do prazo, eu acho que ficaria facilitado, qual que seria  
2923esse prazo? Se o prazo que a SODERMA solicitou porque o tempo já passou, nós podemos ver com os municípios,  
2924com a ANAMMA, porque isso interage totalmente nos municípios qual seria o novo prazo e nós submeteríamos à  
2925plenária. Agora, seria interessante uma avaliação, que eu acho que essa Resolução não previu um  
2926acompanhamento dela como estão prevendo as outras. Talvez nos até sugeramos ao Plenário do CONAMA a  
2927criação de um Grupo, ou de uma Comissão, eu não sei, nos moldes de outras que estão tendo para acompanhar a  
2928efetividade da Resolução para ver realmente qual é o prazo que os municípios precisam.

2929  
2930  
2931**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – Porque assim, só para você dar uma olhada, para  
2932você ter uma idéia, é o seguinte: os prazos eram três meses para os municípios de um milhão, etc., etc., quando  
2933chegava a 50 mil habitantes eram 18 meses, isso foi assinado em 2002. Não tem o menor sentido nós discutirmos  
2934esses prazos. Aqui está 2002 assinado. Está absolutamente ultrapassado. Em termos do prazo do que foi  
2935requerido, é isso que eu quero dizer, completamente ultrapassado, podemos tomar uma nova atitude, aguardar o  
2936que os municípios têm a falar e eventualmente propor uma revisão? Nada contra. Agora esse processo já foi.

2937  
2938  
2939**O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Qual é o pleito da SODERMA?

2940  
2941

2942 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – O pleito da SODERMA é exclusivamente sobre os  
2943 prazos, agora a ANAMMA tem outros interesses de revisão aqui, algumas coisas que a ANAMMA considera que  
2944 foram, à época foram bem decididas, mas hoje já tem tecnologias novas que permitem um gerenciamento diferente  
2945 em relação aos resíduos da construção civil e a sua possível utilização dos aterros sanitários, em relação ao  
2946 controle do que se respira hoje nos aterros sanitários, porque se preocupa com água subterrânea, mas não se  
2947 preocupa com as partículas em suspensão. Então desse modo, se for, como o fator motivador é só prazo, eu vou  
2948 solicitar à Secretaria Executiva que arquive esse processo e a ANAMMA vai motivar a abertura de um novo  
2949 processo agora com fulcro não só na questão dos prazos, porque ainda é necessário, já que muitos municípios não  
2950 conseguiram cumprir, mas também com fulcro na revisão de outros artigos dessa Resolução.

2951

2952

2953 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Dá mais ou menos o encaminhamento.  
2954 Mandar uma justificativa, solicitar o arquivamento desse processo já que ele está extemporâneo e a ANAMMA  
2955 mandaria uma justificativa à Câmara Técnica para solicitação da revisão da Resolução 307.

2956

2957

2958 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Então vamos colocar em votação a solicitação de  
2959 arquivamento. Aqueles que forem favoráveis que se manifestem. O processo está arquivado. O próximo ponto de  
2960 pauta é o 2.4. O outro a ANAMMA ainda vai provocar oficialmente. Tem que ser por escrito.

2961

2962

2963 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – Nós temos mudado um pouco os procedimentos  
2964 das Câmaras que têm dado bom resultado que é o seguinte: muito Grupo de Trabalho é criado com um tema e  
2965 ninguém fala mais nada. Porque veja, vai embora, o grupo fica, às vezes, meio perdido, revê o que nós não  
2966 estávamos prevendo que revisse e não revê o que nós queríamos. Então, seria muito interessante que sem tirar a  
2967 amplitude que um Grupo de Trabalho tem na solicitação, eu acho que seria muito interessante que você já  
2968 ressaltasse, não precisava dar a solução, mas ressaltasse: olha, o prazo é importante, a tecnologia já avançou. Não  
2969 precisa dar uma solução, mas pelo menos dizer quais são os fatores mais importantes da revisão.

2970

2971

2972 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Tem que ser justificada. Agora, eu gostaria,  
2973 junto com a justificativa, a hora que vier a justificativa, que o IBAMA, o MMA, o departamento específico que é  
2974 inclusive o do Silvano, fizesse também um Parecer, junto com a justificativa da ANAMMA, para nós podermos  
2975 analisar esses dois Pareceres juntamente, porque aí nós vamos ter uma avaliação de cunho federal e uma  
2976 avaliação de cunho municipal.

2977

2978

2979 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Vamos esperar primeiro a Câmara Técnica ser  
2980 provocada. Porque a ANAMMA não fez nem a provocação ainda. Eu acho que nós estamos pulando etapas, a  
2981 ANAMMA vai provocar, nós ainda vamos ver com que fulcro nós vamos fazer essa provocação, mas vamos esperar  
2982 a provocação para que depois haja a reação dos outros entes federativos, se for o caso.

2983

2984

2985 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – Um esclarecimento Francisco, é o seguinte:  
2986 regimentalmente o Ministério tem que se manifestar, então quando o processo chega aqui há que ter uma  
2987 manifestação do Ministério criticando, apoiando, enfim, dando um Parecer.

2988

2989

2990 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Só uma observação: infelizmente Cláudio  
2991 não é assim que está procedendo aos processos, se nós pegamos os processos, ontem mesmo aquele processo  
2992 dos pneus, só para ter uma idéia, que foi muito engraçado da situação, o pessoal entrou com um pedido em março  
2993 de 2004, o pessoal do Instituto Nacional de Pneumáticos e etc. O Ministério foi manifestar justificando, inclusive  
2994 citando o art. 4º em setembro do mesmo ano, quer dizer, seis meses depois que processo já estava aberto, foi ter  
2995 uma manifestação do IBAMA, consequentemente Federal. Então, eu acho que nós, isso está escrito no Regimento,  
2996 você tem toda razão. Os procedimentos, eu estou citando um processo que eu vi ontem, eu tenho vários outros que  
2997 eu poderia citar que não teve nenhuma manifestação do ente federado e que tem obrigação. Então, eu mantenho o  
2998 meu comentário, porque eu o acho pertinente, porque eu acho que inclusive nós, se aparecer alguma solicitação  
2999 que não venha do Plenário, não venha de uma outra decisão, nós temos que solicitar um Parecer do, que é  
3000 obrigação, aí está escrito no Regimento, que é obrigação inclusive deles também darem um Parecer para subsidiar  
3001 a Câmara Técnica e não é só, aí eu vou lembrar outra coisa, não é só o MMA, outra coisa que nós às vezes não  
3002 estamos utilizando e poderíamos utilizar para evitar determinados atritos, nós podemos solicitar a Assessoria da  
3003 Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos em muitas situações.

3004



3005  
3006**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Então, vamos esperar o processo chegar nessa  
3007Câmara Técnica para nós fazermos esses encaminhamentos. Podemos continuar? Processo 2.4 dispõe sobre  
3008propostas de resolução para a disposição final de resíduos mercuriais. Tem um Parecer, não um Parecer, mas um  
3009documento de recomendação.  
3010  
3011  
3012**A SRª. RUTH RODRIGUES TABACZENSKI (CONAMA)** – Esses processos de embalagens, bom de resíduos,  
3013esses restantes que estão listados na pauta, estão pautados pelo seguinte: na última reunião foi deliberado a  
3014criação de um grande Grupo de Trabalho para resíduos sólidos e um subgrupo para os outros resíduos, inclusive  
3015esse de lâmpadas mercuriais, na verdade, esse processo depois nós vamos entrar em detalhe neste de lâmpadas  
3016mercuriais. Todos esses processos então seriam criados sob Grupos de Trabalho. Então, estão pautados para que  
3017a Câmara delibere se vai ser este o encaminhamento ou vai ser o encaminhamento normal que estava sendo  
3018proposto, cada processo um Grupo de Trabalho, ou, vou repetir, um grande Grupo de Trabalho com os resíduos e  
3019Subgrupos de Trabalho com esses processos. E uma ressalva nesse de resíduos mercuriais, na verdade, esse  
3020título não está muito condizente com o conteúdo do processo, na verdade ele trata de lâmpadas mercuriais e essa  
3021foi uma reivindicação da APROMAC na 89ª Comissão Ordinária do CONAMA e a conselheira Zuleica pediu para  
3022nós salientarmos isso que ela reivindica o Grupo de Trabalho de lâmpadas mercuriais e ela deixou também o  
3023Francisco Iglesias para defender e esclarecer melhor esse assunto.  
3024  
3025  
3026**O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Não tenho nem o que defender. Eu li toda a  
3027transmissão da reunião anterior, acho que o Grupo de Trabalho, é uma crítica que eu faço à Câmara Técnica, a  
3028Câmara Técnica foi infeliz, por quê? Porque existia uma moção que foi aprovada no Plenário, se não me engano no  
3029Rio de Janeiro, solicitando a reabertura do Grupo de Trabalho de lâmpadas fluorescentes e junto com essa  
3030solicitação fazia uma solicitação ao MMA, não ao CONAMA. Ao MMA para estabelecer diretrizes sobre uma Política  
3031Nacional de mercúrio. E aí eu acho que houve uma confusão, talvez por causa dos outros assuntos de colocar tudo  
3032num grande guarda-chuva para poder resolver e a Câmara Técnica não seguiu a ordenação solicitada pelo Plenário  
3033na moção que foi aprovada. Então, a minha solicitação é que independente de gostarmos ou não gostarmos das  
3034decisões que a Plenária às vezes toma com Resoluções, que não agrada a todo mundo, nós temos que respeitar a  
3035moção que foi feita, nós temos que respeitar a decisão do Plenário do CONAMA. Então, na realidade, na 89ª  
3036reunião, a Zuleica só lembrou da moção e através até das explicações do Fernando só lembrou da moção  
3037solicitando que o Câmara Técnica reabrisse o Grupo de Trabalho de lâmpadas, de resíduos de lâmpadas  
3038fluorescentes. Então, eu só venho reiterar a moção, eu até copieei a moção aqui para que seja cumprido isso, na  
3039discussão que se teve, teve também a questão da apresentação que ia ter, como a nossa reunião foi em setembro,  
3040ia ter a apresentação sobre a Política Nacional, sobre a política não, sobre a questão do mercúrio, que foi feito pela  
3041Sérgia, do IBAMA na última reunião, foi em março que ela fez, na Reunião Ordinária de março que ela fez uma...  
3042Não, foi em Brasília, também não. Então, ela fez uma apresentação da Política, da situação da Política, da política  
3043não, da situação da questão do mercúrio, apresentou dados de recolhimento, da situação de mineração, de  
3044aplicação em odontologia, tudo ela apresentou. Então, a reivindicação que eu coloco, não é uma reivindicação da  
3045Zuleica, é do Plenário é que nós respeitemos a moção, reabramos o Grupo e podemos discutir aí o grande guarda  
3046chuva. Aí quanto ao Grupo de lâmpadas fluorescentes eu tenho aclarada essa questão, mas quanto à questão que  
3047a Ruth está afirmando que nós aprovamos aqui na última reunião, a abertura de um Grande Grupo, eu fiquei em  
3048dúvida depois de ler a transmissão porque ela não dá a entender que ficou aprovado o Grupo, entendeu? Eu li a  
3049transcrição toda e não consegui, na transmissão, dizer assim: realmente vai existir um grande Grupo de resíduos  
3050sólidos, porque talvez um nome que nós vamos ter que dar é esse, eu não sei se é o nome correto, talvez até esse  
3051Grupo já fazer um trabalho de acompanhamento da Política Nacional de Resíduos sólidos do projeto que está lá, só  
3052no nosso Legislativo federal, mas entretanto é aquilo que nós já falamos ontem, nós não podemos ficar esperando o  
3053Legislativo aprovar coisas para o CONAMA andar. O CONAMA tem essa, por lei, ele pode normatizar isso  
3054independente do Legislativo federal. Então, eu acho que nós poderemos abrir o Grupo, eu fiquei em dúvida se ele  
3055ficou aberto na última reunião e criar subgrupos. Agora o de lâmpadas, independente disso nós vamos ter que  
3056trabalhar com ele porque isso é uma decisão do Plenário. Eu acho que não temos o que discutir. Podemos depois  
3057levar até a dúvida, as dúvida para o Plenário, mas isso é uma outra discussão que vem depois.  
3058  
3059  
3060**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Só para pedir um esclarecimento Cláudio. Ruth, ficou  
3061ou não ficou aprovado na última reunião a criação de um Grupo de resíduos sólidos? Se não ficou aprovado nós  
3062podemos colocar em votação agora.  
3063  
3064  
3065**A SRª. RUTH RODRIGUES TABACZENSKI (CONAMA)** – Pelo resultado e pelo que foi colocado foi aprovado, foi  
3066até proposta do Cláudio Alonso e isso ficou aprovado. Está até no resultado, eu não sei se na transcrição, mas  
3067estive pautado esse assunto com a aprovação de criação de um grande Grupo de Trabalho e Subgrupos de

3068Trabalho. O que não implica que a Câmara possa mudar da idéia, ela é soberana, ela faz o encaminhamento que  
3069achar propício para o momento, que cada realidade modifica as idéias. Então, sem problema modificar também.

3070

3071

3072**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – Eu gostaria de esclarecer algumas coisas.  
3073Francisco, ontem quando eu coloquei que esta Câmara não se reúne em detrimento de algumas coisas e que isso  
3074estava causando problemas esse é um reflexo disso, veja da reunião do Rio até aqui quantas reuniões tiveram e o  
3075que aconteceram nessas reuniões, aconteceram poucas reuniões, mas houve decisões tomadas que estavam na  
3076ordem de prioridade na frente. Então, não é que houve um desleixo da Câmara e nem errou a Câmara ao fazer isso,  
3077errou o sistema ao ficar tanto tempo sem convocar a Câmara, isso eu acho um problema sério. Segundo, eu  
3078coloquei a proposta do resíduo sólido e vou defendê-la em seguida e assim como nós podemos rever eu acho que a  
3079Câmara tem até estatutariamente o poder e o dever de recolocar na Plenária posturas diferenciadas, por quê?  
3080Porque na Plenária você tem um nível de proposição e de votação que é muito mais rápido do que a Câmara. A  
3081Câmara pode ser muito mais reflexiva e argumentar à Plenária uma postura às vezes não contrária, mas  
3082complementar, um pouco diferente, como é o caso, por exemplo, desta Resolução de lâmpadas que eu continuo  
3083defendendo pelo fato de ter participado de um outro Grupo e coordenado. Essa postura de você ter um núcleo  
3084central de conceitos básicos para, por exemplo, no caso, resíduos e depois você tratar as especificidades fazendo  
3085subgrupos e fazendo um grande todo que é homogêneo, é coisa que às vezes não existe, às vezes você começa a  
3086pegar Resoluções que têm contradição, então eu vejo a grande vantagem é você reunir um grupo que tem um  
3087patamar mínimo de discussão e depois dividir em subgrupos ou até criar grupos a partir desse núcleo central, eu  
3088acho que dá uma homogeneidade, uma consistência maior ao conjunto de Resoluções, por quê? Porque todo  
3089mundo passa a agir segundo um critério único, às vezes até meio certo, às vezes até meio errado, mas ele é único  
3090e dá uma certa homogeneidade, uma certa força para nós. Então eu continuo defendendo que nós façamos um  
3091núcleo central de resíduos e essas outras proposições que têm aqui façam parte de subgrupos. Isso não quer dizer  
3092que você precisa soltar a Resolução apenas quando todos terminarem, você pode fazer parcelado e existe toda  
3093uma habilidade para poder fazer isso. O que eu gostaria é que: para resíduos sólidos nós tivéssemos um núcleo  
3094que determinasse uma postura que fosse homogênea.

3095

3096

3097**A SRª. MIRTES V. BARALLI (SMCQ/MMA)** – Só para esclarecer sobre o mercúrio. Em relação à moção, o  
3098Ministério está tocando o projeto. Nós vamos, apesar dos dados que a Sérgia apresentou, faltam muitos dados  
3099ainda. Então nós estamos fazendo um projeto ainda para este ano para aumentar a qualidade desses dados. Já  
3100está direcionado com termo de referência pronto para fazer trabalho, inclusive uma publicação, nós estamos  
3101querendo para setembro, eu não sei se nós vamos conseguir. Então essa é a parte da política nacional, porque ela  
3102é uma primeira fase para se chegar na política nacional, nós tínhamos que primeiro conhecer a nossa realidade  
3103para poder fazer uma política. Então, em relação a isso o Ministério está tocado. Agora, em relação ao Grupo das  
3104lâmpadas, eu acho que independe, nós fazermos o Grupo das lâmpadas de mercúrio independente da política,  
3105porque você vai acelerando o processo, que nós sabemos que é um produto muito tóxico, que muita gente não sabe  
3106que tem mercúrio dentro dessas lâmpadas de uso doméstico e a quantidade é muito grande, eu acho que nós  
3107temos que fazer moções sim para tentar resolver.

3108

3109

3110**O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Veja só, já solicito que a Câmara Técnica,  
3111para ser objetivo e direto crie o Grupo Trabalho de lâmpadas mercuriais que, inclusive além da aprovação dessa  
3112moção na Plenária, solicitando isso à Câmara Técnica, você tem uma solicitação feita pelo DRT de São Paulo muito  
3113bem fundamentada da necessidade da criação desse grupo, da recriação e a retomada desse grupo. Aí eu quero  
3114dizer que eu sou totalmente, o Grupo de lâmpadas nós resolveríamos, deixaríamos ele funcionando para tomar as  
3115decisões. E eu sou totalmente favorável à proposta do Cláudio Alonso de aí abrir um grupo guarda-chuva em que  
3116nós vamos trabalhar com a questão de resíduos sólidos em geral em tudo o que está aqui, talvez até com mais  
3117coisas. Só teríamos um diferencial do grupo de lâmpadas, por quê? Porque aí até para nós obedecermos o  
3118Regimento e obedecermos uma decisão da Plenária.

3119

3120

3121**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Só para encaminhar, nós temos a proposta do Alonso  
3122de criar o Grupo guarda-chuva até por questão de economia processual depois poderia ser incluído já  
3123automaticamente o grupo de lâmpadas e tem a proposta do Francisco Iglesias para criar direto o Grupo de lâmpada  
3124e depois. A melhor maneira poderia ser compor isso, vamos criar o Grupo de resíduos e aí já instalamos os outros  
3125GTs – Grupos de Trabalho. Você não acha ideal?

3126

3127

3128**O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Não porque tem uma decisão da Plenária,  
3129essa decisão era para ter sido contestada, era para ter sido enviada na plenária seguinte à reunião de setembro,  
3130teve em setembro, mas vocês não acompanharam a decisão da Plenária, infelizmente. Desculpe-me, mas a decisão

3131 tinha que ter sido tomada em setembro era reabrir o Grupo de Trabalho de lâmpadas, só isso, não tinha nem que ter  
3132 discussão. A discussão de um guarda-chuva poderia ter tido e continuado e até ter feito. Então, eu não vejo, por  
3133 exemplo, logo em seguida da discussão da abertura de GT de micro nutrientes, foi aberto o Grupo de Trabalho.  
3134 Está aprovado aqui, então eu estou com dificuldades de entender. Então eu não vejo nenhum problema em nós  
3135 seguirmos a decisão da Plenária, não vejo porque a Câmara tem que desobedecer a Plenária e não vejo  
3136 incompatibilidade de reabrir o Grupo de Trabalho de lâmpadas fluorescentes e fazer o guarda-chuva, eu não acho  
3137 que o Grupo de Trabalho tem que ser um dos subgrupos e outra coisa, nós temos que ver, mesmo trabalhando com  
3138 subgrupos, é um imenso trabalho. Inclusive, por exemplo, para nós que somos ONGs, isso demandando um esforço  
3139 extremamente grande, porque nós não sabemos porque, na realidade, a minha sugestão é se for trabalhar com o  
3140 guarda-chuva, o que nós precisamos cobrir? Precisamos cobrir só o que está aqui citado, já que nós vamos abrir  
3141 resíduos sólidos, nós não precisamos só dos subgrupos e do que estão tendo aqui, nós precisamos mapear todos  
3142 os subgrupos porque aí nós vamos fazer uma coisa só com a solicitação? Já que abrimos um guarda-chuva, abrir  
3143 um guarda-chuva significa que o leque aumentou, a amplitude de um Grupo de Trabalho para propor políticas sobre  
3144 resíduos sólidos é muito maior do que ter a abertura dos Grupos de Trabalho específicos. Então, aí nós vamos ter  
3145 que ver tudo que abarca resíduos sólidos que não tem decisão desse Plenário, desculpa, dessa Câmara Técnica e  
3146 do Plenário do CONAMA para nós trabalharmos, porque aí não adianta também fazer, como se diz, meia costura no  
3147 solado, então vamos trabalhar com tudo, aí nós vamos ter que, inclusive colocar para todos os Conselheiros, para  
3148 todos os órgãos ambientais que foi aberto um Grupo de Trabalho de Resíduos Sólidos que vai formar subgrupos e  
3149 ouvir as sugestões de todos, da ANAMMA, de todo mundo quais os subgrupos que seriam interessantes ter dentro  
3150 desse Grupo de Trabalho. Talvez até também tentar espelhar a proposta de Política Nacional de resíduos sólidos  
3151 que está na Câmara, proposta inclusive pelo MMA que encaminhou o ano passado, para nós aí podemos montar. Aí  
3152 a Câmara Técnica vai ser apresentado quais seriam os subgrupos, aí nós resolveríamos, não, esse e esse,  
3153 discutiríamos realmente quais os subgrupos que seriam abertos.

3154

3155

3156 **O SR. MARCO ANTÔNIO BORBA (Ministério da Saúde)** – Eu gostaria de fazer alguns comentários. Quando você  
3157 propõe esse núcleo central de resíduos sólidos não está especificando resíduos sólidos mercuriais, é mais amplo do  
3158 que isso, é todo. É isso? Nesse sentido, com relação a essa moção proposta eu acho que nós estamos abrindo um  
3159 outro universo que não atende a essa demanda mais específica de nos concentrarmos sobre a questão de resíduos  
3160 sólidos e mercuriais. Por outro lado nós estamos tendo uma demanda cada vez mais importante a nível de todo o  
3161 País de soluções para os estoques de resíduos contaminados por mercúrio. Temos aí indústrias recicladoras, temos  
3162 indústrias de cloro soda, algumas já em processo de planejamento e outras de operacionalização da sua  
3163 reconversão para tecnologias limpas, exemplo, a Solvay, em São Paulo, e onde ela vai eliminar a utilização de 200  
3164 toneladas de mercúrio que serão reenviados a Almadén, na Espanha, dentro de um entendimento que já vem sendo  
3165 estabelecido e, além disso, uma formação por conta do desmonte do complexo industrial, do desmanche daquela  
3166 unidade eletrolítica, das várias unidades eletrolíticas de várias toneladas de resíduos que serão destinados de  
3167 alguma maneira. Além disso, nós temos resíduos mercuriais na odontologia, se nós somarmos isso a nível dos  
3168 milhares de consultórios nacionais, no País todo, nós temos uma tonelagem importantíssima no mês a mês  
3169 precisando de orientação específica para esse material, na medida em que alguns municípios já estão dando  
3170 exemplos de, seguindo sugestões, seguindo orientação do próprio Ministério da Saúde e de outros de fazer  
3171 recolhimento com cuidados especiais, só que não temos ainda orientação de nível técnico para essa disposição.  
3172 Então, nós precisamos realmente nos debruçar urgentemente sobre o que propõe essa moção que é a disposição  
3173 final adequada de resíduos mercuriais e aí fazer para os vários grupos: odontologia, lâmpadas, por exemplo, setor  
3174 industrial, fazer Grupos que vão se dedicar a essas diferentes necessidades. Por outro lado, Mirtes, eu queria só te  
3175 perguntar qual é a estratégia que vocês estão usando para construir essa Política Nacional? Porque isso é muito  
3176 importante, nós temos que construí-la no coletivo e por enquanto você está dizendo que em setembro já está sendo  
3177 lançada uma proposta e nós do Ministério da Saúde ainda não fomos convocados, por exemplo, para nenhuma  
3178 discussão e eu acho que outros setores também não.

3179

3180

3181 **A SRª. MIRTES V. BARALLI (SMCQ/MMA)** – Não o projeto não está pronto, nós estamos no planejamento, nós  
3182 vamos contratar uma consultoria para fazer levantamentos, que nós estamos na elaboração de questões que nós  
3183 temos dúvida, não temos dados de diversos setores, inclusive o Ministério da Saúde está dentro da nossa lista de  
3184 ofícios que nós vamos requer alguns questionamentos, então na parte de planejamento. Nós não estamos fazendo  
3185 política. Planejamento da estratégia de construção. Então primeiro é levantamento de dados, que se nós não  
3186 tivermos os dados nós não conseguimos fazer nada, mas o Ministério da Saúde com certeza está na nossa lista.  
3187 Todos os envolvidos.

3188

3189

3190 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – São várias questões. Em primeiro lugar eu  
3191 gostaria de dizer o seguinte Francisco, que em setembro, eu acho que você não estava na reunião, com certeza  
3192 não estava, foi discutido um assunto extremamente polêmico que foi o amianto, isso ocupou praticamente a sessão  
3193 inteira. Então, não se pode dizer: isto é prioritário e a Câmara deixou, porque existiam outras prioridades e existiam

3194uma pauta represada como ela continua represada porque deixamos de nos reunir, está certo? Então, eu acho que  
3195não há crítica ao fato de em setembro não ter sido tomada essa decisão. Discuti-se sim, à época eu coloquei essa  
3196minha proposição que é oriunda do Grupo de fontes fixas que eu acho que funcionou muito bem sobre ponto de  
3197vista de estrutura de Regimento, eu não vou entrar em polêmica se a numerologia está correta ou não, mas eu  
3198termos estruturais eu acho que ela funcionou muito bem porque ela tem um núcleo central orientador, ela colocou  
3199um conjunto de fontes, ela deixou em aberto para colocar novas fontes, portanto, eu não acho que você a priori  
3200precisa ter elencado todo o conjunto de resíduos que você quer regulamentar para você ter um núcleo de  
3201pensamento básico central, isso aí não precisa mesmo, você pode depois complementar. Então nada é  
3202contraditório, como não é contraditório nós, de uma forma serena, reapresentar à plenária e eu não estou propondo  
3203isso, mas o Regimento permite sim que a Câmara reveja e remeta à plenária para uma nova tomada de decisão.  
3204Isso o Regimento permite, se a Câmara quiser ela faz. O Regimento permite sim, se uma forma serena arrumar  
3205uma Argumentação diferenciada nós vamos mandar para a Plenária que ela pode solicitar uma retomada de  
3206decisão, o Regimento permite. Eu não estou propondo isso, eu não vou polemizar, se vocês acham que a lâmpada  
3207é tão importante assim cria-se o Grupo da lâmpada, agora o Grupo geral eu acho que tem que ser criado. Ele tem  
3208que ser criado porque eu acredito que nós estamos fazendo para resíduos de óleo lubrificante, nós estamos  
3209fazendo para resíduos de embalagens, vai entrar o saquinho plástico, se nós não tomarmos atitudes que tenham o  
3210mínimo de coerência e o mínimo de... Nós começamos a tirar conforme conveniências e pressões imediatas, por  
3211isso que eu acho que é importante essa colocação de nós temos aprovado na Plenária uma visão geral da política  
3212de resíduos. Agora se quer fazer os dois grupos, faça-se, agora eu só quero alertar uma coisa: eu tenho aqui em  
3213mãos, que está no site, um documento gerado por ONGs, Ministério do Trabalho e Ministério do Meio Ambiente. Eu  
3214posso dizer o seguinte: eu li com detalhes isso aqui, eu conheço mercúrio bastante, é uma das coisas que eu mais  
3215estudei, eu tenho uma certa especialidade nisso inclusive participei representando o Brasil em alguns fóruns. A  
3216quase totalidade, eu digo quase totalidade porque não é a totalidade das proposições colocadas dizem respeito sim  
3217ao Ministério da Saúde e ao Ministério do Trabalho. Não é competência do CONAMA legislar sobre ambiente de  
3218trabalho e grande parte, eu não digo que toda, mas grande parte da proposição aqui colocada justa correta e certa,  
3219eu não contesto, mas não é nossa atribuição. Então que fique claro, caso se crie o Grupo de Trabalho que nós não  
3220vamos legislar sobre ambiente de trabalho, a não ser naquela zona cinzenta em que nós podemos colocar. Dentro  
3221do ambiente de trabalho não é atribuição nossa, nós não temos essa atribuição legal e não vamos ser arrogantes de  
3222querer fazer o que não devemos. Grande parte dessa proposição está baseada nisso.

3223

3224

3225**O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Eu não sou contra a proposta do guarda-  
3226chuva. Eu estou colocando, eu não sou.

3227

3228

3229**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Então, só para fazer o encaminhamento, a moção, o  
3230que foi aprovado na moção é que se inclua um requerimento ao CONAMA para a instalação de um Grupo de  
3231Trabalho. Então até que se veja esse requerimento não há porque se colocar, já se instalar automaticamente.  
3232Vamos encaminhar, colocar em votação, discutir, defender.

3233

3234

3235**O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Você está defendendo outra proposta.  
3236Questão de ordem, você está encaminhando, se você está encaminhando a minha inscrição perde vez. Me  
3237desculpe, então você não entende de reunião, você está encaminhando aí eu vou fazer observações, não tem  
3238lógica.

3239

3240

3241**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Só para esclarecimento da sua questão de ordem. Eu  
3242estou encaminhando a proposta do Cláudio Alonso. Por estar encaminhando a proposta do Cláudio Alonso a sua  
3243inscrição não perde vez, pelo contrário, se você quiser defender contra a proposta do Cláudio Alonso vai ser aberto  
3244prazo também. Então só para encaminhar a proposta do Cláudio Alonso que seja criado um Grupo de Trabalho  
3245guarda-chuva para resíduos sólidos e que depois seja instalado esse Subgrupo de Trabalho. Alguém quer defender  
3246contra?

3247

3248

3249**O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Eu acho que tem que encaminhar as duas  
3250propostas em conjunto. Abertura do Grupo de Trabalho guarda-chuva e do Grupo de Trabalho de lâmpadas, só  
3251isso, pronto e nós votamos e pronto.

3252

3253

3254**O SR. MARCO ANTÔNIO BORBA (Ministério da Saúde)** – Eu ainda insisto que nós temos fazendo uma coisa  
3255correta, o guarda-chuva, mas nós estamos pulando etapas aí, nós não temos só lâmpada como problema de  
3256mercúrio, nós temos outros problemas do mercúrio. Eu acho que nós temos que voltar. Não porque aí ele está no

3257 genérico, nós temos que criar uma Resolução para disposição final adequada de resíduos mercuriais, aí vai entrar  
3258 lâmpadas, vai entrar odontologia, vai entrar...

3259  
3260

3261 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Depois de se criar o Grupo de Trabalho guarda-chuva,  
3262 outros temas podem ser inseridos na discussão tranqüilamente.

3263  
3264

3265 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Isso que nós estamos encaminhando aqui, a  
3266 questão do Grupo de Trabalho de lâmpadas mercuriais é uma decisão da Plenária que foi encaminhada. Não é uma  
3267 decisão nossa. Pode ter sido mal redigido. Não, veja bem, lá se você ler toda a moção lá para cima ela tem uma  
3268 série de solicitações dirigidas ao MMA para efetivação de uma Política Nacional de mercúrio. Mas aí tem ali  
3269 especificamente uma solicitação parágrafo que é para a criação desse Grupo e aquilo que está colocando, o Grupo  
3270 de Trabalho guarda-chuva vai poder entrar tudo, inclusive mercúrio. Existe aqui, eu estou com o processo, uma  
3271 preocupação especial com a questão de lâmpadas que está poluindo o meio ambiente, não tem nada adequada,  
3272 não tem embalagem adequada, não tem aviso para o público que aquilo é perigoso, ninguém sabe que tem  
3273 resíduos de mercúrio em lâmpadas. Então, eu acho que isso já está formatado, já está justificado, para mim não  
3274 temos o que discutir. Agora, é o que explicou o Cláudio, vai abrir o guarda-chuva, vai caber isso também.

3275  
3276

3277 **O SR. MARCO ANTONIO CAMINHA (CNI)** – Bom, primeiro peço desculpas por ter chegado atrasado e por isso  
3278 que eu vou pedir um esclarecimento, quando se fala em abrir um Grupo de Trabalho de resíduos sólidos e guarda-  
3279 chuva eu pergunto para o Cláudio Alonso se isso não é um pouco pré-maturo em função das propostas do  
3280 Congresso, que lá é que vão acabar definindo qual é a atribuição do CONAMA para isso. Então, eu não estou  
3281 conseguindo entender exatamente. E outro problema, esse é um assunto polêmico que abre muita coisa e esses  
3282 Grupos de Trabalho nossos aqui eles têm um tempo determinado, seis meses mais seis meses e os temas que  
3283 esse guarda-chuva vai abranger também são mais polêmicos ainda para abrir em subgrupos. Então, eu só queria  
3284 um esclarecimento de como isso, está pensando que isso funcionaria? Porque para fontes fixas funcionou muito  
3285 bem, as fontes fixas novas foi excelente, agora você está coordenando um novo de fontes fixas existente, mas ele  
3286 tinha o objetivo muito mais claro do que esse que eu estou entendendo que seria esse de resíduos sólidos, ou seja,  
3287 a proposta do de resíduos sólidos é o CONAMA criar uma Resolução Interna de diretrizes ou parâmetros para o  
3288 próprio CONAMA poder discutir outros temas dentro disso aí? Exatamente como seria? Só para eu entender.

3289

3290 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – Eu pensei na experiência das fontes fixas que têm  
3291 um núcleo central de uma Resolução onde você coloca o que é básico e comum a todos, que são princípios, se  
3292 começar a surgir problemas legais eles vão começar a aparecer aí. Que depois, você tendo essa base que é  
3293 comum a todos, por exemplo, eu vou aceitar como diretriz geral de qualquer destinação de resíduo o princípio de  
3294 responsabilidade pós-consumo? Eu vou aceitar isso? Eu vou simplesmente dizer: eu aceito ou não. Agora, é  
3295 razoável aceitar isso? Essa para mim é a questão fundamental, se não é razoável todo o resto, adianta eu colocar,  
3296 por exemplo, resíduo de mercúrio, de óleo, de raio que o parta, de tudo o que vocês quiserem, considerando  
3297 responsabilidade pós-consumo e aí na hora H você fala: eu não posso mexer sobre isso. Porque a questão básica é  
3298 essa: nós mexemos ou não em responsabilidade pós-consumo? Eu quero essa discussão antes de ficar juntando  
3299 um monte de grupo, para fazer um monte de coisas e falar: mas responsabilidade pós-consumo você não pode  
3300 mexer. Eu perdi um tempo, uma grana do caramba, porque os nossos deslocamentos são caros, e não serviu para  
3301 nada. Essa definição eu queria a priori antes começar, aliás, foi por isso que foi tudo seguro até hoje.

3302  
3303

3304 **O SR. MARCO ANTONIO CAMINHA (CNI)** – Exatamente, por isso que eu estou falando. Porque, por exemplo, está  
3305 claro para nós, por exemplo, do setor produtivo e que a responsabilidade pós-consumo, o CONAMA só vai poder  
3306 mexer depois que tiver a lei maior. Existe um problema de legalidade, de constitucionalidade aí que nós já  
3307 colocamos várias vezes, ou seja, nós entendemos o seguinte: o CONAMA hoje tem a atribuição de estabelecer  
3308 padrão e diretriz, agora ele não pode gerar obrigação, isso está claro. Até sai gerando obrigação, mas isso é ilegal.  
3309 Na questão do pós-consumo é indiscutível, o CONAMA jamais vai poder se a lei não delegar isso, o que é que está  
3310 em discussão no Congresso. Eu até entendo o seguinte: vai acabar vindo para cá, mas tem que ter a lei que delega.

3311  
3312

3313 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Como não vamos discutir responsabilidade pós-  
3314 consumo vamos passar aqui à votação, a proposta é única do Alonso e do Francisco, criar dois Grupos de Trabalho,  
3315 criar o Grupo de Trabalho de resíduos sólidos e criar o Grupo de Trabalho de lâmpadas fluorescentes, só para  
3316 constar e não ter erro no nome do processo de novo. O Grupo de Trabalho resíduos sólidos e Grupo de Trabalho  
3317 lâmpadas fluorescentes. Aqueles que forem favoráveis à criação dos dois Grupos de Trabalho se manifestem.  
3318 Aprovado, com isso a discussão do ponto 2.5 e 2.6 ficam prejudicadas, alguém se abstém? Contra?

3319

3320  
3321 **O SR. MARCO ANTONIO CAMINHA (CNI)** – Lâmpada de mercúrio para mim já estava aprovado, isso aí não tem  
3322nem o que discutir. Agora, eu sou a favor da criação do Grupo de Trabalho de resíduos sólidos se for nessa direção  
3323que Cláudio Alonso falou, de discutir diretrizes e etc., etc. Aí tudo bem.  
3324  
3325  
3326 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Caminha, você aprova, é a favor, contra ou muito pelo  
3327contrário?  
3328  
3329  
3330 **O SR. MARCO ANTONIO CAMINHA (CNI)** – É difícil dizer se me abstenho, se sou contra ou a favor se não ficar  
3331claro o objetivo desse Grupo, porque o de lâmpadas de mercúrio está claro qual é o objetivo, agora o de resíduos  
3332tem que ficar claro o objetivo. Você simplesmente criar um Grupo que vai sair daqui com um termo de referência ou  
3333uma atribuição que é o mundo, eu acho que não fica claro para nós não. Agora se for o que o Cláudio Alonso falou  
3334que é, como está abrindo a discussão em cima de diversos resíduos, que esse grupo venha definir diretrizes, uma  
3335linha de discussão para todos eles que é comum, como foi feito para fontes fixas, aí eu acho que isso tem lógica.  
3336Agora simplesmente abrir para depois dizer: não, vamos enfiar aqui, embalagem não sei o que, e isso, aquilo.  
3337Resíduo é o que mais tem.  
3338  
3339  
3340 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – A priori ele não teria esse detalhamento, isso é  
3341conseqüência dele.  
3342  
3343  
3344 **O SR. MARCO ANTONIO CAMINHA (CNI)** – Eu sei, mas tem que ficar claro que ele vai definir são as diretrizes e  
3345para você poder elaborar as outras Resoluções. Aí eu concordo, agora abrir de forma assim eu sou contra.  
3346  
3347  
3348 **A SRª. RUTH RODRIGUES TABACZENSKI (CONAMA)** – Pelo o que eu entendi, para ficar registrado foram  
3349criados os dois Grupos: lâmpadas mercuriais e o grande GT para discutir resíduos. Lâmpadas fluorescentes e o  
3350grande Grupo de Trabalho para discutir resíduos, para deixar bem claro para depois não voltar para a próxima  
3351reunião e nós ficarmos em dúvida que ficou registrado em ata. E outra coisa: agora, em criados os dois Grupos de  
3352Trabalho temos que definir coordenadores.  
3353  
3354  
3355 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Tem noventa dias para instalar o GT, na próxima  
3356reunião nós vamos definir coordenação.  
3357  
3358 **A SRª. RUTH RODRIGUES TABACZENSKI (CONAMA)** – Tudo bem, eu estou dando um encaminhamento, nós  
3359temos que definir os coordenadores e temos que, cada um dos representantes indique participantes permanentes  
3360nos Grupos de Trabalho, oficialmente, essas pessoas irão acompanhar esse Grupo de Trabalho o tempo todo para  
3361não haver aquela questão de cada vez na reunião vem uma pessoa diferente e sofre uma descontinuidade. Já está  
3362sendo gravado e vai ser constado no resultado, tanto na transcrição como no resultado do resumo que nós  
3363elaboramos. E uma outra questão é que agora tem dois outros Grupos de Trabalho aí sobre resíduos. Agora, em  
3364criar os dois grandes Grupos de Trabalho estariam incluídos esses dois resíduos seguintes: embalagens e resíduos  
3365de embalagens e embalagens usadas de óleo lubrificantes, que depois seria incluído se houvesse alguma  
3366especificidade, é isso?  
3367  
3368  
3369 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Exatamente. O Thiago até já colocou que os  
3370dois itens subseqüentes estariam prejudicados em função...  
3371  
3372  
3373 **A SRª. RUTH RODRIGUES TABACZENSKI (CONAMA)** – Então nesse sentido, o MMA quer fazer uma declaração  
3374a respeito desses dois processos aí.  
3375  
3376  
3377 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Eu queria esclarecer, por exemplo, para o  
3378Caminha, no caso específico do GT e resíduos sólidos, talvez até a própria Câmara Técnica poderia definir o  
3379escopo. Por quê. Porque por ele ser um guarda-chuva estar com tudo dentro dele aí se não definir o escopo vai  
3380para o Grupo de Trabalho, ainda mais se for a primeira reunião sem os subgrupos, vai aparecer 500 pessoas,  
3381porque o interesse é tão grande e de tantas e diversas áreas, talvez aí atenderia à sua preocupação Caminha de ter  
3382o escopo dele, a amplitude dele bem definida. Então, eu acho que poderia ser nesse caso, os Grupos de Trabalho

3383já foram criados. Eu vou entender que o Grupo de Trabalho vai se chamar Grupo de Trabalho de Resíduos Sólidos,  
3384por quê? Porque aí ele fica amplo e aí nós vamos, a mesma metodologia proposta pelo Cláudio Alonso de  
3385subgrupos. E que quero concordar com o nosso presidente de indicar ou na próxima reunião, ou na outra reunião,  
3386porque nós vamos ter que ter pelo menos uma reunião mensal dessa Câmara Técnica para indicarmos os  
3387coordenadores e aí, no processo de indicar os membros, já pode ser aberto para indicar membros. Agora para o GT  
3388de Resíduos Sólidos vai ficar difícil porque ninguém vai saber ainda as propostas do que a Câmara Técnica vai  
3389decidir em termos de escopo.

3390  
3391  
3392**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – Só para acabar com a polemica. Ao mesmo tempo  
3393em que, eu me lembro que ontem, ao ser feita uma proposta, não me lembro qual, eu pedi que ela fosse feita por  
3394escrito, porque realmente é muito difícil nós fazermos uma decisão concreta. Para mim estava claro que já estava  
3395criado o Grupo, mas tudo bem, já que há dúvida, eu proponho o seguinte: para a próxima reunião, o mais rápido  
3396possível, eu encaminho ao Ministério que coloque no site o que eu entendi da proposta que nós discutimos aqui, eu  
3397vou ler a transcrição e tal e vou tentar ser o mais fiel possível, se ele não estiver correto, na próxima reunião nós  
3398damos um ajuste final, o Grupo está criado, mas nós damos uma entronizada no Grupo dentro de uma proposta  
3399escrita, assim não fica dúvida para ninguém. Eu me proponho a fazer isso, dentro do melhor entendimento que eu  
3400tive, se tiver correções que se faça na próxima reunião. Está bom?

3401  
3402  
3403**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Na instalação da Câmara Técnica já se define o  
3404escopo da mesma.

3405  
3406  
3407**O SR. EDMILSON RODRIGUES DA COSTA (DEMA/MMA)** – Bom-dia, o meu nome é Edmilson Costa, da  
3408Secretaria de Mudanças Climáticas do MMA, e também sou o coordenador do Grupo de monitoramento permanente  
3409da Resolução CONAMA 362 de 2005 do controle que pretendemos sobre o recolhimento, a coleta e o destino final  
3410dos óleos lubrificantes usados no País. Eu venho trazer aqui uma informação que gostaria que vocês apreciassem,  
3411os membros da Mesa, nas últimas duas reuniões ordinárias do GMP da 362 de 2005 e nas duas reuniões ordinárias  
3412desse Grupo nós consesuamos vir aqui fazer o pedido de que na composição futura dos Subgrupo fosse apreciada  
3413a possibilidade de o GMP da 362 de 2005 viesse a ter um assento no grupo porque nós somos ponta desse assunto  
3414e temos uma preocupação muito grande dentro da cadeia dos óleos lubrificantes e nós temos muito a contribuir com  
3415a experiência do Grupo que já tem uma interfase muito grande com o assunto, mas não especificamente com as  
3416embalagens. Então, eu gostaria que ficasse registrado com vocês aqui e se possível que vocês aceitassem a nossa  
3417solicitação.

3418  
3419  
3420**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – A situação do Subgrupo a proposta vai ser avaliada.

3421  
3422  
3423**O SR. MARCO ANTONIO CAMINHA (CNI)** – Eu quero agradecer ao Alonso aqui por ter entendido a minha  
3424posição. E eu acho que assim fica, dá mais consistência ao próprio Grupo. Eu concordo da criação dele, eu acho  
3425interessante discutir isso, só que saindo um escopo dele aqui da Câmara é fundamental para que os trabalhos dele  
3426também tenham consistência da mesma forma como foram conduzidos na questão de fontes fixas. E aí eu acho que  
3427todos nós podemos contribuir com isso até a próxima reunião, o Cláudio se propôs a fazer essa Minuta e nós  
3428podemos contribuir com isso e aí fica mais interessante inclusive para poder discutir os outros temas aí que estão  
3429surgindo e têm outros na fila para entrar. Eu agradeço.

3430  
3431  
3432**O SR. MARCO ANTÔNIO BORBA (Ministério da Saúde)** – Só eu queria que nós também levasse em  
3433consideração e já incorporasse nessa proposta que vai ser então apresentada, essa que foi aprovada, que nós já  
3434começamos a pensar nos outros setores, quer dizer, nós já estamos nos preocupando com o Grupo de Trabalho de  
3435Lâmpadas, mas têm os outros setores, eu insisto a questão da odontologia, a questão de resíduos industriais  
3436contaminados por mercúrio e nós temos que ter normas definidas para a disposição final desses resíduos, isso é  
3437uma necessidade que todos os envolvidos, todos os Ministérios da Saúde, do Trabalho, do Meio Ambiente têm a  
3438necessidade de que isso aí esteja definido. Então nós temos que botar isso aí como prioridade, nós abrimos o leque  
3439aqui e esquecemos do foco. Era isso que eu queria comentar.

3440  
3441  
3442**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Processo 2.7: Uso de resíduos industriais indicados  
3443como matéria-prima para a fabricação de produtos fornecedores de micro nutrientes utilizados como insumo  
3444agrícola. O Grupo de Trabalho foi aprovado com base no Parecer do Cláudio Alonso representante do Estado de  
3445São Paulo e a reunião agora é para indicar os membros permanentes para o Grupo de Trabalho e para que os

3446Conselheiros apresentem proposições temáticas para subsidias e orientar os encaminhamentos do Grupo de  
3447Trabalho. Já o que Grupo de Trabalho vai ser instalado, cabe definir aqui já a coordenação e a relatoria. Eu faço a  
3448proposta que, como foi motivado por São Paulo, que o Estado de São Paulo coordene a o Grupo de Trabalho e abro  
3449à Mesa para alguém se propor à relatoria.

3450

3451

3452**O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Eu não vou me propor a ser relator  
3453principalmente porque a sobrecarga que todos nós temos, eu acho que inclusive nós deveríamos pensar no Grupo  
3454de Trabalho, na relatoria por parte do Ministério, da Secretaria Executiva do CONAMA, porque isso facilita em muito  
3455o trabalho do coordenador e liberar os outros para discutirem dentro do Grupo de Trabalho. Não está, até no nosso  
3456Regimento não está isso, mas nós podemos pensar no futuro, para facilitar até porque o CONAMA, aí é uma crítica  
3457que eu faço, o CONAMA precisa de uma base tanto administrativa como de conhecimento mais fundamentada até  
3458para dar apoio para as questões que nós estamos discutindo.

3459

3460

3461**O SR. MARCO ANTONIO CAMINHA (CNI)** – Pelo que eu entendi o Cláudio Alonso seria O coordenador do Grupo?

3462

3463

3464**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – O Estado de São Paulo.

3465

3466

3467**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – Seguindo rigorosamente o que diz o Regimento,  
3468há que ser pelo menos um representante do Estado para coordenar. Nós temos já um nome em São Paulo, eu não  
3469quero anunciar agora e essa pessoa vai ser indicada como representante também dessa Câmara, passa a ser o  
3470meu suplente porque eu estou sem suplente e coordenador do Grupo. Regimentalmente tudo certinho, sem  
3471problema.

3472

3473

3474**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – A relatoria não pode ficar por conta do Ministério da  
3475Saúde?

3476

3477

3478**O SR. MARCO ANTÔNIO BORBA (Ministério da Saúde)** – Eu não gostaria de nos comprometer em função da  
3479dificuldade que nós vamos ter de trabalhar na medida em que nós estamos sem equipe. A demanda vai ser imensa.

3480

3481

3482**O SR. MARCO ANTONIO CAMINHA (CNI)** – Ruth, a relatoria obrigatoriamente tem que ser de algum... Não. Não  
3483seria interessante que a relatoria fosse alguém do Ministério da Agricultura? Não poderia ser articulado para isso?

3484

3485

3486**O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Como nós resolvemos a coordenação, nós  
3487poderíamos deixar para o Grupo resolver a relatoria, fica mais fácil lá. Eu acho que nós até nos eximimos porque  
3488não sabemos nem quem vai estar lá. Então, facilita muito para o coordenador porque aí define o relator, o relator até  
3489tem problema de comparecer, às vezes nós até indicamos relatorias diferentes em reuniões diferentes. Então fica  
3490de qualquer forma a sugestão que a relatoria seja indicada no próprio Grupo de Trabalho.

3491

3492

3493**A SR<sup>a</sup>. RUTH RODRIGUES TABACZENSKI (CONAMA)** – O Grupo de Trabalho é o mais aberto, a mais aberta  
3494instância do CONAMA, então isso pode ser definido no Grupo sem o menor problema e todo mundo pode participar.  
3495A relatoria você elege após a coordenação. Eu não me expressei bem, nada impede que seja quem o Grupo  
3496escolher, quem a Câmara indicar na verdade. Não há nenhum impedimento que seja a Agricultura. O Ministério da  
3497Agricultura, sem definir o nome, sem problema. Agora eu só quero complementar, porque nenhum dos setores aqui  
3498representados da Câmara indicou os seus membros permanentes para esse Grupo de Trabalho. Então eu gostaria  
3499de rememorar as pessoas, os componentes para a indicação dos membros permanentes e na outra Câmara foi  
3500proposto que cada um encaminhasse proposições temáticas para compor esse GT também, temas orientadores e  
3501também isso é necessário ainda que seja enviado para nós começarmos esse Grupo de Trabalho.

3502

3503

3504**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Então eu vou colocar em votação a proposição de que  
3505o Estado de São Paulo seja o coordenador e o Ministério da Agricultura relator do Grupo de Trabalho.

3506

3507



3508 **O SR. MARCO ANTÔNIO BORBA (Ministério da Saúde)** – Eu gostaria de fazer uma manifestação antes. Não  
3509 gostaria de votar agora aqui a questão da relatoria. Eu gostaria de levar isso como uma demanda à nossa  
3510 coordenação para que nós possamos definir se o Ministério da Saúde aceita ou não a relatoria.

3511  
3512  
3513 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Só para esclarecer, o nosso regimentalista Francisco  
3514 Iglesias está procurando no Regimento, que se eu não me engano a parte do Regimento que fala de Grupo de  
3515 Trabalho fala sobre o coordenador e a relatoria serem escolhidos na Câmara Técnica.

3516  
3517  
3518 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Regimento Interno, competência das  
3519 Câmaras Técnicas, item 6, art. 31: indicar os coordenadores, relatores e os membros dos seus Grupos de Trabalho.

3520  
3521  
3522 **O SR. MARCO ANTÔNIO BORBA (Ministério da Saúde)** – Mas isso pode ser na próxima reunião.

3523  
3524  
3525 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Só para esclarecer, já foi aprovada a criação desse  
3526 Grupo de Trabalho na reunião passada, regimentalmente tem 90 dias para o Grupo de Trabalho ser criado, já tem  
3527 seis meses que não foi criado e eu não creio que vale a pena nós protelarmos mais ainda. Existe a disposição do  
3528 Ministério da Agricultura em relatar, a disposição do Governo do Estado de São Paulo em coordenador. Então,  
3529 vamos colocar em votação, se a Câmara Técnica assim decidir que é favorável você tem o direito de ser contra, se  
3530 abster.

3531  
3532  
3533 **O SR. MARCO ANTÔNIO BORBA (Ministério da Saúde)** – Eu proponho também a participação do Ministério da  
3534 Saúde enquanto relator.

3535  
3536  
3537 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Então, fica aprovado por consenso a coordenação do  
3538 Estado de São Paulo, proposta número um: relatoria do Ministério da Agricultura e proposta número dois relatoria  
3539 do Ministério da Saúde.

3540  
3541  
3542 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Eu tenho uma outra observação, veja bem,  
3543 como o Borba estava querendo fazer um contato e ele tomou a decisão que ele vai ter que assumir o compromisso  
3544 e ele é membro da Câmara Técnica, Ministério da Agricultura mesmo se propondo a ser, que eu acho importante,  
3545 então eu acho que não tem nem questão de votar, já que é um membro da Câmara Técnica a preferência é... Se o  
3546 Ministério da Agricultura fosse membro dessa Câmara aí teríamos que escolher entre os dois. Mas como não é o  
3547 caso, então eu me sinto até prejudicado, até agradeço porque sendo um problema de relatoria, o Ministério da  
3548 Agricultura ter se colocado, mas o Ministério da Saúde por ser membro eu acho que não cabe nenhuma votação,  
3549 cabe a votação já de definirmos o Governo do Estado de São Paulo e o Ministério da Saúde como relator.

3550  
3551  
3552 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Então não cabe votação, fico definido a coordenação  
3553 do Grupo de Trabalho para uso de resíduos industriais indicados como matéria-prima para fabricação de produtos  
3554 fornecedores de micro nutrientes utilizados como insumo agrícola fica a cargo do Estado a São Paulo, a relatoria  
3555 fica a cargo do Ministério da Saúde com os nomes a serem indicados o mais rápidos possível por meio da  
3556 Secretaria Executiva do CONAMA. A ANAMMA já vai indicar o seu membro permanente que é o Ramiro Menezes  
3557 Cristiano, técnico químico aposentado pela SABESP que vai fazer parte disso. Vai ser membro da ANAMMA. Se as  
3558 outras entidades já quiserem fazer aqui a sua indicação sintam-se à vontade, não fazendo eu peço a maior  
3559 celeridade possível em encaminhar para a Secretaria Executiva.

3560  
3561  
3562 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Eu faria um pedido que é uma coisa que nós  
3563 temos pedido ao CONAMA, que CONAMA, no caso específico das ONGs nós temos uma dificuldade muito grande  
3564 de trazer, normalmente garante a participação do Conselheiro ou uma pessoa indicada por nós, mas nós sabemos,  
3565 não é nenhuma crítica Caminha, mas o peso da parte empresarial do setor produtivo é muito grande e tem recurso  
3566 para isso de trazer os seus representados. Então, eu faria, eu vou fazer um requerimento dirigido ao próximo  
3567 presidente do CONAMA, não sabemos quem é ainda porque ainda não tomou posse, mas pelo menos ao Ministro  
3568 interino que é o Capobianco para que garanta, pelo menos, a participação de três pessoas indicadas pela  
3569 Sociedade Civil, por quê? Para garantir a diversidade de opiniões dentro desses Grupos de Trabalho, aí não é só  
3570 micronutrientes, qualquer Grupo de Trabalho, porque se os Grupos de Trabalho trabalham com a máxima de

3571diversidade diminui o trabalho quando chega aqui nessa Câmara Técnica e no Plenário, isso aí já está provado que  
3572o Grupo de Trabalho é onde o quebra pau tem que ser lá, para evitar o desgaste depois aqui na Câmara Técnica,  
3573no plenário. Então eu só estou fazendo isso, nós deveremos indicar alguém, não sabemos quem ainda nesses, eu  
3574acho que nos próximo 30 dias, que deve estar instalando mais ou menos, que ainda vai definir a coordenação pelo  
3575Governo de São Paulo e eu queria só manter essa observação porque eu acho importante para melhorar a  
3576qualificação dos GTs.

3577

3578

3579**O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRHU/MMA)** – Eu espero que o Iglesias tenha sucesso na sua  
3580reivindicação política, mas não há previsão. Não há previsão regimental e nem previsão legal, tão somente a  
3581previsão legal da sua participação enquanto representante do seu suplente, um ou outro, tanto em Câmara Técnica,  
3582Grupo de Trabalho e até Subgrupo, isso aí é o que está previsto de patrocínio, digamos assim, pelo Ministério, a  
3583palavra patrocínio está muito equivocada, mas eu espero que você tenha sucesso na sua reivindicação, agora não  
3584há previsão e vai ser uma dificuldade operacional técnica de fazer isso.

3585

3586

3587**O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – É só um encaminhamento, como eu acho  
3588que nós vamos ter tempo de matar a pauta toda agora de manhã, eu solicito 10 minutos de recreio para que nós  
3589possamos levantar as pernas.

3590

3591

3592**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – É porque tem só mais dois pontos de pauta.

3593

3594

3595**O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Porque às vezes têm dois pontos presidente,  
3596mas às vezes leva duas horas, nós não sabemos o que vamos discutir.

3597

3598

3599**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – 10 minutos improrrogáveis começando agora. Pois não  
3600Caminha.

3601

3602

3603**O SR. MARCO ANTONIO CAMINHA (CNI)** – Eu te mando os nomes hoje ainda é que eu acho que eu pus na pasta  
3604errada cedo lá, é o pessoal da AMDA, são os membros permanentes representando aqui o setor produtivo.

3605

3606

3607**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Então 10 minutos de intervalo por solicitação da  
3608Sociedade Civil, começando às 10h31min e terminando às 10h41min.

3609

3610

3611(*Intervalo*)

3612**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Vamos retornar aos trabalhos. Ponto 2.8, ofício da  
3613FEPAM em referência de recolhimento de restos e agrotóxicos vencidos em embalagens de agrotóxicos, eles  
3614solicitam a anuência do CONAMA, seja lá o que isso queira dizer.

3615

3616

3617**O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – É outra reclamação que eu queria fazer, fiz  
3618no início da reunião hoje, a falta do documento de anuência, eu infelizmente não fui lá, eu não processo, mas  
3619quando nós pautarmos as nossas reuniões, ter todos os documentos lá disponíveis no sítio, tudo bem, pode ser que  
3620eu até que ir lá, mas às vezes você está até correndo, você tem que baixar 500 documentos, dificulta muito mais. É  
3621só essa observação. Colocar os documentos, como citar um documento como é o caso da FEPAM que é um  
3622requerimento, uma solicitação, postá-lo na página específica onde está dizendo que ele está, aí embaixo como tinha  
3623os outros. Só isso.

3624

3625

3626**A SRª. RUTH RODRIGUES TABACZENSKI (CONAMA)** – Em geral nós procedimento é esse. Pode ter ocorrido  
3627um lapso, às vezes nós pedimos para o pessoal da informática disponibilizar e às vezes acontece que não coloca,  
3628mas não tem problema. Não tinha? O pessoal da informática diz que não estava, bom, de qualquer forma esse é um  
3629procedimento normal do departamento de apoio ao CONAMA disponibilizar, se houve lapso nós pedimos desculpas,  
3630mas normalmente é o que acontece.

3631

3632

3633 **O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRHU/MMA)** – Eu só tenho certa dúvida, eu voltei agora do fumo, então  
3634 fiquei meio perdido, mas o lance é o seguinte: eu estou mais perdido ainda com relacionamento a recolhimento de  
3635 restos de agrotóxicos vencidos e embalagens de agrotóxicos. Tanto quanto eu saiba já tem toda uma legislação de  
3636 recolhimento de embalagens de agrotóxicos, tríplice lavagem e essas questões todas. Eu estou na dúvida, qual é o  
3637 objetivo aí porque já teve o recolhimento de embalagens.

3638

3639

3640 **A SRª. MARIA LUIZA JUNGLES (SMCQ/MMA)** – Seguinte: nós recebemos no ano passado por parte da FEPAM  
3641 uma solicitação de orientações quanto ao armazenamento de restos de produtos agrotóxicos e aqueles chamados  
3642 vencidos ou em desuso, que é comum e a lei determina que as empresas façam o recolhimento, o Roberto tem  
3643 razão, com relação às embalagens tríplice lavadas já existe uma legislação, existe um programa de recolhimento  
3644 que está funcionando quase que perfeitamente. Agora existem embalagens que contêm restos que como o produto  
3645 está em desuso, obsoleto, já tem um certo período de tempo, ele não pode ir para a tríplice lavagem, porque na  
3646 verdade o agricultor não sabe. Então, são essas embalagens que seriam devolvidas junto com os restos de  
3647 agrotóxicos, porque elas estão com índice de contaminação alto. Então, seriam locais específicos para  
3648 armazenamento desses restos de produtos e dessas embalagens que contêm esses produtos.

3649

3650

3651 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Eu ainda estou com dificuldade de entender  
3652 qual é a solicitação. É a indicação dos lugares, definir, Então na realidade, talvez já poderia entrar no guarda-chuva  
3653 isso aí, porque é um negócio que já, primeiro, é resíduo sólido, é resíduo contaminado. Então, se não existe uma  
3654 proposta da FEPAM, porque eu não tive acesso a esse documento da FEPAM, nós teríamos que, porque fica difícil  
3655 de nós decidirmos em cima de uma coisa que mesmo a senhora colocando não está clara para os membros, os  
3656 Conselheiros, porque eles não tiveram acesso ao que a FEPAM está realmente solicitando.

3657

3658 **A SRª. MARIA LUIZA JUNGLES (SMCQ/MMA)** – A FEPAM solicitava armazenar esses restos de produtos nos  
3659 mesmos locais em que ficam as embalagens tríplice lavadas, isso é proibido pela Resolução CONAMA que trata de  
3660 recolhimento de embalagens, do licenciamento dos locais para recolhimento. Então, a sugestão do próprio  
3661 Ministério à FEPAM é que ela solicitasse ao CONAMA a possibilidade de uma Resolução específica para  
3662 armazenamento de produtos obsoletos e embalagens contaminadas.

3663

3664

3665 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Antes de passar a palavra para o Caminha, era isso  
3666 que eu estava comentando até com o Conselheiro Cláudio, eu não creio que caiba à anuência por se tratar de  
3667 matéria normativa e se tratando de matéria normativa ou se revisa uma Resolução, ou se faz uma outra Resolução,  
3668 mas não há que se falar em anuência. Então, dessa forma, eu acho que essa discussão é inócua, pode ser que faça  
3669 proposta e se a ABEMMA interessar, uma vez que é o órgão Estadual, que provoque a Câmara Técnica para que  
3670 ou inclua no Grupo de Trabalho que já foi criado de resíduos sólidos, ou que se faça uma outra discussão, mas  
3671 vamos esperar a provocação da ABEMMA e por enquanto simplesmente pedir o arquivamento disso. Caminha.

3672

3673

3674 **O SR. MARCO ANTONIO CAMINHA (CNI)** – Basicamente eu ia entrar nessa linha de raciocínio até pelo seguinte:  
3675 primeiro que realmente não deu para entender exatamente qual é o objetivo da solicitação, segundo, eu acho que  
3676 teria que fazer uma análise da legislação vigente e saber exatamente o que está dito em relação a cada tema e que  
3677 não está claro aqui também, inclusive da lei da Resolução CONAMA, exatamente de tudo, aí fazer discussão em  
3678 cima disso e que seja provocado de alguma forma esse tema dentro do Grupo maior. Agora da forma como está,  
3679 está uma coisa assim meio esotérica, não sabemos o que temos que fazer e, inclusive porque solicita a anuência do  
3680 CONAMA, quer dizer, a anuência é exatamente o quê? Nós não podemos anuir nada, nós deliberamos, cria-se uma  
3681 Resolução, cria uma regra, agora anuir com isso, com um pedido de uma OEMA apenas, uma coisa que vai afetar o  
3682 País todo, quer dizer, isso aí não está muito coerente não esse pedido e nem o encaminhamento dele também não  
3683 está coerente.

3684

3685

3686 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Eu solicitaria que o Ministério do Meio  
3687 Ambiente apresentasse uma justificativa para acolhimento até dessa preocupação junto ao Grupo de resíduos  
3688 sólidos para podermos assim já colocáramos esse Subgrupos específico para esse tema.

3689

3690

3691 **A SRª. RUTH RODRIGUES TABACZENSKI (CONAMA)** – Essa palavra, anuência, eu acho que criou a polêmica  
3692 aí. Na verdade, no ofício eles falam: pede anuência, mas o objetivo, na verdade, é o que Maria Luiza explicou  
3693 agora, a criação de um Grupo de Trabalho para tratar desse assunto. E o MMA tem um Parecer a esse respeito  
3694 sobre o assunto, então se for possível o MMA ler agora esse Parecer, não sei se é conveniente.

3695

3696  
3697 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Veja bem, eu acho que se já existe o  
3698 Parecer, existe a justificativa, ele já entra para o Grupo, ela já entra para o Subgrupo de resíduos, não temos nem  
3699 que discutir isso, certo? Já existe o Parecer, que era o que eu tinha pedido, certo? Eu já sugiro que ele já faça parte  
3700 do Subgrupo que aí já entra na discussão do guarda-chuva.  
3701  
3702  
3703 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – Eu concordo, mas teria que ter uma boa  
3704 justificativa. Toda essa documentação tem que chegar, ela não chegou. Eu não sei qual é a posição do Ministério de  
3705 forma escrita que eu possa ler e refletir, qual é a proposição da FEPAM de forma escrita para que eu possa refletir.  
3706  
3707  
3708 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Presidente, eu queria até aproveitar e fazer  
3709 um comentário, repetir o que vocês disseram ontem: gente, se vocês têm documentos enviem com antecedência  
3710 para a Câmara Técnica, nós que somos Conselheiros para nós é muito difícil, o volume de assuntos que têm dentro  
3711 do CONAMA, se pegar as Câmaras Técnicas, hoje nós temos 30 Grupos de Trabalho mais ou menos,  
3712 aproximadamente isso, vocês imaginam o volume de informação que cada Conselheiro lida. Lógico que cada um  
3713 acaba trabalhando uma área específica, mas acaba tendo que ler tudo. Então, nós solicitamos que esses  
3714 documentos, tentem pautar dentro do prazo que é cinco dias, mas vamos trabalhar com dez dias pelo menos,  
3715 certo? Porque favorecer tomar uma decisão.  
3716  
3717  
3718 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Então vamos solicitar. Solicitamos à Secretaria  
3719 Executiva que disponibilize essa documentação no site e na próxima reunião quando já trataremos da instalação do  
3720 Grupo de Trabalho Resíduos Sólidos já trataremos também da instalação desse possível Subgrupo. Discussão  
3721 definida. Ponto 2.9, proposta de Resolução que estabelece diretrizes gerais para disciplinar a prática de uso direto  
3722 não potável de água na modalidade para fins de uso agrícolas e florestais definidas na Resolução do CNRH –  
3723 Conselho Nacional de Recursos Hídricos, uma proposta de trabalho conjunto, tem algum documento também disso?  
3724  
3725  
3726 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – Independentemente de todas as colocações que  
3727 possam ser feitas, eu tenho acompanhado esse trabalho no CNRH e me parece o seguinte: a parte de qualidade  
3728 nós não abrimos mão, a parte de qualidade é do CONAMA, independentemente de proposições que tenham aqui.  
3729 Dessa forma, eu acho que o documento está encaminhado errado, eu acho que ele teria que ir para a Câmara de  
3730 Controle e Qualidade e não para a Câmara de Resíduos, então independente de todas as considerações aqui, eu  
3731 acho que enriquecem até o encaminhamento à outra Câmara, mas eu acho que não é atribuição desta, mas da  
3732 outra Câmara de Qualidade.  
3733  
3734  
3735 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Eu ia colocar, eu vou só expor a minha  
3736 opinião em função novamente já de termos três assuntos aqui que nós tivemos esse problema: é a apresentação de  
3737 documentos antes, que é o mesmo problema do anterior e o mesmo de aterro sanitário. Eu concordo com o  
3738 Cláudio, eu não vi o documento, mas até pela questão da compreensão que ele tem, da experiência nessa questão  
3739 dessa discussão e estar acompanhando esse assunto eu concordo. Agora eu gostaria até depois nós termos uma  
3740 discussão sobre o seguinte: se não chegar a tempo o documento, não dá para discutir assunto. Eu acho que a  
3741 Câmara Técnica tem que estabelecer isso, se o Regimento não foi cumprido, o cara chega com o documento de  
3742 última hora, pode até fazer melhoras, mas não apresenta o documento, dificulta para nós julgarmos as matérias,  
3743 certo? No caso do aterro houve uma melhora, uma considerável melhoria na qualidade da Resolução, da proposta  
3744 de Resolução que nós aprovamos aqui, mas mesmo assim nós, por quê? Porque aí o Conselheiro poderia dar uma  
3745 opinião, já poderia amadurecer, evitaria uma perda de tempo aqui dentro da Câmara Técnica, porque já estaria lido  
3746 as proposituras. Então eu gostaria de sugerir que nós estabeleçamos que pelo menos o Regimento seja respeitado,  
3747 que esteja pelo menos cinco dias antes disponível para nós e só sugeriria, como o volume hoje de e-mails para  
3748 qualquer pessoa é imenso, que a Ruth, o assessor técnico mandasse um e-mail: olha, foi disponibilizado os  
3749 seguintes documentos, por favor, acesse.  
3750 **O SR. MARCO ANTONIO CAMINHA (CNI)** – Eu gostaria de fazer uma observação em relação a essa proposta que  
3751 é seguinte: essa Resolução do CNRH, nós acompanhamos, a Fiesp apoiou essas discussões porque eu acho que é  
3752 necessário e realmente quando chegou na CTIL no CNRH, que seria o equivalente à CTAJ, eu acho que as  
3753 discussões lá foram muito mais passionais do que técnicas e se criou muito problema. Até entendo que a atribuição  
3754 do CONAMA, estabelecer padrão de qualidade. Eu acho que ali até está escrito errado, é “estabelecer diretrizes  
3755 gerais para disciplinar a prática de reuso”. Isso é atribuição do CNRH, então está escrito errado, a proposta está  
3756 escrita errada, isso é a proposta de lá. A atribuição do CONAMA é estabelecer o padrão de qualidade e aí eu  
3757 concordo com o Cláudio que essa proposta deveria estar na Câmara Técnica de Qualidade Ambiental, entretanto eu  
3758 acho que tem um passo anterior a esse que seria o seguinte: essa proposta de Resolução passar por aquele Grupo

3759especial de compatibilização de competência de CNRH e CONAMA. E eu digo isso por quê? Porque se aqui  
3760começar a discutir esse tema sem ter havido uma compatibilização das competências, o trabalho que foi  
3761desenvolvido durante dois anos e meio lá vai para o lixo. E se você ler, vamos dar uma limpada e tirar essa questão  
3762da discussão de competência dos dois Conselhos, a proposta de Resolução em si tem uma estrutura, tem começo,  
3763meio e fim e ela estabelece as diretrizes, estabelece os padrões. E esses padrões eu acho até que deveriam ser  
3764encaminhados talvez até para serem referendados aqui, mas eu acho o que Grupo de Trabalho esse tem que  
3765passar por lá porque senão vai criar conflitos de competência e vai criar um problema que eu achei que ficou  
3766seriíssimo que a CTIL, inclusive legislando contra ela mesmo, chutando gol contra, colocou um artigo lá que diz o  
3767seguinte: essa Resolução passará a ser aplicável a partir do momento que tiver uma resolução CONAMA, quer  
3768dizer, é ridículo. Mais ridículo impossível. Os caras chegaram lá numa discussão tão passional, tão ridícula que no  
3769fim ficou mais ridícula ainda, eu vou ser bem honesto com vocês, por isso que eu acho que tem que haver, nessas  
3770questões onde existe conflito de competência, tem que passar nesse Grupo primeiro. Aí eu até solicito aí uma  
3771reflexão dos Conselheiros, assim, concordamos que a questão do padrão é CONAMA, tem que ser visto, mas eu  
3772acho que seria bom da mesma forma que nós concordamos que a Câmara Técnica estabeleça uma diretriz para  
3773aquele Grupo de Trabalho Resíduos Sólidos, como nós temos uma Comissão especial que trabalha isso até para  
3774dizer: olha, um vai até aqui, outro vai lá, para compatibilizar as duas coisas, até para que seja a norma aplicável, eu  
3775acho que seria interessante passar por lá primeiro e depois encaminhar à Câmara Técnica de Qualidade.

3776

3777

3778**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – Só um esclarecimento. Um detalhe que eu acho  
3779que a proposta, independentemente de como está a redação, correta ou não, mas é proposta de trabalho conjunto,  
3780ou seja, em princípio já existe uma pré-disposição para que não se despreze o trabalho e que se faça um trabalho  
3781conjunto.

3782

3783

3784**O SR. MARCO ANTONIO CAMINHA (CNI)** – Inclusive Cláudio, da mesma forma que foi feito para águas  
3785subterrâneas. Que se tinha um Grupo de Trabalho lá e um Grupo de Trabalho aqui, os membros eram praticamente  
3786os membros, se coordenou o trabalho de forma adequada, ou seja, o CONAMA estabeleceu o padrão e o CNRH  
3787estabeleceu a diretriz. Nós já temos um exemplo disso.

3788

3789

3790**O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRHU/MMA)** – Eu gostaria só de prestar os esclarecimentos, as colocações  
3791do Caminha são muito bem colocadas. Efetivamente ainda há um passionalismo com relação a isso, às vezes até  
3792um certo radicalismo de dizer: não, nós vamos fazer e continuar fazendo. Mas, na verdade, não é bem essa postura  
3793que tem que prevalecer. Discordo tão somente do que o Caminha coloca de referendam, porque não cabe a um  
3794Conselho referendar coisas de outro, cada Conselho tem a sua competência e deve ser rigorosamente observada.  
3795Quando o Grupo de Trabalho desenvolveu essa matéria evidentemente era para se trabalhar em cima de  
3796procedimentos de gestão com relação ao reuso de água não potável que é plenamente competência do CNRH  
3797estabelecer esses procedimentos. Foi até uma surpresa para mim no momento em que eu tive acesso à última  
3798versão apresentada onde tinha toda uma tabela de para cada uso, reuso de água específico para fins tal, industrial  
3799agrícola, tivesse lá uma tabela de padrões em função desses usos. Ora, padrão em função de uso é competência  
3800do CONAMA, agora aí não sei o por conta do passionalismo, o medo de perder dois anos de trabalho ou a vaidade  
3801de autoria, eu não sei e nem interessa o que seja feito. E aí muito bem lembrado pelo Caminha, nós tivemos todo  
3802um trabalho de classificação de águas subterrâneas sendo realizados aqui no CONAMA. Acabamos de aprovar na  
3803semana passada um trabalho de proteção de águas subterrâneas em termos de processo de gestão pelo CNRH, na  
3804Câmara Técnica de águas subterrâneas que vai agora ao CTIL e ao plenário. Esse caso específico a CTIL tentou  
3805harmonizar dividindo a Resolução em duas, uma no aspecto procedimental e a outra nos aspectos de qualidade  
3806como uma moção de encaminhamento ao CONAMA. E isso é plenamente possível, ela no todo ou em parte pode  
3807ser trabalhada por um Conselho e depois se descobrir que é competência daqui ser encaminhada como uma  
3808recomendação, uma proposta do CNRH para o outro Conselho, isso não fere a competência de ninguém. O  
3809importante é que, para esse tema, nós temos que adotar a mesma postura que foi adotada para águas  
3810subterrâneas, um trabalho conjunto e complementar, lá deverá estabelecer procedimentos, essa matéria ainda não  
3811está pacificada dentro da Casa, ainda está em discussão, retornou à Câmara Técnica de origem lá, a de águas  
3812subterrâneas, deve retornar à CTIL e quanto a mim eu sempre vou tentar orientar para que nós procedamos da  
3813mesma forma que procedemos nas águas subterrâneas. A parte de procedimento de gestão ser baixado uma  
3814Resolução do CNRH e a parte com relação à referência, a padrões de qualidade para cada destino específico que  
3815seja encaminhado e até participando as pessoas de lá aqui no Grupo de Trabalho para definir e acertar os padrões,  
3816porque os padrões já foram bastante estudados, compatibilizados e eles têm consonância com os outros padrões  
3817de qualidade de água de rios e tudo mais, padrões do uso especificamente. Então, eu sou da opinião que nós temos  
3818que trabalhar nessa linha, eles inclusive encaminharem para cá e participarem também alguns deles aqui no Grupo  
3819de Trabalho e não vejo nenhum óbice, nenhum senão em ser baixado aqui aquilo que efetivamente é competência  
3820do CONAMA, nós não podemos é fazer isso por lá e depois ser referendado como você colocou, não tem essa

3821 figura e nem tem a figura de que seria desejável em futuro de uma Resolução inter, não sei se de expressão estaria  
3822 correta, *interconselhal*.

3823  
3824

3825 **O SR. MARCO ANTONIO CAMINHA (CNI)** – Só para o Roberto, um esclarecimento. Quando eu falei referendar,  
3826 Roberto, não é que aqui vai referendar, é que esse trabalho lá foi desenvolvido por 40 instituições de pesquisa,  
3827 ensino, academias e etc. Quer dizer, nada custa que esse trabalho de lá seja utilizado pela...  
3828  
3829

3830 **SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Uma vez que a matéria não está nem em discussão  
3831 ainda, até porque nós não sabemos se vamos discutir, até agora consideramos que não é o fórum adequado, eu  
3832 vou passar à Ruth para um esclarecimento e depois ao Iglesias.  
3833  
3834

3835 **A SRª. RUTH RODRIGUES TABACZENSKI (CONAMA)** – Esse documento ia ser defendido hoje pela Cristina da  
3836 ANA, ela esteve aqui ontem, ela até apresentou algumas proposições da Câmara, não sei o que aconteceu que ela  
3837 não veio, não sei se virá ainda. O seguinte, o Maurício Andrés também *in off* ele falou que tem alguns assuntos aqui  
3838 que realmente têm mais a ver com a Câmara Técnica de Controle e Qualidade, inclusive porque existe em  
3839 discussão nessa Câmara Técnica algo semelhante, inclusive por quê? Para que não ocorra duplicidade de valores  
3840 como ele citou, uma outra Resolução do CONAMA de lodo de esgotos, acho que do de solos, então teria que  
3841 compatibilizar esses dados, essas informações, esses parâmetros, esses padrões. Então se a Câmara achar que  
3842 realmente, acho que não é incompatível que seja discutido na Câmara de Controle já que tem o assunto específico  
3843 lá.  
3844  
3845

3846 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Eu estava pensando o seguinte: eu me sinto  
3847 plenamente prejudicado por não ter nenhuma informação sobre isso. Me sinto muito prejudicado para poder analisar  
3848 e julgar esses assuntos, mas acompanho o pensamento do Cláudio no sentido que não é nossa atribuição e que  
3849 deveria ser encaminhado para a Câmara Técnica de Controle. Mas eu estava pensando com os meus botões e o  
3850 Regimento talvez até para não falar: ah, foi a Câmara Técnica de Saúde que indicou dizendo que o assunto não era  
3851 dela, por que nós não, usando até o Regimento que é obrigação da CTAJ assessorar as nossas questões, nós  
3852 temos essa divergência, por que nós não colocamos que nos julgamos impossibilidades de tratar o assunto, não  
3853 achamos, achamos que a Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental e sugerimos que a Câmara Técnica  
3854 de Assuntos Jurídicos decida isso até baseado nessa inter-relação aí que tem, porque aí evitaríamos dizer: não,  
3855 mas foi a... Aí chega lá na de Controle: não, mas esse tema não é nosso. Entendeu?  
3856  
3857

3858 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – É um assunto que não entrou nessa discussão,  
3859 mas que vai ter que entrar que é o caso da movimentação e transporte de resíduo perigoso. O transporte estava  
3860 aqui, movimentação estava na outra Câmara, quando eu estava na outra Câmara eu falei: olha, me parece que tem  
3861 que ser feito tudo por uma Câmara só para se fazer uma decisão única. Até porque transporte, enfim, pouco  
3862 importa. E nós fizemos o encaminhamento direto. Eu me sinto extremamente à vontade, talvez por ter  
3863 acompanhado mais, eu pediria aos Conselheiros que dessem um certo voto de confiança nesse meu  
3864 acompanhamento e até por já ter feito parte da Câmara de Qualidade, é típico, é absolutamente típico da Câmara  
3865 de Qualidade, portanto eu acredito que se nós... Não Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, porque aí complica  
3866 muito, eu devolveria ao próprio CONAMA dizendo: olha, solicito uma reavaliação porque em nossa opinião parece  
3867 que é da outra Câmara e eles vão encaminhar para lá. Eu acho que é mais fácil, sem tanta burocracia, eles mesmos  
3868 eu acho que vão reavaliar e já vão encaminhar de forma correta.  
3869  
3870

3871 **O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRH/MMA)** – O problema é o seguinte: vocês não têm a matéria ainda, a  
3872 matéria não está solucionada lá, porque ela retornou. Essa dúvida que eu tenho. A matéria não saiu de lá, ela não  
3873 foi trabalhada, não fechou lá ainda.  
3874  
3875

3876 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – Então quando chegar vai para a outra, porque  
3877 pelo nosso conhecimento não é daqui.  
3878  
3879

3880 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Veja bem, aí se a matéria não está  
3881 solucionada, eu concordo com você, dou o voto de confiança, mas vamos fazer diferente, vamos esperar a matéria  
3882 chegar e ser disponibilizada.  
3883

3884  
3885 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – Francisco, eu sugiro o seguinte, na hora que toda  
3886a documentação estiver... A nossa recomendação à diretoria do CONAMA é que reavalie se efetivamente a  
3887propriedade é dessa Câmara ou da outra, se ela reavaliar que é da outra Câmara aí já encaminha e acabou.  
3888 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Tudo bem, mas eu só quero colocar o  
3889seguinte: eu vou ser mais radical, eu, representante das ONGs, a não ser que seja uma matéria de cunho de  
3890urgência que a Câmara Técnica tenha que trabalhar, matérias que não vierem subsidiadas eu me recuso a votar,  
3891me recuso inclusive a participar da discussão para evitar esse tipo de situação que eu chego aqui, eu tenho um  
3892trabalho imenso, toma tempo dos Conselheiros, quem lê leva três, quatro horas para pelo menos você por o  
3893assunto, entender o que está acontecendo e aí você chega aqui e assuntos que estão entrando, tem alguns  
3894assuntos como o Nilo propôs, o Ministério propôs, nós podemos discutir que é uma moção, dirigir uma moção para  
3895a Ministra, algumas coisas sim, agora outras não têm cabimento se não vier subsidiado, prejuízo muito o trabalho  
3896dessa Câmara. Então, eu vou passar a tomar uma atitude mais radical, eu vou comunicar à diretoria do CONAMA,  
3897eu vou fazer uma articulação com os outros membros, com os outros Conselheiros para evitar esse tipo de situação  
3898nas Câmaras Técnicas.  
3899  
3900  
3901 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – Só um comentário. Eu acho que nós devemos dar  
3902um voto de apoio ao novo presidente, porque eu acho que ele percebeu hoje o quanto é difícil e eu acho que ele vai  
3903encaminhar de forma correta.  
3904  
3905  
3906 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Isso eu tenho certeza, que talvez até o  
3907problema foi esse vácuo na presidência que teve, não vamos discutir isso que pode até ter ocasionado isso e vou  
3908dar o apoio, já apoio a proposta de encaminhamento que feito pelo Cláudio Alonso.  
3909  
3910  
3911 **A SR<sup>a</sup>. RUTH RODRIGUES TABACZENSKI (CONAMA)** – Justamente, esse trabalho não está concluído lá e  
3912justamente por isso que eles querem um trabalho conjunto para concluírem esse trabalho junto com o CONAMA,  
3913não é um trabalho concluído. Então é para concluir junto com o CONAMA. Então se a Câmara deliberou pelo  
3914encaminhamento a Controle, a Controle vai tratar de discutir o assunto com o CNRH.  
3915  
3916  
3917 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – Eu mantenho minha proposta, eu acho que está  
3918tudo muito esclarecido, não pode está terminado porque eles estão aguardando a nossa complementação, não é  
3919atribuição da nossa Câmara, nós podemos subsidiar outra, vamos transformar para a outra Câmara e fim de papo.  
3920  
3921  
3922 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Nós estamos chovendo no molhado. Se tiver alguma  
3923coisa para acrescentar, vamos acrescentar, se não tiver para acrescentar vamos encaminhar a proposta. Caminha,  
3924posso encaminhar a proposta já?  
3925  
3926  
3927 **O SR. MARCO ANTONIO CAMINHA (CNI)** – Pode, é isso que eu ia falar, já pode encaminhar, para mim vai para a  
3928Câmara de Qualidade e aguardar de lá, a única coisa que eles estão fazendo lá é uma dando uma ajustada, uma  
3929separada e tal e acabou. Nós estamos participando lá da mesma forma e vai fazer integra os dois Grupos. Agora  
3930isso é importante, quando Diretoria Executiva do CONAMA encaminhar para a Câmara Técnica de Qualidade  
3931Ambiental ponha na página, mas vai para lá já com a recomendação que é trabalho integrado CNRH com  
3932CONAMA, para que saia uma matéria adequada e aplicável.  
3933  
3934  
3935 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Em regime de votação para encaminhar essa proposta  
3936à Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental, os que são favoráveis se manifestem. Que fique registrado a  
3937ausência da Sociedade Civil do Fernando Iglesias. Aprovado o encaminhamento dessa proposta de trabalho em  
3938conjunto para a Câmara de Controle e Qualidade Ambiental.  
3939  
3940  
3941 **O SR. MARCO ANTONIO CAMINHA (CNI)** – Na hora de fazer a votação, em vez de se manifestem, fala assim:  
3942permaneçam como estão.  
3943  
3944  
3945 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Eu concordo, eu costumo fazer isso, mas isso  
3946geralmente é usado para *tratorar*, isso aí é instrumento para *tratorar* a plenária. É interessante que a vontade esteja

3947manifesta e não omissa, até porque é o espírito da volitude. Uma extra pauta, eu sei que a paciência dos  
3948Conselheiros para assuntos cuja documentação não tenha sido previamente disponibilizada está muito curta e eu  
3949me solidarizo com esse sentimento, contudo por já ter sido discutido, ter sido proposto ontem pelo Nilo e pela  
3950proximidade da próxima reunião da plenária que é no dia 17 e 18, ou seja, anterior a próxima dessa Câmara, eu vou  
3951colocar sobre apreciação dessa Câmara a possibilidade de apreciação desse documento de recomendação,  
3952recomendando a quem? Ao Congresso? Para celeridade na tramitação da aprovação do PL 1991/07 que institui a  
3953Política Nacional de Gestão de Resíduos Sólidos. Creio, agora eu vou falar, se alguém for contra a apreciação  
3954desse documento se manifeste. O Nilo falou mesmo, foi colocado em votação Ruth, não teve deliberação sobre isso  
3955e o ânimo dos Conselheiros para documentação não apresentada com anterioridade já está exaltado, se os  
3956Conselheiros acharem que é razoável e a opinião da ANAMMA é que é razoável a apreciação desse documento  
3957pelo tempo que temos e porque a próxima reunião é anterior à reunião da Câmara Técnica, a próxima reunião do  
3958Plenário é anterior à reunião da Câmara Técnica e por entender que isso aqui é interesse de todos os envolvidos,  
3959inclusive do setor produtivo da Sociedade Civil é que eu ainda coloco à apreciação da Câmara se existe a  
3960possibilidade de apreciação desse documento.

3961  
3962  
3963**O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Então pela importância, pela rapidez, nós  
3964poderíamos ter recebido xerox ontem desse documento. Então, eu solicito a leitura rápida para aí nós podemos  
3965discutir e não perder esse regime de urgência que a matéria necessita.

3966  
3967  
3968**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – Votaremos pela última vez, matéria não  
3969apresentada com antecedência.

3970  
3971  
3972**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – A presidência se compromete a não colocar mais em  
3973votação nenhuma matéria encaminhada sem a devida documentação.

3974  
3975  
3976**O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Eu vejo até se for o caráter urgente, se for  
3977comprovado que o PL, veja bem, PL, mesmo que nós peçamos urgência depende de outros, não depende de nós,  
3978mas poderia ser na Plenária de setembro, por exemplo, está me entendendo? Porque o PL até lá, o CONAMA,  
3979graças a Deus só trata da normatização ambiental, mas o Congresso é tudo desse País. Então, os assuntos  
3980ambientais na maioria das vezes são marginalizados quando são para beneficiar. Então, podemos ir com calma,  
3981tranquilos.

3982  
3983  
3984**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Vamos fazer a leitura então?

3985  
3986**O SR. GUSTAVO SILVA DE CARVALHO (Governo de Alagoas)** – Thiago, eu gostaria de fazer também de me  
3987solidarizar com todos que ao menos nós poderíamos ter aqui em mãos. Não tem em mãos? E na tela para nós  
3988acompanharmos pelo menos na tela?

3989  
3990  
3991**A SRª. RUTH RODRIGUES TABACZENSKI (CONAMA)** – É o seguinte: essa moção acabou de ser enviada por e-  
3992mail para a Mirtes que tirou do site agora, ela foi elaborada hoje, terminada de elabora hoje. Então, por isso não  
3993está no site, por isso nós não temos, porque está no que e-mail, você consegue copiar Mirtes para um *pendrive*?

3994  
3995  
3996**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Enquanto se copia nós passamos para a definição das  
3997datas das próximas reuniões.

3998  
3999  
4000**A SRª. RUTH RODRIGUES TABACZENSKI (CONAMA)** – Eu sugiro ao presidente, tem um próximo item da pauta  
4001que são as sacolas plásticas, se ele achar que é conveniente passar para a próxima enquanto aguarda a chegada  
4002da cópia.

4003  
4004  
4005**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Sacolas plásticas, pilhas e baterias vão entrar no  
4006guarda-chuva, foram prejudicados também pela criação do Grupo de Trabalho Resíduos Sólidos. A Câmara Técnica  
4007já se comprometeu a analisar processos, documentos que não foram encaminhados com anterioridade, eu solicito  
4008que o documento seja encaminhado para que na próxima reunião, que vai ser no próximo mês, não vai ter  
4009problema, nós vamos instalar o Grupo de Trabalho e nós também analisamos esse requerimento. Passamos agora



4010 à definição de datas. Em junho tem a Reunião Ordinária do CONAMA no dia 17 e 18 de junho e tem reunião da  
4011 Câmara de Qualidade nos dias 25 e 26 de junho. Tem uma proposta inicial do Doutor Cláudio Alonso que fosse no  
4012 dia 23 e 24 de junho e teve a proposta do Francisco Iglesias que fosse no dia 26 e 27, uma vez que vai pegar só o  
4013 segundo dia da reunião da Câmara de Qualidade Ambiental que não causaria problemas maiores à discussão.  
4014 Alguém tem alguma proposta alternativa para junho?

4015  
4016  
4017 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – Eu só gostaria de saber da Secretaria do  
4018 CONAMA o seguinte: vocês sempre foram muito resistentes a fazer duas reuniões de Grupo. Não estou  
4019 encaminhando contra e não sou contra essa proposta, eu só queria saber a opinião de vocês.

4020  
4021  
4022 **A SRª. RUTH RODRIGUES TABACZENSKI (CONAMA)** – Nós temos uma questão de logística que não permite  
4023 que sejam realizadas duas Câmaras Técnicas, uma vez que nós necessitamos de equipamentos para gravar e, na  
4024 realidade equipamento, porque nós temos um equipamento, então Câmaras Técnicas não podem ser realizadas no  
4025 mesmo dia.

4026  
4027  
4028 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Tudo bem. O problema de 23 e 24 que é  
4029 complicado São João no Nordeste < o avião é complicado. Quem é nordestino sabe como funciona, aqui no sul é  
4030 pior que carnaval.

4031  
4032  
4033 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Tem uma terceira proposta alternativa que é da  
4034 ANAMMA, uma vez que, essa Câmara agora chegou ao entendimento de se reunir mensalmente, nós fazemos só  
4035 um dia de reunião na sexta-feira, dia 27.

4036  
4037 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Eu acho muito difícil o trabalho, é muito  
4038 complicado, você vai ver que, por exemplo, nós já estamos na pauta aquele assunto único dos pneumáticos, mas já  
4039 não entrar outros assuntos que vão acabar entrando.

4040  
4041  
4042 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Mas a pauta ainda vai ser definida. Nós podemos  
4043 definir então só esses dois pontos de pauta: pneumáticos e Grupos de Trabalho.

4044  
4045  
4046 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Vocês que moram aqui, deixa eu fazer uma  
4047 declaração, vocês que moram aqui, que trabalham aqui, que são funcionários públicos isso é ótimo, vocês estão  
4048 ganhando. Quem vem de fora é muito complicado essa logística, fica muito tempo aqui e toma muito tempo deles,  
4049 por isso que não se põe normalmente reunião, pode notar, reunião de Câmara Técnica não cai na semana das  
4050 plenárias.

4051  
4052  
4053 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Pode ser na segunda semana de junho Francisco? Vai  
4054 de 9 a 13 de junho. Logo após a semana do meio ambiente.

4055  
4056  
4057 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Ou pode ser segunda e terça, para mim é  
4058 melhor quinta e sexta.

4059  
4060  
4061 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – Deixa eu fazer uma consideração, for para aquela  
4062 reunião e parece que já está definido que sim, que nós vamos fazer exclusivamente a análise do pneumático, eu  
4063 acho que o tempo vai ficar muito pequeno, é menos de um mês.

4064  
4065  
4066 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Marca dia 27, um dia de reunião só dá para  
4067 pneumáticos.

4068  
4069  
4070 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – Se nós formos objetivos e...

4071  
4072

4073 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Eu venho inclusive num dia anterior e aí nós  
4074 marcamos mais cedo.  
4075  
4076  
4077 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Até porque se fosse no dia 12 e 13 de junho, dia 12 é  
4078 dia dos namorados e ninguém ia poder dormir aqui em Brasília. Dia 27 então fica marcada às 8h30min. Local a  
4079 definir ainda.  
4080  
4081  
4082 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – Só um esclarecimento à Ruth é que justo hoje eu  
4083 não trouxe o meu Regimento. A Plenária ela pode iniciar a discussão sem votação independentemente de quorum.  
4084 Eu pergunto se isso também vale para a Câmara?  
4085  
4086 **A SR<sup>a</sup>. RUTH RODRIGUES TABACZENSKI (CONAMA)** – Pelo Regimento a plenária pode iniciar assuntos que  
4087 não sejam deliberativos.  
4088  
4089  
4090 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – Veja lá o seguinte, que pedido o quorum  
4091 suspende-se a votação, no entanto, a Plenária pode continuar, está escrito no Regimento isso, eu quero saber se  
4092 vale para a Câmara, eu não estou com o regimento aqui.  
4093  
4094  
4095 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Veja bem, se tem quorum independe, aí você  
4096 pode discutir qualquer assunto, ela inicia, se não tiver quorum, ela pode discutir qualquer assunto, ela pode discutir  
4097 até com 10, até votar com dez, se ninguém pedir quorum, só informativo.  
4098  
4099  
4100 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Para definir a data da reunião em julho, alguma  
4101 proposta? Lembrando que 9, 10 e 11 tem Grupo de Monitoramento Permanente em Natal. Dias dezessete e  
4102 dezoito? Quinta e sexta de julho. 17 e 18 de julho? Começando às 9h00min. Se a Câmara concordar quero marcar  
4103 só mais uma reunião prévia, essa 28<sup>a</sup> e aí na 28<sup>a</sup> nós vamos definir uma nova pauta. Eu tenho um pedido a fazer,  
4104 eu agosto eu tenho o Encontro Nacional da ANAMMA na segunda semana e vai demandar um trabalho nosso, se  
4105 pudesse ser na última semana, porque na terceira tem reunião do CIPAM – Comitê de Integração de Políticas  
4106 Ambientais, se pudesse ser na última semana até contemplando a preferência do Francisco porque é quinta e sexta  
4107 nos dias 28 e 29 de agosto. Inclusive tem uma proposta oficial da CETESB que se boicote o Francisco Iglesias nas  
4108 próximas reuniões. 28 e 29 de agosto também às 9h00min. Antes de retomarmos a apreciação da recomendação, o  
4109 Cláudio Alonso tem uma solicitação.  
4110  
4111  
4112 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – Super rápido, nós temos essa questão que entra e  
4113 sai aqui do CONAMA que é o problema do transporte e movimentação de resíduos perigosos. Eu gostaria de, na  
4114 reunião de pneus, de uma forma muito rápida eu apresentar por escrito uma idéia que é um pouco diferente da  
4115 colocada porque foi mal-entendida. Então, na próxima reunião só se vai tratar de pneu, mas eu gostaria que pelo  
4116 menos que vocês colocassem em pauta a minha proposta, que é muito mais simples. Estão fazendo um carnaval do  
4117 diabos.  
4118  
4119  
4120 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Envia a documentação por escrito que eu coloco à  
4121 disposição.  
4122  
4123  
4124 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – Eu vou clarificar, na verdade, o que nós  
4125 precisamos fazer é um workshop rápido, não é um evento internacional.  
4126  
4127  
4128 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Vou pedir que se coloque na tela a Recomendação  
4129 que será apreciada agora.  
4130  
4131  
4132 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – Porque são duas coisas, uma coisa é  
4133 movimentação e outra coisa é transporte. Está muita confusão em relação a isso, nós queremos fazer juntos.  
4134

4135 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Eu pergunto aos Conselheiros se existe a  
4136necessidade de leitura do documento que está na tela.  
4137  
4138  
4139**O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Eu julgo a necessidade de leitura até para  
4140registrar na transcrição já que nós já colocamos que não o recebemos. Então, nós podemos ler e ir acompanhando.  
4141  
4142  
4143**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Eu vou solicitar ao nosso relator *ad hoc*, Francisco  
4144Iglesias, que proceda a leitura.  
4145  
4146  
4147**O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Recomendação. Apoio à celeridade na  
4148tramitação e aprovação do PL 1991/07 que institui a Política Nacional de Gestão de Resíduos Sólidos.  
4149Considerando a necessidade de se estabelecer, para a proteção da saúde pública e da qualidade do meio  
4150ambiente, uma Política Nacional de Resíduos Sólidos que promova o controle efetivo do destino final pós-consumo  
4151dos produtos, tendo como diretrizes principais a estimulação para a não-geração, redução, reutilização, reciclagem  
4152e tratamento de resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos; alteração dos padrões  
4153de produção e consumo sustentável; gestão integrada de resíduos sólidos; incentivo ao uso de matérias-primas e  
4154insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados; Considerando a importância dada a este tema pela Câmara  
4155dos Deputados desde o final da década de 80, com a elaboração de mais de 100 projetos de lei e a criação em  
41562001 e em 2005 de Comissões Especiais sobre o tema; Considerando que as Conferências Nacionais de Meio  
4157Ambiente de 2003, 2005 e 2008 aprovaram reiteradamente resoluções neste sentido, sendo a última: “Apoiar a  
4158aprovação do Projeto de Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos encaminhado pelo Governo Federal ao  
4159Congresso em 2007, o qual incorpora princípios como a responsabilidade do gerador, a logística reversa, o apoio às  
4160iniciativas de gestão associada e o controle social sobre a atividade, viabilizando a erradicação de lixões, a geração  
4161de trabalho e renda, o maior reaproveitamento de resíduos e a redução da degradação ambiental”; Considerando  
4162que esta III Conferência Nacional do Meio Ambiente também aprovou deliberação que indica o prazo de 2012 para  
4163a erradicação dos lixões em todo o país, incentivando a implantação de aterros sanitários; Considerando que a  
4164ausência de um marco regulatório para os resíduos sólidos tem colaborado para que as administrações municipais  
4165– titulares dos serviços de coleta, tratamento e destinação final dos resíduos, atuem de forma isolada, desarticulada  
4166buscando soluções nem sempre sustentáveis, a médio e longo prazo, para a problemática dos resíduos sólidos nos  
4167seus municípios; Considerando o encaminhamento pelo Governo Federal ao Congresso Nacional do Projeto de Lei  
41681991/2007 que institui a Política Nacional de Gestão de Resíduos Sólidos, resultado do trabalho de um grupo  
4169interministerial, composto pelos ministérios do Meio Ambiente, das Cidades, da Saúde, do Desenvolvimento,  
4170Indústria e Comércio Exterior, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Desenvolvimento Social e Combate à  
4171Fome, da Fazenda e Casa Civil, com participação de diversos outros setores da sociedade através de discussões  
4172no Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA desde 1998; Considerando a consonância deste Projeto de  
4173Lei com duas leis importantes, as quais complementam: a Lei nº. 11.107, de 2005, que dispõe sobre normas gerais  
4174para União, estados, Distrito Federal e municípios contratarem consórcios públicos na realização de objetivos  
4175comuns e a Lei nº. 11.445, de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; Considerando  
4176que o projeto também vai ao encontro das políticas nacionais do Meio Ambiente, de Educação Ambiental, de  
4177Recursos Hídricos, de Saneamento Básico, de Saúde, Urbana, Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, bem  
4178como das ações do governo que promovem a inclusão social; Considerando as diversas resoluções do CONAMA,  
4179em vigor ou em tramitação, que tratam de temas correlatos, como a destinação ambientalmente adequada de pilhas  
4180e baterias, pneumáticos, entre outros, atendendo ao expressivo interesse da sociedade pelo aperfeiçoamento  
4181normativo referente aos resíduos sólidos, Recomenda ao Congresso Nacional celeridade à tramitação e aprovação  
4182do Projeto de Lei 1991/2007 que dispõe sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos, sem prejuízo da  
4183interlocução com os segmentos interessados, governamentais ou não governamentais.  
4184  
4185  
4186**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Algum destaque?  
4187  
4188  
4189**O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – Eu acho, eu não escreveria assim, mas de  
4190qualquer forma eu acho que no mínimo uma palavra vocês pensassem, nós podemos recomendar, não é uma certa  
4191petulância nós recomendarmos ao Congresso Nacional? Solicita, eu acho que é mais elegante. Sugere, solicita,  
4192agora recomenda eu acho um pouco arrogante.  
4193  
4194  
4195**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Então qual é seu destaque, é a mudança da palavra  
4196recomenda para a palavra solicita. Sugere, solicita ou o que?  
4197

4198  
4199 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – Só troca essa palavra recomenda por uma palavra  
4200 mais suave.  
4201  
4202  
4203 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Eu acho que o Roberto tem razão, é uma  
4204 moção dirigida ao Congresso Nacional que solicita que seja mais rápido. Porque a recomendação é o seguinte: eu  
4205 acho que a recomendação funcionaria mais, o CONAMA está aqui num patamar maior para os que estão abaixo,  
4206 você recomendar a quem está em cima. Você vai sugerir, solicitar, se possível, implorar, pedir, mas aí vai, os verbos  
4207 podem ser vários. Então, eu acho o que Cláudio tem razão e talvez colocar como moção e não recomendação.  
4208  
4209  
4210 **O SR. ROBERTO ALVES MONTEIRO (SRH/MMA)** – Primeiro não seria recomendação, isso na minha opinião,  
4211 seria moção. Segundo, não é apoio à celeridade, é um pedido de celeridade, não é um apoio à celeridade, nós não  
4212 estamos fazendo abaixo-assinado. Terceiro, não é Política Nacional de Gestão de Resíduos Sólidos, é Política  
4213 Nacional de Resíduos Sólidos. Tem que ver aí dar uma verificada no nome que está lá no projeto de lei, que eu  
4214 acho que não está gestão não.  
4215  
4216  
4217 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Botando em bloco então. Caminha, mais alguma  
4218 consideração a fazer? Se forem feitos mais destaques, é melhor então que nós coloquemos na tela, porque até  
4219 agora o que foi falado dá para nós votarmos em bloco, porque é praticamente de consenso, agora se for ter mais  
4220 destaques é melhor nós... Você acha necessário fazer?  
4221  
4222  
4223 **O SR. MARCO ANTONIO CAMINHA (CNI)** – É o seguinte: eu quero deixar bem claro aqui o seguinte, que nós não  
4224 somos contra a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Nós somos a favor e inclusive nós estamos trabalhando aqui  
4225 para acelerar o máximo possível isso dentro do Congresso que achamos importante e necessário esse País ter uma  
4226 política nacional de resíduos sólidos, isso aí está causando problemas em todos os segmentos sociais tanto  
4227 governamentais como não governamentais, isso é um problema seriíssimo, nós estamos atrasados aí no mínimo 30  
4228 anos pela falta dessa lei. Agora eu vou ser bem honesto com vocês, o conteúdo dessa moção é complicado, porque  
4229 eu estou falando de Política Nacional de Resíduos Sólidos, quando eu vou, que são mais de cem projetos, mais de  
4230 cem propostas, tem um, 2001 ou 203/2001 que inclusive foi aprovado na Comissão especial, esse que encabeça a  
4231 lista e não o 1991. É o 203/2001. Então, quer dizer, e nós, aqui estamos tratando de conteúdo de um determinado  
4232 projeto e que ele não é consenso. Nas linhas gerais existe uma aceitação dele, agora existem especificidades dele  
4233 que não são consenso de todo mundo nem dentro do próprio Governo, por isso que eu acho complicado. Então, eu  
4234 acho complicado eu, por exemplo, aqui como indústria, representando a indústria, aprovar o conteúdo, aprovo sim  
4235 uma moção de que deve haver celeridade na aprovação de uma Política Nacional de Resíduos Sólidos e a  
4236 discussão dela. Agora, eu não posso aprovar um documento desses entrando no mérito de conteúdo. É isso que eu  
4237 quero deixar claro, então eu não sou contra a ação, sou contra, não posso aprovar o conteúdo.  
4238  
4239  
4240 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Veja bem, essa proposta está já amplamente  
4241 divulgada, a Política Nacional de Resíduos Sólidos, foi uma proposta encaminhada pelo Ministério, eu acho que  
4242 inclusive teve participação do CONAMA, eu não posso dizer isso porque eu não participei. Então, veja bem, então  
4243 eu só totalmente a favor de uma moção solicitando até pela problemática que representa a questão de resíduos  
4244 sólidos e até evitaria o CONAMA, muitas coisas que o CONAMA está fazendo paralelamente como esse guarda-  
4245 chuva em função de não ter uma política nacional. Os riscos são todos, mas nós não podemos esperar o Congresso  
4246 tomar decisões que, às vezes, demora vinte, trinta anos sendo que os problemas estão aí postados e são  
4247 levantados e são colocados. Eu sou favorável à apresentação como moção e solicitando celeridade.  
4248  
4249  
4250 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Então para fazer o encaminhamento, serão dois  
4251 momentos. No primeiro momento votaremos para se a Câmara Técnica vai ou não apresentar uma moção pedindo,  
4252 solicitando celeridade na tramitação e no segundo momento, e só caso essa Câmara aprove essa moção de  
4253 solicitação, colocar em votação as mudanças propostas pelo Roberto Monteiro. De acordo? E pelo Cláudio Alonso.  
4254 Então em primeira votação a proposta de moção de solicitação de celeridade na tramitação e aprovação do PL  
4255 1991/07, aqueles que concordam que essa Câmara Técnica faça essa moção que se manifestem. Alguém se  
4256 abstém? Alguém contra. Então declaração de voto de Cláudio Alonso e logo após, Caminha.  
4257  
4258

4259 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – Voto a favor e sob protesto pelo fato de não ter  
4260 acompanhado isso antes e garanto o seguinte, é a última vez que eu voto qualquer coisa que não tenha sido  
4261 apresentada antes.

4262

4263

4264 **O SR. MARCO ANTONIO CAMINHA (CNI)** – Eu volto a reiterar as minhas palavras anteriores, ou seja, estou me  
4265 abstendo porque está sendo votada uma moção relativa a um conteúdo aí que merece discussões ainda que não  
4266 foram concluídas dentro do Congresso, mas eu quero declarar que somos a favor de uma celeridade na tramitação  
4267 de um política nacional de resíduos sólidos dentro do Congresso, deixar bem claro isso.

4268

4269

4270 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Já foi aprovada a solicitação de tramitação e  
4271 aprovação, já foi aprovado, não tem mais como mudar.

4272

4273

4274 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Só uma informação, na realidade isso vai  
4275 para o Plenário ainda, então é só, nós estamos encaminhando e lá vai ter mais discussão.

4276

4277

4278 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Então votando em bloco agora as propostas de  
4279 mudança, mudança número 1 que deixe de ser uma recomendação e seja uma moção de solicitação. Mudança  
4280 número 2, que saia a palavra apoio à celeridade e que seja substituída pela expressão de “solicita a celeridade”.  
4281 Mudança número 3, que seja substituída a expressão “política nacional de gestão de resíduos sólidos” pela  
4282 expressão “política nacional de resíduos sólidos”. E última mudança no último parágrafo, substituição da expressão  
4283 recomenda pela expressão solicita. Proposta em votação, aqueles que concordam com essas mudanças que se  
4284 manifestem. Alguém contra? Abstenção? Fica registrada a abstenção da CNI. Não havendo mais nada a discutir.  
4285 Tem a carta.

4286

4287

4288 **O SR. MARCO ANTONIO CAMINHA (CNI)** – Questão de ordem, abstenção da CNC.

4289

4290

4291 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Existe a proposta da moção, tem duas coisas  
4292 que o Nilo lembrou, questão de pilhas e baterias. E a questão da moção de apoio à Marina que foi sugestão do  
4293 Ministério da Saúde.

4294

4295

4296 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Primeiro vamos colocar em votação se será ou não  
4297 feita essa moção de apoio à Marina.

4298

4299

4300 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Marco, eu já me julgo prejudicado, como a  
4301 proposta foi feita ontem era para ter apresentado o texto hoje. Vamos fazer a moção ou não vamos fazer nenhuma  
4302 moção aqui não.

4303

4304

4305 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Então em votação se será ou não feita a moção de  
4306 apoio à Marina. Eu, a ANAMMA quer encaminhar contra essa proposta por motivos...

4307

4308

4309 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Eu acho que nem cabe, porque era para ter  
4310 feito a moção para apresentar. Eu vou fazer uma sugestão de encaminhamento, apresente a moção no Plenário  
4311 que vai acontecer agora em junho, e vai pegar exatamente essa área, porque inclusive a Câmara Técnica vai  
4312 mandar a moção para o Plenário.

4313

4314

4315 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – A ANAMMA considera que seria impróprio fazer essa  
4316 moção aqui porque é uma Câmara Técnica e não política, dentre as atribuições dessa Câmara Técnica não está,  
4317 por mais que a ANAMMA em si já tenha enviado uma carta parabenizando a Marina pelo trabalho e se solidarizando  
4318 com a senadora nesse momento, eu não creio que caiba à Câmara Técnica fazer uma carta, uma moção com esse  
4319 caráter, que é muito mais político do que técnico.

4320

4321

4322 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Veja bem, eu também posso concordar em  
4323tese com a sua proposta Thiago, eu acho que Câmara Técnica pode até fazer moções, mas até da forma que foi  
4324colocada e dos pontos de vista que nós estamos colocando dos assuntos que chegam, isso realmente é assunto de  
4325Plenária. Faça a proposta, encaminhe para o Plenário e mesmo se tiver, isso seria até uma discussão se tivesse o  
4326texto, mas não tem o texto, não temos nem como fazer essa moção, fazer na hora, nós temos que parar com isso. A  
4327pessoa apresentar os textos, mesmo matéria de urgência pelo menos para nós podemos apreciar, quando é um  
4328assunto de emergência que é um assunto de emergência, eu acho que tem emergência, o momento é agora, mas  
4329não cabe a essa Câmara Técnica e nem da forma que foi colocado.

4330  
4331  
4332 **O SR. MARCO ANTÔNIO BORBA (Ministério da Saúde)** – É só para comentar que foi aprovado ontem que nós  
4333elaboraríamos em conjunto uma moção, só isso, mas acato a decisão do...

4334  
4335  
4336 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Não foi colocado em votação essa proposta.

4337  
4338  
4339 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – O assunto entraria em pauta, quer dizer, na  
4340realidade não precisa aprovar os assuntos que entram em pauta, a pessoa pode colocar, agora o texto, ficou de o  
4341Ministério elaborar o texto e apresentar à Câmara Técnica, isso ficou. Nós não podemos, eu, por exemplo, posso  
4342até discordar da coisa, por que eu tenho que trabalhar em conjunto para elaborar uma moção? Eu acho que moção  
4343é de responsabilidade do proponente e ele deve apresentar.

4344  
4345  
4346 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Governo de São Paulo)** – Nós temos que ter um pouco de sensibilidade  
4347quando o trabalho é em grupo. Eu acho que o grupo está desconfortável em apresentar essa moção. E eu solicitaria  
4348ao Ministério da Saúde que retirasse a proposta, o grupo está desconfortável, é um assunto delicado, se colocar a  
4349favor é muito difícil e se colocar contra é mais difícil ainda. É verdade, é muito difícil colocar contra essa proposta,  
4350eu acho que ela pode, conforme falou o Iglesias, essa moção pode ser entendida de caráter estritamente do  
4351proponente e a melhor maneira é na Plenária. Eu solicito ao Ministério que retire a proposta se achar conveniente.

4352  
4353  
4354 **O SR. MARCO ANTÔNIO BORBA (Ministério da Saúde)** – Eu não me sinto autorizado a retirar uma coisa que foi  
4355aprovada, foi aprovado ontem aqui a elaboração conjunta.

4356  
4357  
4358 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Eu proponho que coloque em votação que a  
4359Câmara Técnica se julga incompetente para analisar essa matéria e que sugeriu à proponente que ela fosse para o  
4360Plenário.

4361  
4362  
4363 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Eu não vou colocar a proposta em votação dessa  
4364maneira porque ela é tendenciosa. Existe a proposta do Ministério que se faça a moção, nós vamos votar se vai ou  
4365não fazer a moção, se houver necessidade de registro de voto depois cada um pode fazer o seu registro.

4366  
4367  
4368 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Tem um erro aí técnico, a Câmara Técnica  
4369não é para elaborar moção não, nós não temos que fazer moção. O proponente elabora a moção, apresenta e nós  
4370julgamos, votamos contra ou a favor.

4371  
4372  
4373 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – É exatamente por isso que vamos colocar em votação  
4374e nós vamos poder justificar.

4375  
4376  
4377 **O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Veja bem presidente, Tiago, nós não vamos  
4378votar se nós vamos fazer uma moção ou não, se o texto não foi apresentado nós não temos que discutir nada.

4379  
4380  
4381 **O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Mas é exatamente isso, tudo bem. Colocando em  
4382votação a proposta do Francisco Iglesias de essa Câmara Técnica se julga incompetente para redigir uma moção,  
4383aqueles que são favoráveis ou que concordam, melhor dizendo, e que o proponente encaminhe ao Plenário,

4384aqueles que concordam com a moção do Francisco Iglesias que se manifestem. Quem é contra? O Ministério da  
4385Saúde é contra. Alguém para registrar o voto.

4386

4387

4388**O SR. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA (IMARH)** – Eu só queria lembrar... Eu acho que até na  
4389forma de articulação cabe ao Ministério assumir essa responsabilidade perante até o Plenário, pode até articular  
4390com alguma ONG que tenha afinidade, isso não importa.

4391

4392

4393**O SR. THIAGO CAMARGO LOPES (ANAMMA Nacional)** – Depois dessa votação ficou prejudicada a votação da  
4394proposta do Ministério da Saúde que houvesse essa moção. E assim podemos declarar finda esta reunião sob a  
4395benção Deus e já com muita saudade de vocês, até junho e boa tarde. (*Palmas*).